

Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Antropologia

## A imprensa regional e as comunidades locais

Jornal *Alvorada*: caracterização de um quinzenário local do concelho da Lourinhã

Joaquim Ribeiro

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de  
Mestre em Antropologia: especialização em Imagem e Comunicação

Orientador:  
Doutor Filipe Reis, Professor Auxiliar,  
ISCTE-IUL

Outubro, 2010

## **Sumário**

O presente estudo pretende fazer um retrato da imprensa regional através de um estudo de caso, recorrendo à análise de um jornal local representativo de uma parte daquilo que é hoje este sector em Portugal, e observar a relação que se estabelece com a comunidade.

São revistos os diversos estudos já publicados sobre a imprensa regional em Portugal e foi realizado um trabalho de campo usando o método etnográfico. Através de entrevistas com os produtores dos conteúdos do jornal e os seus receptores trazem-se novos dados sobre a forma como o público olha o jornal da sua terra e a importância que lhe atribui, assim como o impacto que as notícias locais têm junto da comunidade. Vários outros estudos têm encontrado dificuldades em caracterizar este tipo de imprensa, por vários motivos, entre os quais a grande dispersão, quantidade e heterogeneidade destes meios no país.

A presente dissertação, através da análise de caso de um jornal, fornece novas pistas fundamentalmente no que diz respeito à relação do jornal com o poder local, a economia, a sociedade civil e a população. Faz-se ainda uma análise crítica dos mecanismos que levam à manutenção deste tipo de jornalismo de proximidade.

**Palavras-chave:** Imprensa regional, jornalismo de proximidade, comunicação social, Antropologia dos Media, Alvorada, Lourinhã

## **Abstract**

This study aims to make a snapshot of the regional press through a case study using the analysis of a local newspaper representative of a part of what is today this sector in Portugal, and observe the relationship established with the community.

We review the many studies already published about the regional press in Portugal and was conducted a fieldwork using ethnographic methods. Through interviews with the producers of the content of the newspaper and its receptors bring new data on how the public looks at the newspaper of his land and the importance attached to it, as well as the impact that local news has among the community. Several other studies have found difficulties in characterizing this type of press, for various reasons, including the large dispersion, quantity and diversity of these media in the country.

This dissertation, through examining the case of a newspaper, provides new clues fundamentally with regard to the relationship the local newspaper with the local politic, the economy, civil society and the population. It is still a critical analysis of the mechanisms that lead to the maintenance of this type of journalism proximity.

**Keywords:** Regional press, journalism proximity, media, Anthropology of Media, Alvorada, Lourinhã

## **Siglas**

**ADL** – Associação de Desenvolvimento da Lourinhã

**AIND** – Associação da Imprensa Não Diária (hoje designada por API – Associação Portuguesa de Imprensa)

**APCT** – Associação Para o Controlo de Tiragem

**CENJOR** – Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas

**ERC** – Entidade Reguladora para a Comunicação Social

**GEAL** – Grupo de Etnologia e Arqueologia da Lourinhã

## Agradecimentos

Na hora em que esta tese está terminada, cumpre-me agradecer a colaboração de várias as pessoas, sem as quais não teria levado a bom porto esta tarefa.

Em primeiro lugar ao meu orientador, o professor Filipe Reis, que desde a primeira hora mostrou disponibilidade e interesse em acompanhar a realização desta tese, o que não me surpreendeu pelo conhecimento que já tinha adquirido do seu trabalho durante as cadeiras leccionadas por ele e que eu frequentei durante a licenciatura e o mestrado. Agradeço reconhecidamente o incentivo, tanto no início, quando as ideias na minha cabeça ainda não estavam muito claras e ele ajudou-me a definir um caminho; como, sobretudo na parte final da tese, quando me motivou e me deu confiança para prosseguir até ao fim.

Aos meus entrevistados, que mostraram uma grande disponibilidade e até entusiasmo relativamente ao trabalho que eu estava a realizar, contribuindo definitivamente para a recolha de dados fundamentais.

Ao jornal *Alvorada* e a todos os que lá trabalham e colaboram, pela também solícita colaboração, em particular do chefe de redacção, Paulo Ribeiro; e do director, padre Ricardo Franco, que me disponibilizaram todas as condições para poder trabalhar no terreno.

A amigos, colegas de profissão e de curso, pelo interesse que foram manifestando pelo decorrer da realização da tese, o que me incentivou a prosseguir e a concluir a mesma.

Ao meu amigo Carlos Robalo, que sabia da minha intenção de voltar a estudar e um dia me desafiou a ir tentar o curso de antropologia do ISCTE, que ele já frequentava há dois anos. Convenceu-me a concorrer, entrei e hoje termina esta etapa graças ao apoio inicial dele, facilitando até a integração no curso e naquela instituição, com as boleias desde Torres Vedras até ao ISCTE, mostrando-me os cantos à casa e até prestando alguns auxílios com a matéria do primeiro ano.

Por último, mas não menos importante, à minha família, em particular à minha mulher e às minhas duas filhas, pelo imenso tempo que lhes roubei para dedicar à realização da tese e anteriormente a conclusão da licenciatura, sempre encarando este meu empreendimento com interesse e palavras de incentivo, o que me deu força para continuar.

## **Dedicatória**

No final do ensino secundário decidi responder afirmativamente a um convite para ir trabalhar como jornalista num jornal regional. Contra a vontade dos meus pais, sobretudo da minha mãe, que, sendo eu filho único, pretendiam que eu prosseguisse os estudos e fizesse um curso superior. Eu queria ser jornalista e, perante aquele convite, optei por adiar a universidade e começar logo a trabalhar. Prometi, no entanto, que o sonho dos meus pais haveria de se realizar um dia, mais tarde, quando houvesse oportunidade. Mas os anos foram passando, veio o serviço militar, o casamento, os filhos, e o curso foi adiado.

Finalmente surgiu a hipótese de entrar no curso de antropologia do ISCTE e agarrei a oportunidade, para adquirir conhecimentos, valorizar-me como pessoa e também para pagar a promessa que tinha feito à minha mãe. Terminei finalmente a licenciatura em Junho de 2008, a minha mãe adoeceu em Setembro desse ano e veio a falecer em Março de 2009. Mas ainda teve tempo de ver o seu único filho com um curso superior, tal como era seu desejo.

A ela, esteja onde estiver, agradeço tudo o que me deu ao longo da minha vida. Já não conseguirei retribuir tudo aquilo que fez por mim, mas pelo menos consegui cumprir uma promessa.

# Índice

INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO 1 – Fundamentação teórica	
A que distância estão as notícias de quem as lê .....	5
A Antropologia dos media e a imprensa de proximidade .....	8
Um pouco sobre a experiência pessoal .....	9
Definições de imprensa local e regional .....	10
O que diz a legislação sobre este sector da comunicação social .....	14
A imprensa regional e o poder local.....	20
Dificuldades e potencialidades da imprensa regional em Portugal.....	22
Caracterização da imprensa regional em Portugal .....	29
A imprensa regional na Europa e no mundo .....	35
CAPÍTULO 2 – Pesquisa no terreno	
Quando um território produz um jornal .....	42
Quando um jornal (re)produz um território .....	44
Quando a comunidade sente o «seu» jornal .....	48
Quando a proximidade tem vantagens e desvantagens .....	50
Quando um jornal é património local.....	55
Quando o longe se torna perto .....	58
Quando a qualidade é secundária.....	60
Quando as instituições locais se servem do jornal .....	64
CONCLUSÕES .....	68
BIBLIOGRAFIA .....	74
ANEXO – O que se perguntou, a quem e porquê.....	81
QUADRO 1 – Identificação dos entrevistados no trabalho de campo .....	83
QUADRO 2 – Análise dos conteúdos das edições do jornal.....	84

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação é um estudo sobre a imprensa regional e a sua relação com as comunidades locais, através do exemplo de um jornal local, o *Alvorada*, que se publica quinzenalmente na Lourinhã, vila e sede de um concelho a norte do distrito de Lisboa. Pretende-se perceber de que forma o público vê o jornal da sua terra e porque o considera importante como meio de informação sobre o quotidiano local.

Obviamente que não caberia aqui um estudo exaustivo sobre toda a imprensa regional em Portugal, mas através de um estudo de caso, representativo, pelas suas características, do panorama nacional deste tipo de imprensa, será possível fornecer pistas para, em primeiro lugar, conhecermos um pouco mais da dinâmica que está implícita no chamado jornalismo de proximidade e, em segundo lugar, fornecer dados para que alguns aspectos possam vir a ser explorados no futuro. Para isso consultei bibliografia e vários estudos recentes sobre esta temática, procurando fontes que me pudessem fornecer dados para eu próprio estar na posse do máximo de informação que outros autores produziram anteriormente.

A partir daí optei por me deslocar ao terreno, nomeadamente à redacção do jornal, onde observei as rotinas da redacção e acompanhei a produção das edições do lado de dentro do periódico, realizando entrevistas aos seus profissionais, incluindo o director. É preciso também aqui referir que este ambiente não me é estranho, dado que eu próprio sou jornalista profissional num jornal regional (não o mesmo que foi objecto deste estudo), e já conhecia muitas das dinâmicas que fui observando. Essa terá sido a primeira dificuldade com que me deparei de início: a busca do necessário distanciamento que me permitisse olhar à minha volta sem ideias feitas sobre o funcionamento do *Alvorada*. Não nego que me senti várias vezes confortável no papel de observador daquilo que me era familiar, mas também consegui assumir um papel de estranho ao colocar-me numa posição em que, apesar de já saber como se processa o dia-a-dia de um jornal local, nem tudo seria igual e muito haveria por descobrir se olhado através de uma postura curiosa e questionadora. Talvez como quem revê um filme e já sabe como termina a história, mas descobre novos planos, diálogos, gestos ou características das personagens que não tinha identificado da primeira vez que o visionou. Provavelmente porque da segunda vez não se concentrou exclusivamente na trama mas deu também atenção a outros pormenores do filme.

À partida pode parecer uma desvantagem trabalhar num terreno já conhecido, o que constitui um perigo real ao assumir alguns dados como adquiridos, sem os confirmar, ou



evitando procurar diferentes perspectivas; todavia, por outro lado, considero que esse conhecimento pessoal se tornou numa vantagem. Ou seja, retomando o exemplo do filme, a primeira vez que o vemos não temos espaço para observar aspectos laterais e somos quase obrigados a seguir a história que é contada sob pena de a perdermos se nos dispersarmos com os cenários, o guarda-roupa ou prestações de personagens secundárias. Mas, da segunda vez, já conhecemos as características das personagens, o decurso da história e o seu final. Podemos então concentrar a atenção noutras coisas, como a qualidade da fotografia, o movimento das câmeras, o sotaque das personagens, relacionar a prestação dos actores com outros papéis que desempenharam noutros filmes e, inclusive, tentar reparar em eventuais erros de filmagem. Foi um pouco isso que fiz nas incursões à redacção do jornal. Estando eu já na posse do conhecimento sobre as rotinas de uma publicação com estas características - a forma como a redacção se relaciona com as fontes, de que modo a informação chega ao jornal, os serviços de agenda e respectivas deslocações aos locais para a cobertura jornalística, o dia do fecho da edição ou a distribuição -, pude concentrar-me em detalhes que ao longo da minha vida profissional me terão escapado, ou sobre os quais nunca tinha reflectido.

Relativamente a esta relação entre o estranho e o familiar servi-me dos ensinamentos adquiridos na antropologia, do estranhamento do familiar, olhando o meu próprio grupo como se a ele não pertencesse. Por isso optei pelo método etnográfico, de entrevistar como se nada soubesse sobre o assunto, usando o caderno de campo para anotar as informações recolhidas e as minhas reflexões sobre as mesmas. Esta transformação do olhar permitiu-me ver coisas novas e, ao mesmo tempo, relacioná-las com as já conhecidas, transformando o meu conhecimento prévio numa vantagem rumo ao objectivo da pesquisa antropológica: tornar familiar o estranho.

O curioso neste processo é que ao tornar estranho o que me era familiar e em familiar o que me era estranho, acabei por repensar um pouco a minha actividade profissional. Sendo eu também um actor no campo que estudei, descobri ao longo desse percurso que existe mais responsabilidade na divulgação das notícias do que aquela que eu julgava haver, porque todo o jornal é lido minuciosamente pelo público, que entende que no jornal local tudo o que é publicado é do seu interesse. Passei a relativizar alguns conceitos, como a independência ou a suposta isenção da publicação face às outras instituições da localidade, dado que, para os dirigentes e as elites locais, assim como também para o público, a comunidade e o jornal confundem-se no papel de assumir a defesa da região ou da terra, que é comum a todos. O

jornalista da imprensa regional não é, assim, um agente que se coloca de fora do processo, porque também ele é influenciado pelo meio, ao contactar de perto com as suas fontes, que são também vizinhos e todos se conhecem.

Usando o método etnográfico pelo qual optei neste estudo, desloquei-me à Lourinhã e entrevistei pessoas ligadas a instituições locais, com influência na sociedade local, como a Câmara Municipal, forças de segurança e associações. Ouvei também outras pessoas na rua, nos quiosques e nas esplanadas dos cafés, para saber, do lado da recepção, qual o interesse que lhes despertava o jornal local e a importância que lhe era atribuída. Neste percurso também detectei, com quase unanimidade, que um jornal local é uma espécie de património colectivo, com o qual as pessoas se identificam e relativamente ao qual manifestam um certo sentimento de posse. As notícias são exclusivas para este grupo de pessoas que habitam no mesmo território, porque falam do espaço que conhecem e das gentes que contactam diariamente, dos problemas comuns aos membros dessa mesma comunidade e que não dizem respeito a quem está fora desse território. Também eu, habituado a contactar com esta realidade, percebi pela primeira vez que há determinados aspectos que não são tão valorizados pelos leitores como pensam os profissionais, como, por exemplo, a qualidade da impressão ou dos textos. Não deixa de ser ingrata esta constatação para quem procura fazer um jornal o melhor possível, mas a verdade é que, a avaliar pela opinião dos entrevistados, o mais importante é o conteúdo e o facto de as notícias falarem dos acontecimentos da terra. Um sentimento que é notório sobretudo por parte dos emigrantes, que anseiam por novidades da vila onde não moram actualmente mas que usam o jornal como um elo de ligação físico com o território que está longe. Creio que esta vertente do presente estudo tem características inéditas, uma vez que, nas fontes bibliográficas que adiante citarei e analisarei, há sempre o foco na perspectiva interna dos jornais regionais e não encontrei o lado da recepção como perspectiva de análise deste género de imprensa.

Esta dissertação está organizada em dois capítulos. No primeiro dedico-me à fundamentação teórica, começando por enquadrar esta temática nas fontes que consultei, procurando articular o que foi publicado com o objectivo do estudo. Relaciono o tema com a área de estudos da Antropologia dos Media, justificando-o por se tratar de uma dissertação em antropologia com especialização em Imagem e Comunicação. Confronto depois as diferentes definições de imprensa regional que encontrei, não só nos autores consultados mas também da legislação que tem sido publicada; a relação da imprensa regional com o poder local; e um diagnóstico deste sector em Portugal e a comparação com idêntica imprensa

noutros países, principalmente na Europa. Terminei este primeiro capítulo com uma análise mais particular dos mais recentes estudos conhecidos, um da Marktest e outro da ERC. No segundo capítulo centro-me no resultado do trabalho de campo que efectuei na redacção do jornal *Alvorada* e na Lourinhã, nas entrevistas semi-estruturadas que efectuei e faço a minha própria reflexão sobre estes materiais. As noções de proximidade e território estão aqui expressas pela voz dos entrevistados e das suas perspectivas, desde o vereador da Câmara Municipal ao comandante dos bombeiros, passando por dirigentes associativos: a forma como vêem o jornal, as relações que se estabelecem e a ligação com os emigrantes. Por último apresento a minha reflexão final como conclusão.

## CAPÍTULO 1 – Fundamentação teórica

### A que distância estão as notícias de quem as lê

A imprensa regional em Portugal tem sido vista como tendo uma grande importância na vida das populações, sobretudo as mais isoladas ou fora dos grandes centros. Em muitos casos é o único órgão de comunicação social que é lido numa comunidade ou, mesmo que não o seja, ocupa uma função diferente da imprensa nacional, não só noticiosa – relata acontecimentos ocorridos «à porta de casa» dos quais nenhum outro órgão fala – mas também de contributo para a unidade, identidade e desenvolvimento local. É vulgarmente reconhecido que os jornais regionais – ou pelo menos uma boa parte deles – têm uma participação activa na comunidade, através da organização de debates, liderança em projectos de relevância regional, organização de campanhas de defesa dos interesses do espaço territorial onde se inserem, de incentivo à leitura e combate à iliteracia e até de afirmação do local face ao global.

A origem deste tipo de imprensa vem desde a Revolução Liberal de 1820 e consequente promulgação da Carta Constitucional. Desde essa altura que proliferam no país centenas de jornais locais e regionais, sobretudo ligados à Igreja Católica, tipografias, pequenas empresas de comunicação ou autarquias (Tengarrinha 1989). Os ventos de liberdade europeus que atingiram a monarquia portuguesa criaram condições favoráveis à proliferação de jornais durante o século XIX, fundamentalmente pela mão das elites literárias da época, num clima de grande efervescência cultural. Elites essas que em vários pontos do país contribuíram para a edição de imensos jornais regionais, muitos dos quais de vida curta. O caso mais paradigmático terá sido o do escritor Eça de Queirós, que em 1866 fundou o jornal *Distrito de Évora*, quando se estabeleceu naquela cidade alentejana durante algum tempo. Talvez por se tratar de um intelectual sensível às questões regionais (nasceu na Póvoa do Varzim, estudou em Coimbra e só mais tarde rumou a Lisboa e depois a Paris onde veio a falecer) percebia que a importância que as notícias têm para nós, não depende tanto da sua intensidade ou dimensão, mas da distância a que se encontram do nosso quotidiano imediato.

«A distância e o tempo fazem das mais grossas tragédias ligeiras notícias (...) Porque, segundo a cruel lei física que regula os fenómenos da emoção - um empregado da Alfândega que caiu de um barco e desapareceu na baía do Rio de Janeiro vale, para o habitante do Rio, mil pescadores despedaçados sobre os rochedos nas costas da Islândia! Ah, esta abominável influência da distância sobre o nosso imperfeito coração!»

Dizia Eça de Queirós no artigo «As Catástrofes e as leis da emoção», inserido no volume *Cartas Familiares e Bilhetes de Paris*. Um delicioso escrito dedicado às emoções que em nós provocam as tragédias consoante estão mais ou menos distantes. Nele se percebe a génese do jornalismo de proximidade e se alcança uma das mais brilhantes definições que podemos encontrar para justificarmos o sucesso da imprensa regional:

«Bem recorde uma noite em que, numa vila de Portugal, uma senhora lia, à luz do candeeiro, que dourava mais radiantemente os seus cabelos já dourados, um jornal da tarde. Em torno da mesa outras senhoras costuravam.

Espalhados pelas cadeiras e no divã, três ou quatro homens fumavam, na doce indolência do tépido serão de Maio. E pelas janelas abertas sobre o jardim entrava, com um sussurro das fontes, o aroma das roseiras. No jornal que o criado trouxera e ela nos lia, abundavam as calamidades. Era uma dessas semanas também em que pela violência da Natureza e pela cólera dos homens se desencadeia o mal sobre a Terra.

Ela lia as catástrofes lentamente, com a serenidade que tão bem convinha ao seu sereno e puro perfil latino. “Na ilha de Java um terramoto destruíra vinte aldeias, matara duas mil pessoas...”. As agulhas atentas picavam os estofos ligeiros; o fumo dos cigarros rolava docemente na aragem mansa – e ninguém comentou, sequer se interessou pela imensa desventura de Java. Java é tão remota, tão vaga no mapa! Depois, mais perto, na Hungria, “um rio trasbordara, destruindo vilas, searas, os homens e os gados...”. Alguém murmurou, através de um lânguido bocejo: “Que desgraça!”. A delicada senhora continuava, sem curiosidade, muito calma, aureolada de ouro pela luz. Na Bélgica, numa greve desesperada de operários que as tropas tinham atacado, houvera entre os mortos quatro mulheres, duas criancinhas... Então, aqui e além, na aconchegada sala, vozes já mais interessadas exclamaram brandamente: “Que horror!... Estas greves!... Pobre gente!...”. De novo o bafo suave, vindo de entre as rosas, nos envolveu, enquanto a nossa loura amiga percorria o jornal atulhado de males. E ela mesma então teve um “oh!” de dolorida surpresa. No Sul da França, “junto à fronteira, um trem descarrilando causara três mortes, onze ferimentos...”. Uma curta emoção, já sincera, passou através de nós com aquela desgraça quase próxima, na fronteira da nossa península, num comboio que desce a Portugal, onde viajam portugueses... Todos lamentaríamos, com expressões já vivas, estendidos nas poltronas, gozando a nossa segurança.

A leitora, tão cheia de graça, virou a página do jornal doloroso, e procurava noutra coluna, com um sorriso que lhe voltara, claro e sereno... E, de repente, solta um grito, leva as mãos à cabeça: – Santo Deus!...

Todos nos erguemos num sobressalto. E ela, no seu espanto e terror, balbuciando: – Foi a Luísa Carneiro, da Bela Vista... Esta manhã! Desmanchou um pé! Então a sala inteira se alvorotou num tumulto de surpresa e desgosto.

As senhoras arremessaram a costura; os homens esqueceram charutos e poltrona; e todos se debruçaram, reliam a notícia no jornal amargo, se repastavam da dor que ela exalava!... A Luisinha Carneiro! Desmanchara um pé! Já um criado corra, furiosamente, para a Bela Vista, buscar notícias por que ansiávamos. Sobre a mesa, aberto, batido da larga luz, o jornal parecia todo negro, com aquela notícia que o enchia todo, o enegrecia.

Dois mil javanese sepultados no terramoto, a Hungria inundada, soldados matando crianças, um comboio esmigalhado numa ponte, fomes, pestes e guerras, tudo desaparecera – era sombra ligeira e remota. Mas o pé desmanchado da Luísa Carneiro esmagava os nossos corações... Pudera! Todos nós conhecíamos a Luisinha – e ela morava adiante, no começo da Bela Vista, naquela casa onde a grande mimosa se debruçava do muro, dando à rua sombra e perfume».

Este pedaço de um texto de Eça de Queirós ilustra a importância da proximidade das notícias para os leitores da imprensa, já identificada e reconhecida no século XIX, período durante o qual surgiram alguns dos mais importantes títulos da imprensa portuguesa, regional e nacional. No caso da imprensa nacional talvez naquela época fosse mais pertinente considerar que um jornal publicado na capital não fosse mais do que um jornal regional de

Lisboa. Sobretudo no que diz respeito à venda na generalidade do território, pois viva-se uma época em que viajar pelo país era mais lento. O tempo que demorava a percorrer o território nacional impedia que as notícias pudessem chegar em tempo útil à maioria dos locais fora de Lisboa e Porto. Um tema que, aliás, irei abordar quando me referir à legislação em Portugal sobre imprensa regional e a esta questão da existência ou não, actualmente, de imprensa verdadeiramente nacional.

Neste estudo importa explorar as particularidades muito próprias do jornalismo de proximidade, ou da imprensa regional e igualmente das rádios locais, e quais os aspectos que a tornam tão particular, comparativamente à imprensa de expansão nacional. Neste sentido, esta dissertação pretende responder às seguintes questões: Quanto à actividade jornalística em si mesma, em jornais que por natureza têm pequenas dimensões (baixa tiragem), de que modo as notícias são condicionadas pelas pressões económicas dos anunciantes, se estes são a principal fonte de financiamento do jornal e qual a relação e nível de dependência do poder local? Qual o papel da imprensa regional (ou de um jornal em particular, como é o caso do *Alvorada*, da Lourinhã) no contexto local e o que se entende por imprensa de proximidade? Que funções simbólicas desempenha a imprensa regional? Quais são os seus leitores? Quem são os consumidores deste tipo de imprensa e quem são os produtores da informação? São maioritariamente profissionais (jornalistas) ou colaboradores?

Neste trabalho optei por fazer uma análise tanto da produção de um jornal local quanto do consumo por parte dos seus leitores que, como veremos, são muitas vezes fornecedores de informação ao próprio jornal. Procura-se acompanhar cada edição através da observação das rotinas da redacção e outros sectores do jornal e entrevistas aos seus protagonistas (jornalistas e outros funcionários). No exterior, o objectivo é entender a forma como o jornal é consumido, qual o nível de interactividade que se estabelece entre os leitores e o próprio jornal. Cada localidade tem os seus símbolos, seja a equipa de futebol local, um prato gastronómico ou um monumento, com os quais os habitantes se identificam, têm orgulho em divulgar e também consideram um pouco sua propriedade moral, e entre eles estão, também, os jornais locais. Particulariza-se esta temática através do estudo de um jornal regional em concreto, o *Alvorada*, quinzenário propriedade da Igreja Católica, que se publica no concelho da Lourinhã, a norte do distrito de Lisboa.

## A Antropologia dos media e a imprensa de proximidade

A análise da imprensa regional no âmbito de um estudo antropológico comporta alguns riscos. O terreno não é fácil e pode resvalar para outro contexto, mais de acordo com teorias da comunicação ou do jornalismo. Atendendo à experiência como jornalista da imprensa regional, uma primeira dificuldade deste estudo foi precisamente a busca do necessário distanciamento do objecto de análise.

Faz todo o sentido, porém, incluir os estudos da comunicação e dos media na antropologia moderna. Se a antropologia clássica estudava os povos primitivos e distantes, isolados, na linha dos estudos funcionalistas, não nos esqueçamos que a etnografia dessa época não colocava de parte a componente indispensável da comunicação. Os estudos da linguagem e formas de comunicação desses povos forneciam dados fundamentais para a compreensão dos mesmos, até porque era necessário comunicar com eles e entendê-los.

A justificação para a escolha deste tema e o necessário enquadramento antropológico do estudo da relação entre um jornal regional e a comunidade onde se insere, não podia ter melhor definição do que aquela que encontramos no texto introdutório da investigação de Filipe Reis (2006) ao citar Bateson (1994): «Na verdade, a recente designação “antropologia dos media” recobre um amplo e diverso campo de práticas profissionais que, para além da investigação e teorização, inclui também linhas de aplicação do conhecimento antropológico ao trabalho jornalístico e empenho na divulgação/popularização dos saberes dos antropólogos».

O autor considera que a análise «mais completa e aprofundada das relações entre antropologia e media» pertencem a Peterson (Peterson 2003: 26-58), que cita ao referir que

«as raízes do interesse dos antropólogos pelos media encontram-se nos trabalhos de recorte funcionalista realizados nos anos 20 e 40 por Robert e Hellen Merrell Lynd e de William Lloyd Warner em cidades dos Estados Unidos (respectivamente autores de *Middletown* publicado em 1929 e os 5 volumes de *Yankee City*). Marcos importantes no quadro dos estudos de comunidade, os pressupostos funcionalistas destas análises foram progressivamente postos em causa por uma nova vaga de trabalhos, em grande medida inspirados pela teoria da modernização».

É certo, portanto, que faz todo o sentido analisar os media locais numa perspectiva antropológica, mais do que, provavelmente, num contexto de teoria da comunicação, já que, conforme refere o estudo de Filipe Reis, citando Hollander e Stappers (1992);

«os estudiosos na área dos meios de comunicação locais descobriram que estes tipos de experiências de comunicação não podem ser convenientemente analisadas e conceptualizadas a partir dos termos da teoria e modelos convencionais dos estudos sobre a comunicação de massas».

Será então oportuno, no caso presente, olhar para esta problemática do ponto de vista da etnografia da recepção e, por outro lado, entender de que modo as práticas relacionadas com a audiência só adquirem significado quando são compreendidas como estando articuladas com outras práticas que não as de audiência (Rial 2004). Por outras palavras, entender o motivo que leva o público a consumir um produto que, na maioria dos casos, não tem muita qualidade, sem correspondência com a grande quantidade de títulos e que revelam um atraso estrutural do sector (Ferreira 2005).

Audiência e comunidade são, a propósito, dois conceitos relacionados entre si e com os processos de construção identitária no mundo contemporâneo. A conceptualização da noção de comunidade enquanto construção simbólica tem sido particularmente explorada no contexto da linha de reflexão transdisciplinar sobre o papel dos meios de comunicação nos processos de construção das comunidades (Reis 2006). Da mesma forma, também a noção de comunidade é vista como um elemento essencial para entender o desenvolvimento do processo comunicativo dentro de um contexto social particular:

«no quadro dos desenvolvimentos críticos que a antropologia conheceu a partir dos anos 80, o conceito de comunidade, deixou de significar os locais estudados pelos antropólogos, para passar ser entendido como “construção simbólica” (Cohen, 1985). [...] Um dos aspectos mais importantes da argumentação de Cohen (1983), é a sua chamada de atenção para a importância da noção de fronteira na operacionalização do conceito de comunidade. [...] A noção de fronteira torna-se aqui crucial, na medida em que permite pensar que as fronteiras entre comunidades, embora possam ser fronteiras físicas, são também, em grande medida, fronteiras retóricas, isto é, instrumentos simbólicos. Que instrumentos simbólicos são então usados na criação das comunidades? Há pelo menos três que os antropólogos têm identificado. A saber: a determinação dos estatutos ou critérios de pertença e exclusão, a normalização de comportamentos específicos e a evocação nostálgica do passado (cf. Bushnell 2001: 4)» (Reis 2006).

### **Um pouco sobre a experiência pessoal**

Este trabalho tem por base a pesquisa no terreno e a análise dos vários estudos que já foram realizados sobre a imprensa regional e a sua relação com a comunidade. No entanto, devido à minha experiência de mais de 20 anos como jornalista profissional na imprensa regional e director durante um mandato da Associação Portuguesa de Imprensa, muitas das informações contidas no mesmo são de natureza empírica. Embora no processo de pesquisa eu tenha procurado o devido distanciamento, a verdade, porém, é que algumas posições resultam da minha observação ao longo dos anos sobre o papel da imprensa regional e creio que as minhas ideias sobre esta temática podem enriquecer o resultado final. Daí a justificação da inclusão desta alínea sobre a minha experiência pessoal. Neste sentido o



presente trabalho contém afirmações e observações que resultam da minha própria experiência profissional. A essa experiência procuro neste trabalho acrescentar a consulta de documentação, realização de entrevistas e leitura de bibliografia.

### **Definições de imprensa local e regional**

Identificar a imprensa regional em Portugal não é tarefa fácil. A dificuldade começa logo pelas divergentes definições de vários autores. Alguns acentuam o território e o local de publicação e o público a que se destina; outros destacam os conteúdos. A própria legislação portuguesa tem procurado definir e redefinir imprensa regional e local ao longo da sua história, permanecendo, no entanto, um conceito científico difícil (Palmeiro 2002: 157).

A legislação, tanto o Estatuto da Imprensa Regional como a Lei de Imprensa, direccionam o conceito de imprensa regional para o factor geográfico. É o que acontece com Xosé López García, embora cruze essa definição com o campo social:

«processos de comunicação maioritariamente dirigidos a pequenas localidades, pela participação das suas gentes nos processos de elaboração das mensagens e pela circulação a entidades locais e a sua implicação e compromissos com a vida das localidades a que se dirigem» (García 1995: 12).

García procura fazer a definição de uma imprensa local, editada em pequenas localidades, cuja informação é partilhada – em vez de ser «vendida», numa perspectiva comercial – com a comunidade, os leitores e as instituições, de onde recebem também o contributo na elaboração desses mesmos conteúdos informativos. Analisarei este aspecto com mais detalhe na segunda parte desta dissertação, quando me referir ao jornal *Alvorada*, da Lourinhã.

O Anuário de Comunicação 2000/2001 publica uma curiosa definição de imprensa regional, provavelmente mais uma tentativa de caracterização crítica da realidade:

«publicações de ordem religiosa, títulos com forte influência do poder local e regional (existindo mesmo publicações com participações maioritárias das autarquias) até empresas e grupos de comunicação regional e por fim, nos últimos dois anos, títulos adquiridos por grupos económicos nacionais». (Anuário Comunicação 2000/2001: 218-220)

Esta última referência remete para a aquisição do grupo Lusomundo Serviços (detentor de títulos como o *Diário de Notícias* e *Jornal de Notícias*, entre outros) por parte da Controlinveste, grupo editorial de Joaquim Oliveira, que comprou também três dos mais antigos e carismáticos títulos regionais do país: *Jornal do Fundão*, *Açoriano Oriental* e

*Diário de Notícias da Madeira*, os dois últimos numa estratégia de atingir o mercado das regiões autónomas dos Açores e da Madeira, respectivamente<sup>1</sup>.

Mas López García (1995) revela noutra definição para comunicação social local, ao referir que é «o lugar de mediação técnica onde também é possível a comunicação não mediatizada ou interpessoal». Parece-nos que esta definição remete para uma característica de proximidade da imprensa regional, tão próxima que entre emissor e receptor apenas existe um elemento técnico: as folhas de papel impressas que compõem o jornal. E admite, na mesma ideia, que por vezes nem sequer é necessária essa mediação técnica para fluir a comunicação entre pessoas interessadas na transmissão de acontecimentos.

Outros autores insistem no aspecto geográfico, como Paulo Ferreira:

«a imprensa local e regional tem, ou deve ter, como objectivo primeiro, a recolha, tratamento e divulgação de factos noticiosos que ocorrem na sua área de implantação, seja ela concelhia, distrital ou regional» (Ferreira 2005: 157).

Ou o reforço nos conceitos de «vizinhança», «comunidade» e «meios de comunicação que são próximos das pessoas que os usam», como afirma Jorge Pedro Sousa:

«a comunicação social local e regional é aquela que se estabelece numa comunidade de vizinhos, através de meios de comunicação que lhe são próximos» (Sousa 2002: 4).

Explicação mais elaborada tem Joana Martins:

«a imprensa regional ainda é a voz do público, o espelho dos problemas que o atormentam na sua própria rua, no seu bairro, na sua cidade, ou na sua região. É nos títulos de índole local que o leitor encontra a partilha das suas preocupações mais imediatas e que ele próprio ganha voz. É nesta imprensa de especificidade que o público lê a entrevista do presidente da sua Junta de Freguesia, encontra o resultado do jogo de futebol da equipa da sua vila e se inteira do que tem a dizer o vizinho do lado. A região é-lhe explicada e especificada no dia-a-dia, de acordo com as rotinas e preocupações dos seus habitantes, daqueles que com ele dividem o mesmo espaço geográfico» (Martins 2008: 7).

A autora também frisa o factor geográfico para definir este tipo de imprensa mas acrescenta o conceito de «especificidade». Vai buscar uma frase que define os media tradicionais, sem identificar a origem da mesma, pois já se tornou clássica e o nome do autor foi-se perdendo no tempo, de tão repetida, embora seja atribuída frequentemente a um antigo director do diário francês *Le Monde*: «A rádio anuncia, a televisão mostra e a jornal explica». No texto de Joana Martins a palavra «jornal» é substituída por «imprensa», o que não é bem a mesma coisa, porque imprensa são todos os meios de comunicação impressos, o que inclui todo o tipo de revistas, jornais ou magazines. No caso, a frase pretendia demonstrar que o

---

<sup>1</sup> A citação do Anuário de Comunicação 2000/2001 ainda não se referia concretamente à aquisição da Lusomundo pela Controlinveste, dado que aconteceu alguns anos mais tarde. Mas a nota serve apenas de exemplo, tal como a tendência inversa, ou seja, o grupo de comunicação Sojormedia, dono, entre outros, do semanário *Região de Leiria*, e que apostou na edição de um diário de expansão nacional, o *I*.

sucessivo aparecimento de outros media, em plataformas tecnológicas diferentes, não implicava a morte dos mais antigos. A imprensa não perdeu importância só porque surgiu um meio de comunicação mais rápido e com voz, como a rádio; tal como a televisão também não destruiu a rádio, por conter imagem. Simplesmente, os três meios complementam-se, porque a rádio continua a ser ainda hoje o mais rápido, bastando um simples telemóvel para um repórter no terreno entrar em directo na emissão. A televisão vale sobretudo pela imagem, condição essencial para tornar uma notícia atractiva, mas essa característica, aliada à própria especificidade das emissões de televisão (frequentemente transmitidas em diferido ou mesmo que em directo têm um alinhamento, uma programação de entretenimento com rigorosos compromissos publicitários), leva a que apenas nos espaços noticiosos seja possível incluir informação e mesmo assim os custos dos directos são elevados e os gravados carecem da edição de imagem, que demora sempre algum tempo. Mas, mesmo após a audição em directo de um acontecimento e a visualização das imagens na televisão umas horas depois, o público quer saber mais detalhes sobre o ocorrido, o que só consegue obter no dia seguinte, no jornal, que não pode chegar mais cedo à rua devido às suas características físicas (escrita, paginação, impressão, embalagem, distribuição, etc.), mas tem a vantagem de conter todas as informações, em papel (dá para ler, voltar atrás ou guardar para ler mais tarde).

Com o aparecimento de uma nova plataforma – a internet – que consegue reunir no mesmo local as três valências tradicionais da comunicação social, aquela frase pode começar finalmente a ficar ultrapassada. Um site noticioso, acessível hoje em qualquer telemóvel de última geração ou computador portátil, pode conter imagem fixa (fotografia) ou móvel (vídeo), som e texto, mais uma quantidade de recursos infindável (votações online, comentários em fórum dinâmico, interacção, ligações para outros artigos ou outras páginas, etc.). No mesmo local uma televisão pode explicar, uma rádio pode mostrar e um jornal pode anunciar. Ou, de acordo com a tendência actual, pode fazer tudo ao mesmo tempo: anunciar com rapidez (o som pode entrar em directo com acesso em qualquer local), mostrar a imagem em directo e ainda conter um texto explicativo rapidamente sem esperar pela impressão em papel no dia seguinte.

Joana Martins defende que nos títulos de carácter regional a informação se torna mais específica, face à dimensão territorial mais reduzida da sua área de abrangência. Podemos admitir que a informação em si, de uma forma geral, é mais circunscrita e específica na imprensa regional no que se refere à área geográfica. No entanto, isso não quer dizer que as notícias sejam mais detalhadas. Não é bem isso que distingue a imprensa regional da outra

porventura mais abrangente. O que se passa, simplesmente, é que as notícias são diferentes. Um jornal nacional publica umas notícias e um jornal regional publica outras ou de outra forma. Mesmo que um diário de expansão nacional contenha notícias de cariz regional, obviamente que um jornal localizado na zona dará mais destaque ao mesmo acontecimento, pela proximidade, que o torna mais importante. Mas isso não significa mais especificidade.

Uma outra definição de imprensa regional, de Fernando Cascais, antigo director do CENJOR, esclarece que é um conjunto de publicações periódicas com conteúdo dirigido maioritariamente a comunidades regionais e locais, assim como a sua distribuição. Para além desta definição, o autor decide acrescentar um diagnóstico do sector ao referir que a imprensa regional portuguesa, ao contrário do que aconteceu noutros países europeus, não teve desenvolvimento assinalável, com excepção de alguns projectos mais profissionais de relevo, que contrastam com uma maioria de publicações débeis e artesanais. No entanto, também diz que a imprensa regional «constitui uma força social activa, guardiã da cultura local e elo de ligação com as comunidades emigradas». (Cascais 2001: 109-110).

Aos critérios geográficos e editoriais (conteúdos), há outros dois mais elaborados. Um outro conceito, o de identidade, que Joana Martins encontra em María José Cantalapiedra, define informação local como «aquela que se refere à narração de acontecimentos e opiniões cujo interesse não transcende um âmbito geográfico e reduzido em termos populacionais» (*cit. in* Mercadé 1997: 59; *cit. in* Martins 2008: 8); e igualmente em Juan Maciá Mercadé, que fala em «publicações periódicas que se editam e distribuem nos municípios e núcleos urbanos que têm identidade própria e cujo conteúdo informativo responde a temas que afectam directamente a vida municipal. Suprimem o vazio que geram os grandes meios de comunicação» (*cit. in* Martins 2008: 8).

Ainda quanto ao critério geográfico, encontramos em Carlos Camponez a noção de «território», uma definição porventura mais feliz de imprensa regional, entendida como uma maior proximidade entre emissor e receptor. Diz o autor que as características que melhor definem a imprensa regional são

«a sua forte territorialização, a territorialização dos seus públicos, a proximidade face aos agentes e às instituições sociais que dominam esse espaço, o conhecimento dos seus leitores e das temáticas correntes na opinião pública local» (Camponez 2002: 19).

De facto, uma publicação de cariz regional é aquela que remete para um determinado território, não obrigatoriamente um concelho ou uma freguesia fechados nos seus limites. Nada impede que um jornal local se dedique a dois concelhos ou a um concelho e parte de outro. Ou até, por hipótese, a um território que não tem necessariamente que ser

rigorosamente delimitado geograficamente. Mas o mais importante a reter nesta definição de *Campones* é a proximidade perante as instituições que controlam um determinado espaço e, mais importante ainda, um profundo conhecimento dos interesses dos seus leitores.

Periodicidade é outro critério que Sofia Santos (2007: 26-27) recupera para definir a imprensa regional, ao sugerir que «é um leque de pequenos jornais não diários, mais vocacionados para a história quotidiana das comunidades locais do que para o país ou para o mundo». Uma ideia desactualizada, como espelho da realidade, dado que existem hoje jornais regionais diários e nacionais semanários. Mas não deixa de ser aceitável como definição genérica, atendendo à fraca implantação de diários regionais comparativamente com o universo de publicações regionais em Portugal (ERC 2010: 22).

### **O que diz a legislação sobre este sector da comunicação social**

A Lei de Imprensa de 1971 considera imprensa regional a que é «constituída pelas publicações periódicas não diárias que tenham como principal objectivo divulgar os interesses de uma localidade, circunscrição administrativa ou grupos de circunscrições vizinhas». Temos, portanto, uma definição, ainda do tempo da ditadura, que fixa como principal critério para a imprensa regional o facto de não ser diária. Para além do critério geográfico. Registava um conceito segundo o qual, por exclusão de partes, a imprensa diária era nacional ou, ao contrário, que a imprensa nacional era toda diária. Na realidade não havia em Portugal jornais de referência semanários, como vieram a surgir mais tarde sobretudo com o *Expresso*, mas também com o *Independente* e o *Semanário* (ambos já desaparecidos) e hoje com o *Sol* e o advento de revistas semanais generalistas como a *Visão* (nascida do extinto diário *O Jornal*), a *Sábado* e a *Focus*. É verdade que, genericamente, a imprensa nacional é essencialmente diária, mas o critério viria a desadequar-se, porque, na verdade, a periodicidade não é o principal factor que distingue a imprensa regional ou local da nacional, até porque existem jornais regionais diários. Apesar de tudo, o formulário de registo de um novo órgão de comunicação social na ERC não prevê, na actualidade, as categorias de nacional ou regional, mas apenas se a publicação é diária ou não diária e se é de informação geral ou especializada.

A Lei de Imprensa de 1975<sup>2</sup>, já depois da revolução de 25 de Abril de 1974, em pleno PREC<sup>3</sup>, circunscreve a imprensa regional como aquela que não era posta à venda em todo o território nacional: «as publicações periódicas podem ser de expansão nacional e regional, considerando-se de expansão nacional as que são postas à venda na generalidade do território». Aqui já não encontramos o critério da periodicidade, mas apenas o geográfico. Contudo, a definição de imprensa regional aparece novamente por exclusão de partes. Ou seja, não se define imprensa regional mas apenas que imprensa nacional é aquela que é vendida na generalidade do território nacional e pressupõe-se que a outra, que não é vendida em todo o território, é regional. Esta forma de definir a imprensa regional era claramente redutora, não só porque a tratava como uma espécie de resíduo da imprensa em geral mas também porque não atendia às qualidades que melhor distinguem os produtos de comunicação social, moldados em função dos seus objectivos, funções e destinatários (ERC 2010: 118).

Creio que reside aqui a origem de um conceito defendido ao longo do tempo por vários autores, que consideram não existir em Portugal imprensa nacional, porque não haveria nenhum jornal que fosse colocado à venda em todo o território e, portanto, não haveria em Portugal jornal que se pudesse considerar nacional. Está um pouco ultrapassada esta ideia, porque os meios de transporte e as vias de comunicação permitem que qualquer jornal possa ser vendido em qualquer local do território nacional (para as regiões autónomas existe o problema do transporte aéreo, que aumenta o preço de capa e tem sido um assunto amplamente discutido em várias instâncias<sup>4</sup>), o que realmente acontece. Podemos ainda contrariar este critério se pensarmos que há jornais regionais à venda nas bancas de várias regiões do país e, principalmente, se olharmos para um outro factor: a venda por assinaturas, o modelo mais usual de venda da imprensa regional, que pode chegar não só a qualquer ponto do país mas inclusivamente a vários países onde se encontram emigrantes. Noutra perspectiva, genericamente não é apenas o facto de um jornal ser distribuído em todo o território que se pode considerar nacional. Em Portugal é fácil pela dimensão do país, mas há países maiores onde, pelo seu tamanho, os jornais de referência nacionais não são distribuídos em todo o território e nem por isso passam a ser considerados regionais. A

---

<sup>2</sup> Decreto-Lei n.º 85-C/75, de 26 de Fevereiro.

<sup>3</sup> Iniciais de Período Revolucionário Em Curso, designação que se atribuiu ao período conturbado de cerca de dois anos que se seguiu à Revolução de 25 de Abril de 1974.

<sup>4</sup> Durante os três anos em que estive na direcção da Associação Portuguesa de Imprensa, este tema do transporte das publicações do continente para as regiões autónomas foi recorrente nas várias reuniões a que assisti.

definição tem de ser mais alargada, incluindo a distribuição mas também outras características a que aqui fazemos referência.

Citaria como exemplo um diário nacional, o *Jornal de Notícias*, que é considerado por alguns observadores como uma publicação regional, dado que se dedica mais ao norte de Portugal e tem sede no Porto. Na verdade, basta percorrer as suas páginas para perceber que se trata de um jornal nacional. Algum noticiário incide mais no norte do país e, de acordo com os dados mais recentes da ERC (2010), é mais lido, realmente, naquela zona do país. Mas não podemos considerar que faça parte do grupo da imprensa regional. O seu conteúdo é típico de uma publicação de âmbito nacional, publica notícias de todo o país e, mais importante, destaca informação que interessa à generalidade dos portugueses. Os motivos que levam ao seu maior sucesso na região norte do país podem estar relacionados com questões históricas ou até afectivas, relacionadas com as origens do *Jornal de Notícias*, tal como acontece com outros jornais de dimensão nacional e internacional, que não têm sede na capital de um país e têm mais sucesso na região onde se publicam, como o *Folha de São Paulo*, que vende mais em São Paulo do que noutros estados brasileiros, ou o *New York Times*, na costa leste dos Estados Unidos.

Temos, assim, duas definições de imprensa regional: uma diz que é aquela que não se publica diariamente; outra diz que é aquela que não é vendida na generalidade do território nacional. A Lei de Imprensa de 1999<sup>5</sup> opta por ser o mais concisa ao dizer que são publicações de âmbito regional aquelas que «pelo seu conteúdo e distribuição se destinem predominantemente às comunidades regionais e locais». Parece-me mais pacífica esta definição, dado que se refere aos destinatários como comunidades regionais e locais, onde é distribuído o jornal e cujo conteúdo a elas se destina.

Mas, apesar da Lei da Imprensa e das respectivas actualizações ao longo do tempo, há um outro diploma legal, criado exclusivamente para a imprensa regional, sem sofrer alterações há mais de 20 anos. O Estatuto da Imprensa Regional<sup>6</sup> foi publicado num contexto muito particular da história da imprensa regional. Na segunda metade dos anos 1980 do século XX tudo aconteceu em matéria de comunicação social local e regional em Portugal. Apareceram as rádios locais um pouco por todo o território português, com novos profissionais (jornalistas, locutores, técnicos de som) e colaboradores, que faziam concorrência aos jornais locais, ou eram complementares, como aconteceu com alguns deles

---

<sup>5</sup> Lei n.º 2/99, de 13 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho.

<sup>6</sup> Decreto-Lei n.º 106/88, de 31 de Março.

sendo até do mesmo proprietário. Foi também a época dos incentivos à reconversão tecnológica, que muitos jornais regionais aproveitaram introduzindo a informática nas redacções, grande novidade na época, e que permitiram substituir as velhas e ruidosas máquinas de escrever mecânicas. Muitas outras novidades tecnológicas transformaram o ambiente das redacções e facilitaram o trabalho dos jornalistas, sobretudo tornando-as mais silenciosas, pois para além dos computadores também surgiu, por exemplo, o fax, que veio ocupar o lugar do ultrapassado telex. Uma realidade semelhante ao que aconteceu nas rádios locais, pois também estas introduziram a informática nos estúdios, recorrendo a subsídios de reconversão tecnológica.

O decreto-lei, ainda hoje em vigor 22 anos depois, que visava, por um lado, reconhecer o papel social da imprensa regional e, por outro lado, estabelecer regras de relacionamento entre o Estado e este tipo de imprensa, começou por definir imprensa regional: «todas as publicações periódicas de informação geral, conformes à Lei de Imprensa, que se destinem predominantemente às respectivas comunidades regionais e locais, dediquem, de forma regular, mais de metade da sua superfície redactorial a factos ou assuntos de ordem cultural, social, religiosa, económica e política a elas respeitantes e não estejam dependentes, directamente ou por interposta pessoa, de qualquer poder político, inclusive o autárquico».

Esta definição de imprensa regional marcou uma mudança na forma de caracterizar este tipo de publicações. À partida, um jornal local estaria abrangido pela Lei de Imprensa, com tudo o que a mesma regulamentava. Contudo, foram aqui estabelecidas especificidades de um tipo de imprensa com características diferentes. A lei definiu que um jornal regional teria de ser publicado periodicamente e conter informação geral, tal como estava também definido na Lei de Imprensa para as outras publicações, mas neste caso exigindo que os assuntos tratados fossem mesmo generalistas, relacionados com a actualidade da região onde era editado, pelo menos em mais de metade das suas páginas. Isto levou a que, por exemplo, os jornais regionais propriedade da Igreja passassem a conter informação o mais diversificada possível (já acontecia com alguns, mas não todos), sob pena de, se o conteúdo informativo fosse maioritariamente de cariz religioso, esse jornal fosse considerado doutrinário, dentro do tipo de imprensa especializada e, portanto, já não se enquadrava nas características definidas para a imprensa regional. Caso contrário, os apoios financeiros anunciados pelo Estado (primeiro o subsídio ao papel e depois o porte-pago, os subsídios de reconversão tecnológica e de incentivo à leitura) estariam em risco.



Mas a lei foi ainda mais longe, salvaguardando a ausência de controlo ou ingerências do poder local no conteúdo informativo dos jornais regionais. O Estatuto da Imprensa Regional é claro ao referir que este tipo de imprensa não pode estar dependente do poder político, inclusivamente o autárquico, directamente ou por interposta pessoa. Tenta assim impedir eventuais situações de promiscuidade entre jornal e poder local, como a equiparação dos boletins municipais, que neste caso não podem ser considerados imprensa regional. Nem sequer pode haver envolvimento de autarcas na administração ou direcção. Garante-se assim, em teoria, a independência da imprensa regional. É conhecida, porém, que a dependência financeira de muitos jornais locais da publicidade camarária, sem a qual seguramente teriam de fechar as portas. Ou as pressões pela proximidade dos políticos locais face ao jornal da terra, em alguns casos devido a lutas político-partidárias e tentativa de permanência no poder. Mas noutros casos, porventura mais nobres, a ingerência passa pelas parcerias estratégicas - em forma de patrocínio, contrato de publicidade / colaboração ou aliança de solidariedade local -, em que ambas as entidades (jornal e autarquia) lutam pela defesa dos interesses regionais (afinal de contas o Estatuto também entende que esse é um papel da imprensa regional, como se pode observar no parágrafo seguinte), mas não deixam que a regra prevista no Estatuto seja totalmente cumprida. Será talvez um preço a pagar pela sobrevivência de alguns jornais de província, sobretudo os mais pequenos.

O artigo seguinte do Estatuto da Imprensa Regional especifica mais detalhadamente quais as funções da imprensa regional. Pela leitura do diploma facilmente se percebe que da imprensa regional é esperado mais do que aquilo que são as atribuições «normais» de qualquer órgão de comunicação social impresso: vender notícias. Da imprensa regional deve-se esperar que contribua também para o desenvolvimento da cultura e identidade regional e a promoção das potencialidades de desenvolvimento regionais. Para além de ser igualmente um veículo de ligação entre os emigrantes e a sua comunidade de origem, o Estatuto da Imprensa Regional define ainda que este tipo de imprensa deve ajudar ao enriquecimento cultural das populações locais e contribuir para a ocupação dos tempos livres.

O artigo terceiro define as competências da administração central, entre as quais a institucionalização de medidas de apoio, directas e indirectas. No início alguns desses apoios corresponderam ao que o decreto-lei previa, como foram os casos dos subsídios para reconversão tecnológica e a criação do CENJOR, que organizou inúmeros cursos de formação localizados em vários pontos do país. Mas com o tempo as competências estatais foram-se esbatendo ao ponto de hoje já não fazer sentido que as mesmas estejam dispostas

num diploma legal que não é cumprido, num tempo novo, globalizado e mais liberalizado ao nível empresarial. Os apoios à reconversão tecnológica permitiram que muitos jornais regionais melhorassem o seu equipamento de trabalho. Gradualmente, porém, apoios considerados indirectos, como o porte-pago ou as participações nas despesas com o transporte de jornalistas, foram sendo liquidados por sucessivos governos e nova legislação.

Mas, o ponto provavelmente mais bizarro deste processo terá sido a forma como eram tratados os jornalistas que trabalhavam na imprensa regional. Eram considerados jornalistas todos aqueles que desempenhassem essa função a tempo inteiro, mas havia distinção entre os jornalistas profissionais e os jornalistas da imprensa regional. O Estatuto da Imprensa regional reconhece a existência de jornalistas profissionais nas redacções dos jornais regionais, mas eles só possuíam carteira profissional – na época emitida pelo Sindicato dos Jornalistas – se tivessem passado por algum órgão de informação nacional. Caso contrário, eram jornalistas mas não estavam credenciados para tal, ou pelo menos de forma igual aos que trabalhavam na comunicação social nacional. Isto porque a imprensa regional era vista como uma actividade exercida essencialmente por amadores. O próprio Estatuto da Imprensa Regional previa a emissão de um cartão de identificação próprio, pela Direcção-Geral da Comunicação Social, a todos os que exercessem a função de jornalista, incluindo um cargo de chefia ou direcção na imprensa regional, de forma efectiva e permanente, mesmo que não fosse remunerada. Este número 1 do artigo 6.º reconhecia sem dúvida que na imprensa regional muita da informação era produzida por amadores, curiosos, jornalistas não-profissionais. A própria lei não só o reconhecia como acabava por incentivar essa prática, facilitando de um lado, mas emperrando o sistema do outro. Alguns anos depois da publicação do Estatuto o Estado viria a alterar essa postura tolerante para com o amadorismo na imprensa regional e forçou mesmo à profissionalização das redacções, fazendo depender dessa situação a atribuição de apoios financeiros.

Em 1993 a Alta Autoridade para a Comunicação Social reforçou a distinção entre jornalistas e jornalistas da imprensa regional, reservando para estes últimos uma espécie de estatuto especial, onde o amadorismo era admitido e fazia crer que o exercício da profissão não era semelhante na imprensa nacional e na regional. Definiu mesmo que os jornalistas regionais tivessem que solicitar um cartão de identificação, por requerimento ao Ministério da Justiça. Não obstante estas distinções entre profissionais do mesmo ofício, o certo é que ainda no início dos anos 1990 o Sindicato dos Jornalistas começou a emitir carteiras

profissionais para a imprensa regional, exactamente iguais para todos os jornalistas portugueses.

### **A imprensa regional e o poder local**

Os autarcas representam para os media locais, em primeiro lugar, uma das principais fontes noticiosas, na medida em que são a figura principal do poder político ao nível local. O município fornece informação regular ao periódico da terra, quer através de convites para a cobertura de acontecimentos promovidos pela autarquia, quer pela produção de matéria noticiosa própria enviada para a redacção do jornal local, notas de imprensa produzidas pelos gabinetes de comunicação, estruturas que, actualmente, sobretudo nos municípios de maior dimensão, rivalizam em dimensão e meios com os próprios órgãos de comunicação social. Trata-se de um serviço que Cristiana Vilaça descreve deste modo:

«Ao assessor de imprensa compete criar e manter relacionamentos com os órgãos de comunicação social, neste caso em especial com a imprensa local. Estes têm como principal função a redacção e disponibilização de toda a informação aos jornalistas, bem como de imagens fotográficas, e a promoção de acções da própria organização. Os contactos com as organizações noticiosas são contínuos e permanentes, pois na autarquia os assuntos surgem a todo o momento e há a necessidade de dar conta de todos esses acontecimentos de forma actualizada, para que não percam interesse nem para a organização nem para o jornalista. Além disso, a continuidade da comunicação é fundamental, uma vez que há uma imensidão de fontes de informação que fazem chegar comunicados às redacções dos meios de comunicação. Por isso, é importante conseguir ser tema de notícia» (Vilaça 2008: 41).

Em boa medida, neste aspecto há semelhanças entre os media locais e os nacionais. Os gabinetes de comunicação das câmaras municipais têm um objectivo muito claro: não são tanto um auxiliar dos jornalistas dos jornais locais, mas antes um serviço que visa garantir matéria noticiosa regular sobre a actividade da autarquia. Servem-se da proximidade com a imprensa local (muitas vezes tratam-se por «camaradas») para controlarem a agenda dos jornalistas e, mais do que isso, aproveitam a falta de meios dos jornais regionais para poderem assim fazer incluir informação da actualidade camarária no jornal da terra, que muitas vezes limita-se a reproduzir essas notas de imprensa sem qualquer tratamento jornalístico. O trabalho é facilitado e assim se enchem páginas de notícias já feitas e com a vantagem de até virem acompanhadas de fotografias. É este o trabalho principal dos gabinetes de comunicação das câmaras municipais, muito mais do que servirem de intermediários entre o poder e os media.

É uma tendência actual e corresponde à proliferação de gabinetes e empresas de comunicação, supostamente criados para facilitarem a missão dos jornalistas, embora essa

ilusão se desvaneça quando percebemos que o beneficiário deste processo é a fonte de informação e não o leitor. A situação acaba por ser mais grave nos jornais regionais, mais indefesos perante a ofensiva dos gabinetes de comunicação, porque alegadamente facilita o trabalho de quem não dispõe de meios próprios para «tratar» a informação recebida e, por outro lado, as próprias autarquias pressionam os jornais locais para que reproduzam as notícias enviadas para a redacção, reclamam se isso não acontece e usam a publicidade institucional como forma de pressão. Na realidade, este problema não tem uma solução fácil, apesar de haver casos em que entre o assessor de imprensa e os jornalistas locais existe uma relação de confiança, caracterizada por uma grande proximidade e colaboração mútua, através da reprodução regular das notas de imprensa. Na verdade, «verifica-se uma compatibilização entre os interesses do assessor de imprensa da autarquia e os dos jornalistas locais, até porque ambas as partes têm a ganhar com esta relação, que é considerada mutuamente benéfica», refere Cristiana Vilaça (2008) no seu estudo realizado na Câmara Municipal e sobre a imprensa de Braga. No capítulo II voltarei a este assunto, quando falar sobre as vantagens e desvantagens da proximidade e a relação com o poder local, onde darei conta da posição de José Tomé, vereador da Câmara Municipal da Lourinhã.

Numa época em que os media assumem um papel importante na projecção de individualidades, é crescente a consciência de que o poder, para se afirmar, precisa de mediatização. Daí a maior importância hoje em dia das estratégias do poder local face aos media (Carvalho 1996). Nesta perspectiva que entende o jornalista da imprensa regional cada vez mais como um intermediário, com espírito crítico, acrescentando valor às notícias, em vez de uma mera câmara de ampliação das mensagens do poder, o estudo de José Ricardo Carvalho sublinha que «o jornalismo não deve ser uma galeria onde passeiam os poderosos da terra, a dizer simplesmente o que lhes interessa, no momento em que lhes apetece» (Carvalho 1996: 2).

Contudo, o mesmo estudo de Carvalho também reconhece que a imprensa regional tem muita dificuldade em afrontar o poder político e aponta três razões para que isso aconteça. Em primeiro lugar, o facto de ainda predominar uma tradição de respeito e de veneração face ao poder. Em segundo lugar, os próprios meios regionais, ou uma boa parte deles, são propriedade de pessoas ou entidades conservadoras ou com ligação estreita a interesses que se cruzam com os dos políticos. Em terceiro e último lugar, os jornais regionais são empresas frágeis e com jornalistas em situação profissional precária, ao nível laboral e salarial, com baixa qualificação e até alguma inexperiência. Estes factores levam a

determinadas promiscuidades entre os media regionais e o poder político, caracterizadas por uma extrema dependência noticiosa e sobretudo financeira dos primeiros relativamente ao segundo. Afrontar o poder político local significa passar por problemas que todos querem evitar e só quando o objectivo comercial sólido está assegurado é que os media podem fazê-lo. Ainda por cima, às pressões do poder político por via dos contratos de publicidade somam-se as do poder económico. A solução para permitir a total independência política dos meios regionais seria uma fonte de financiamento através de bons contratos de publicidade com empresas locais. Porém, o facto de alguns agentes económicos alimentarem os órgãos de informação com receitas publicitárias leva-os a concluir que podem influenciar o que se publica a seu respeito (Carvalho 1996: 6). Se juntarmos esta situação à relação que muitas empresas locais mantêm com os políticos da terra, estejam no poder ou na oposição, chegamos à conclusão que não é nada fácil manter total independência.

A esta dependência económica alia-se a noticiosa. A agenda informativa dos órgãos de comunicação regionais está muito dependente do poder político e não sobra muita capacidade para prestar atenção a outros fenómenos e outros sectores da realidade regional. Quanto mais fraco é um corpo redactorial, em número e em qualificação profissional, mais fácil é ao poder pressioná-lo e influenciá-lo, desde logo porque há menor disponibilidade para proceder à comprovação dos dados e para ouvir todas as partes envolvidas (Carvalho 1996: 3). O caminho pode passar por um jornalismo regional que mantenha as suas especificidades e que simultaneamente supere a presença dos caciquismos, o constrangimento resultante da omnipresença dos poderes locais e a ausência de formação e de profissionalização que ainda imperam em muitas empresas jornalísticas localizadas fora da capital (Correia 1998: 6).

### **Dificuldades e potencialidades da imprensa regional em Portugal**

Os estudos que existem sobre a imprensa regional são tão escassos em Portugal que acabam por se citar uns aos outros. As teses contêm, assim, muitas ideias que se cruzam umas com as outras. Na generalidade os estudos referem um conjunto de problemáticas relativamente a este tipo de imprensa, a começar pelas próprias definições, mas também as relações com o poder local, a influência dos subsídios estatais no desenvolvimento dos media locais, a qualidade deste tipo de jornais, o papel do local num mundo globalizado.

As complicadas tentativas de definir imprensa regional acontecem essencialmente porque a fronteira entre uma imprensa considerada como nacional e uma outra regionalizada

não está isenta de interesses individuais, sociais, políticos, empresariais e sobretudo publicitários. Contudo, podemos analisar esta questão de uma forma muito mais prática e objectiva. Do universo de 2.942 títulos editados em Portugal e registados na ERC, há vários segmentos que devemos colocar de parte, como as publicações especializadas e profissionais, algumas com edições em vários países dirigidas a um público muito específico, desde os amantes de fotografia ou informática aos membros de determinadas corporações (advogados, engenheiros e outros), que se destinam a informar os seus membros ou associados das últimas novidades referentes à respectiva área. Há publicações para quase todos os interesses.

Excluindo todos estes, restam ainda outros tipos de publicações periódicas especializadas. Falamos dos jornais desportivos, de grandes tiragens e de abrangência nacional, o que não invalida que possam existir jornais desportivos regionais. Apesar de se tratar de um jornal especializado em desporto, pode perfeitamente dedicar-se a uma determinada região ou concelho, publicando os resultados do desporto local, cumprindo os critérios geográficos e de conteúdo que tradicionalmente caracterizam a imprensa regional. Os poucos exemplos que têm surgido em Portugal têm estado condenados ao fracasso<sup>7</sup>, em parte porque o grande mercado da actualidade desportiva está reservado apenas a um campeonato de uma modalidade desportiva. Os jornais desportivos sobrevivem graças às grandes tiragens que conseguem atingir diariamente e não tanto à publicidade que atraem. Esta é uma condicionante impeditiva para o sucesso de uma publicação desportiva regional. Além disso, os jornais regionais generalistas tratam a actualidade desportiva com muita atenção e preenchem perfeitamente esse espaço informativo.

Praticamente podemos afirmar o mesmo em relação à imprensa de economia ou outra área especializada. A actualidade económica diz respeito fundamentalmente a acontecimentos com impacto nacional e internacional e, por esse motivo, não é viável para um jornal regional, que teria de se debruçar sobre a análise da actividade económica apenas de uma determinada região.

Resta o jornalismo generalista. Obviamente que um jornal especializado não tem que ser publicado na capital ou num grande meio urbano, mas trata-se de uma categoria diferente daquela que caracteriza a imprensa generalista e é esta que mantém uma relação de proximidade com o público consumidor da imprensa regional.

---

<sup>7</sup> Há o exemplo do jornal *O Norte Desportivo*, do mesmo grupo do *Primeiro de Janeiro*, que fechou, e o caso do jornal desportivo regional *Bancada*, da zona de Vila Franca de Xira, que teve vida efémera. De resto, não conheço mais nenhum jornal regional exclusivamente dedicado ao desporto.

Como distinguir então a imprensa nacional da regional ou local? Creio que a grande diferença passa pelo interesse que desperta nos leitores. Um jornal nacional é aquele cujos conteúdos despertam o interesse dos leitores de qualquer ponto do país. Contém informações que interessam a qualquer pessoa, na mesma medida, em todo o território nacional. Notícias que se referem ao Governo da nação interessam a todos os portugueses e representam o tipo de informação típica de um jornal nacional que, precisamente por essa razão, está sediado na capital, perto do poder central, pela facilidade de acesso às fontes e por uma questão de gestão de meios. Não invalida, contudo, que o jornal tenha sede noutra local, mas terá de possuir uma redacção perto dos locais onde as notícias acontecem. E é assim com outro tipo de acontecimentos, com impacto nacional, que despertam a atenção de todas as pessoas, inclusivamente com a actualidade cultural, desportiva ou económica. Mesmo que esses jornais nacionais prestem também atenção a acontecimentos regionais, ou porque têm grande impacto e assumem uma importância nacional (um acidente grave ou uma catástrofe, por exemplo), ou porque representam uma estratégia do jornal de conquistar também algum público aproveitando uma regra do jornalismo, a que alguns chamam «lei da proximidade», que consiste num interesse da atenção do leitor quanto mais próximo estiver de si o acontecimento:

«Se o assunto não encontrar eco no leitor, ele não o lerá, por melhor que seja o texto. A preocupação de conquistar as boas graças do público, através da criação de invisíveis cadeias de cumplicidade, levou os teóricos do jornalismo a desenvolverem pesquisas que culminaram no estabelecimento de uma regra de ouro – a Lei da Proximidade. É uma arma poderosa, susceptível de ser usada para o bem e para o mal (entendendo-se por mal o desvio sensacionalista) já que é eficaz em diversas “frentes”: temporal, geográfica, afectiva e social» (Raimundo 1992: 70).

Tal como sublinha Orlando Raimundo, essa proximidade não tem de ser necessariamente ou apenas geográfica, pode ser também profissional (uma notícia sobre saúde interessa aos profissionais da área) ou até emocional (a morte de uma criança chamará mais a atenção dos pais com crianças da mesma idade). Recorde-se aqui a longa descrição de Eça de Queirós em *Cartas Familiares e Bilhetes de Paris*<sup>8</sup>, que citei no início desta dissertação, precisamente para reforçar o conceito de proximidade.

Por outro lado, o facto de um jornal nacional publicar uma notícia de cariz regional, não é tanto para informar as pessoas que habitam no local onde teve lugar esse acontecimento. Também tem essa função, mas é sobretudo para que todo o país fique a conhecer o que se passou numa determinada localidade do país. O mesmo acontece com a actualidade internacional. O facto de um jornal português noticiar um acontecimento ocorrido

---

<sup>8</sup> O artigo «As Catástrofes e as leis da emoção».

na Turquia não é, evidentemente, para os turcos saberem o que aconteceu, mas sim para os portugueses saberem o que se passou naquele país. Mesmo este exemplo pode ter outro destaque na imprensa nacional se o mesmo acontecimento na Turquia envolver cidadãos portugueses. E pode também ser destaque no jornal regional da terra de onde esses portugueses são oriundos.

Quem tem por hábito e oportunidade de poder passar os olhos pela imprensa regional portuguesa, fica com a ideia de que é muito heterogénea. Observa alguns jornais de qualidade apreciável, uns com muitas páginas, enquanto outros não passam de uma folha de papel impresso, a maioria muito longe da dimensão da imprensa nacional e na generalidade nota-se que lhes falta alguma coisa, inclusive na apresentação gráfica. Essas diferenças resultam de diversos factores: ou porque se publicam em pequenos concelhos e a abrangência geográfica não lhes permite crescer muito em número de vendas e publicidade, ou porque não têm concorrência local, ou, ainda, devido ao tipo de propriedade (um jornal de um particular frequentemente é produzido pelo próprio dono, que é simultaneamente director e administrador e por vezes feito até nas horas livres; se for de uma empresa de comunicação social, ainda que de dimensão regional, há o objectivo do lucro implícito e a gestão é mais profissional).

O que poderá ser hoje a imprensa regional e local em Portugal? Uma imprensa que na generalidade tem uma baixa tiragem em virtude de atingir apenas um pequeno território, estruturas semi-amadoras e pouco poder económico que leva em geral a um nível baixo de qualidade. Na comunicação social regional portuguesa sobrevivem alguns traços típicos do jornalismo pré-industrial: fraca ligação com a publicidade; relação forte entre as elites locais e os media; ênfase no artigo de opinião e na colaboração externa; contiguidade acentuada entre os artigos e colaborações e nos espaços públicos da comunidade; tendência para estruturar o discurso em torno de alguns assuntos recorrentes em torno dos quais se veiculam opiniões, debates e polémicas; e presença de marcas discursivas que remetem para formas de sociabilidade que pressupõem um saber comum partilhado pelos produtores de mensagens e pelos públicos, o conhecimento recíproco e partilhado pelos produtores e receptores quanto aos factos e realidades que servem de referentes para as mensagens jornalísticas (Correia 1998). No jornal *Alvorada*, o objecto de estudo desta dissertação podemos observar exemplos do que acabamos de referir, em primeiro lugar pela relação que as elites locais mantêm com o jornal, servindo-se dele para veicular as suas ideias ou as causas das instituições que representam. Numa das edições analisadas (quadro 2), o espaço do leitor é ocupado com uma



comunicação do comando e comissão organizadora da Festa do Emigrante dos Bombeiros Voluntários da Lourinhã, onde vem divulgar publicamente as contas dessa festividade. Ao lado um outro agradecimento da Confraria de Nossa Senhora dos Anjos relativamente à festa anual que organizou<sup>9</sup>.

Pode-se também dizer que as actuais características da imprensa regional são inversamente proporcionais à importância que este tipo de publicações pode e deve assumir nas comunidades locais e regionais. Porque, «sem bons jornais, as comunidades locais e regionais ficam tendencialmente amputadas de boa “informação de proximidade”. Independentemente de outros factores que podem contribuir para o entendimento desta situação [...]. A imprensa local e regional portuguesa tem sido vítima das más decisões, e sobretudo das más decisões, que sobre ela os vários Governos têm tomado» (Ferreira 2007: 153). A baixa qualidade da imprensa regional portuguesa, com tiragens baixas e periodicidades muito alargadas, que não tem sabido aproveitar o facto de a imprensa nacional ter pouco expressividade fora de Lisboa e Porto (Duarte 2005), justifica-se por decisões políticas e conjunturas económicas. No primeiro caso, há quem defenda que a má qualidade da imprensa regional portuguesa resulta das políticas escolhidas desde o 25 de Abril de 1974 para a comunicação social regional, que não têm incentivado a procura da qualidade, mas antes a manutenção da mediocridade (Ferreira 2005), cujos apoios foram concedidos de forma pouco rigorosa (Duarte 2005). Mas o panorama de nível baixo também resulta, na generalidade dos periódicos locais, da ausência de uma gestão empresarial e inexistência de estratégias de marketing (Faustino 2004), necessários para a evolução deste segmento dos media, tal como outras acções, como a fidelização de públicos, não bastando para isso a venda por assinaturas.

Mas esta análise política da imprensa regional daria para um outro estudo que revelasse, fundamentalmente, a relação entre a proliferação de jornais locais em Portugal e o claro objectivo de os manter à custa de subsídios governamentais, alegadamente para permitir um democrático acesso à liberdade de expressão de todos os cidadãos. E depois perceber as mudanças que ocorreram ao longo dos últimos anos, onde já não há lugar ao sustento pelo Estado deste tipo de imprensa.

Pelo lado positivo, olha-se para a imprensa regional como um sector de grande potencialidade. Para tal é necessária uma maior autonomia das empresas jornalísticas regionais em relação aos incentivos do Estado (Faustino 2004). O Encontro Nacional da

---

<sup>9</sup> Edição n.º 1066, de 3 de Setembro de 2010.

AIND, em 2003<sup>10</sup>, sugeria a fusão de empresas de comunicação social regional, parcerias estratégicas entre jornais limítrofes, redução de custos humanos e técnicos pela associação de empresas com actividades comuns, exploração de sinergias entre jornais e rádios do mesmo proprietário e negociação de publicidade com a mediação de agências de meios conhecedoras do contexto dos media locais (Faustino 2004).

Curiosamente, num mundo cada vez mais globalizado atribui-se à imprensa regional maior capacidade para sobreviver ao ocupar um espaço mediático localizado. Joana Martins entende que «a questão da globalização assume-se como um conceito importante para entender a especificidade das culturas locais, na medida em que, ainda que sejam conceitos opostos, a sua comparação assume relevância e a definição e enquadramento de ambos os conceitos pode conduzir à percepção que o mundo tem, afinal, espaço para ambos» (Martins 2008: 31).

Esta questão da globalização face ao local, no que à imprensa regional diz respeito, tem menos relevância do que uma boa parte dos autores quer fazer crer, porque são dimensões tão distantes que dificilmente se influenciarão mutuamente. As pessoas têm cada vez mais acesso ao que se passa em zonas distantes, de forma mais rápida, em tempo real, devido ao desenvolvimento dos meios de comunicação. Mas isso não quer dizer que as mesmas pessoas queiram saber mais sobre tudo o que se passa no mundo. Simplesmente essa informação está mais acessível, mas continuam a interessar-se pelo que está mais próximo. Ou seja, a globalização não mata as regionalidades, pelo contrário contribui para a sua revalorização (Peruzzo 2002). Carlos Camponez (2002) aborda também esta questão do local e do global ao destacar que o local tem as fronteiras do seu território de abrangência relativamente bem delineada, ao contrário do global onde cada vez mais se esbatem fronteiras, fruto de uma sociedade de tecnologia e informação. A noção de território é aqui fundamental, como espaço de identidade, de residência, de referência e de resistência.

Esta é uma questão que parece ocupar teimosamente muito do tempo dos investigadores. No fundo, pode parecer merecedor de atenção o facto de, com tanto acesso fácil e imediato a tudo o que se passa num mundo cada vez mais parecido, as pessoas continuarem a interessar-se pelo que acontece à porta de casa. Dos fenómenos que tão depressa são locais como globais nasceu mesmo a noção de «glocalização», que pretende fundir dois conceitos aparentemente contraditórios (Cascais 2001) e destaca a importância do

---

<sup>10</sup> Participei pessoalmente neste encontro, que teve lugar em Leiria, em Maio de 2003, dedicado à situação e ao futuro da imprensa regional em Portugal.

local num contexto global. Mas onde o global se cruza de facto com o local, relativamente à imprensa regional, é nas comunidades emigrantes, que encontram assim uma forma de aceder aos acontecimentos da sua localidade de origem (Martins 2008) e desta forma conseguem estar actualizados sobre o quotidiano da sua comunidade natal, mesmo estando a residir em locais muito distantes e em países longínquos. O que não deixa, porém, de poder ser classificado como uma dimensão regional este resgate das memórias de indivíduos que partiram para outros países mas continuam ligados às origens, neste caso através de um jornal. Transmitir aos emigrantes os acontecimentos da sua terra é uma das funções mais importantes que a imprensa regional cumpre no âmbito local onde se desenrola a sua acção (Martins 2008). É por isso que não podemos abordar a globalização sem definirmos à partida de onde se olha essa globalização (Santos 2009). Carlos Camponez define o «local» como «o lugar de transformação dos particularismos numa cultura global» (2002: 59), é um lugar de «conservação, criação e recriação no interior da globalização» (2002: 272).

Podemos estar finalmente perante a noção de aldeia global de Marshall McLuhan, que reduz o mundo a uma espécie de aldeola, onde toda a gente se conhece e sabe de tudo ao mesmo tempo e onde as noções de vizinho e fronteira desaparecem para dar lugar à globalização (Santos 2009). Tudo isto é verdade numa perspectiva tecnológica de acesso à informação, que aproxima quem está longe, é certo, mas não substitui o interesse das pessoas pelo que já é próximo. É seguramente esta ideia que os autores pretendem transmitir, de uma globalização que de tão dispersa e abundante informação que disponibiliza a toda a hora sobre qualquer ponto do mundo, valoriza e faz despertar o que se encontra mais perto. As páginas dos jornais tornaram-se pequenas para tanto informar sobre tanto acontecimento em tantos locais e a selecção noticiosa tornou-se mais criteriosa e, em alguns casos, segmentada por categorias. A imprensa regional, ao contrário, continuou mais pura, fiel e estática no local. Um atraso industrial e tecnológico que viria a tornar-se num trunfo e talvez também devido a esse atraso estrutural é que no final dos anos 1980 começa a dar-se mais importância à imprensa regional (Camponez 2002) e o público começa a confirmar a ideia de que se interessa mais pelo que lhe está mais próximo (Santos 2009). O próprio presidente do Conselho Regulador, Azeredo Lopes, defende que «a imprensa regional desempenha um papel notável de reforço de um conceito rico de cidadania. Cultiva a proximidade, é útil para quem a lê, estimula ou, pelo menos, conserva, laços identitários, culturais e históricos da

maior importância. Acarinha o particular, numa altura em que só se prega o global. Cultiva a língua portuguesa, num plano cada vez mais raro na imprensa em geral» (ERC 2010: 18)<sup>11</sup>.

### **Caracterização da imprensa regional em Portugal**

A escassez de estudos sobre a imprensa regional em Portugal tem vindo a ser colmatada pelo esforço de algumas entidades que reconhecem ao sector importância estratégica. Já este ano de 2010 foram publicados dois importantes trabalhos sobre a situação deste tipo de imprensa. Saiu a edição de 2010 do Bareme Imprensa Regional, da Markttest e MeioRegional, estudo de audiência que desde 2003, num trabalho conduzido por diversas entidades, com destaque para a Associação Portuguesa de Imprensa, pretende ultrapassar a ausência de informação sobre o sector. A tiragem não é suficiente para se entender a importância dos jornais regionais e a própria APCT apenas fornece dados sobre quantos exemplares é que cada publicação edita, mas faltava ter uma real ideia sobre a audiência de cada jornal, em cada região e comparar a mesma a nível nacional e com a imprensa nacional. Sem essa ferramenta era quase impossível à imprensa regional atrair investimento publicitário de alcance nacional. Depois do Bareme essa atracção face às grandes contas publicitárias continuaram na mesma, mas pelo menos agora a resolução do problema já parte mais da dinâmica dos próprios jornais.

O Bareme Imprensa Regional da Markttest tem pelo menos uma virtude muito importante: permite-nos conhecer melhor quem são os leitores da imprensa regional, por distrito, e quais os jornais mais lidos, entre si e em comparação com a imprensa nacional. Para o leitor esta informação pouco interessa, mas para os anunciantes devia interessar e muito. Para quem investiga o panorama da imprensa regional em Portugal é informação preciosa. No caso presente, o jornal alvo da nossa observação, o *Alvorada*, do concelho da Lourinhã, está localizado geograficamente no distrito de Lisboa e na região Oeste. Uma região composta por 12 concelhos dividida a meio por dois distritos, seis de Lisboa (Arruda dos Vinhos, Alenquer, Sobral de Monte Agraço, Cadaval, Torres Vedras e Lourinhã) e outros seis de Leiria (Bombarral, Caldas da Rainha, Óbidos, Peniche, Alcobaça e Nazaré). De acordo com os dados do Bareme, a região Oeste apresenta, no que se refere aos índices de leitura da imprensa regional, uma situação no mínimo curiosa. Em Portugal Continental,

---

<sup>11</sup> Texto de apresentação do estudo, da autoria de Azeredo Lopes, presidente da ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social.

Lisboa e Porto são os distritos onde menos é lida a imprensa regional. No entanto, Leiria é um dos distritos com o maior índice de leitura de jornais locais. Isto quer dizer que nos seis distritos do norte da região Oeste se lêem muitos jornais regionais e nos outros seis distritos a sul isso já não acontece? Não nos parece plausível. Mas como os dados do Bareme não estão desagregados por regiões de modo a que possamos entendê-los no contexto do Oeste, somos levados a concluir que o baixo índice de leitura em Lisboa se deve à capital e zona metropolitana, onde os jornais nacionais são mais lidos e onde não existe uma imprensa regional forte ou nem sequer existe. Deste modo, penso que devemos colocar os seis concelhos do distrito de Lisboa da região Oeste mais próximos do nível dos dados obtidos para o distrito de Leiria.

Este resultado do estudo remete-nos também para outro aspecto que aparentemente parece dar razão aos autores que defendem não existir em Portugal uma imprensa nacional. Na verdade, nos distritos de Lisboa e Porto percentualmente não existe uma tão forte penetração da imprensa regional, ao contrário do resto do país, onde os jornais locais têm uma venda média superior aos nacionais. Mas naqueles dois distritos as baixas percentagens verificadas devem-se à maior concentração e concorrência das publicações nacionais e também à maior concentração populacional. Na realidade, em números absolutos, é também em Lisboa e no Porto onde se detecta a maior fatia de leitores de imprensa regional (ERC 2010).

As pesquisas vêm demonstrando a preferência pelos títulos locais e regionais sobre os nacionais na maior parte dos distritos (Faustino 2004). Aliás, o Bareme permite perceber que cada edição das publicações generalistas de carácter nacional é vendida maioritariamente em Lisboa e no Porto, restando uma pequena parcela para todo o resto do país. Analisando os dados, observa-se que entre os principais diários nacionais, o *Correio da Manhã* é o que tem uma audiência mais abrangente em todo o território. Na capital, o *Diário de Notícias* é o mais lido. A popularidade de um jornal pode também ser medida por um teste simples, eventualmente pouco científico mas eficaz: qual o jornal que normalmente está nos cafés? Uma ronda por vários estabelecimentos permite verificar que é o *Correio da Manhã* (e um outro diário desportivo) e o jornal da terra que estão disponíveis para leitura gratuita pelos clientes. Mas nem sempre foi assim, há cerca de três décadas o jornal de café era o *Diário de Notícias*. Se olharmos, no entanto, para os dados do distrito do Porto, já verificamos que o jornal mais popular é o *Jornal de Notícias*, vulgarmente conotado com a região norte do país e com sede no Porto (Marktest 2010, 2009, 2008). Se analisarmos estes dados de forma

isolada, apenas com base no território, de facto podemos ser levados a pensar que os jornais nacionais não passam de regionais que são publicados nas grandes cidades. Mas, como já aqui afirmámos, um jornal regional não se caracteriza apenas por esta vertente, é algo mais do que isso, é o conteúdo e sobretudo a relação com a comunidade.

Se tomarmos novamente como exemplo os distritos de Lisboa e de Leiria, na capital os jornais nacionais têm uma circulação que se aproxima dos 50% (com excepção do *Jornal de Notícias*, um pouco mais abaixo), ao contrário dos regionais. O jornal *Badaladas*, de Torres Vedras, é o semanário regional mais lido no distrito, com 2,6% das preferências dos leitores, numa lista onde o *Jornal de Sintra* tem 1,2%, o *Mirante* e o *Vida Ribatejana* (ambos mais ligados à região do Ribatejo) com 1,1%, e por último o *Jornal de Oeiras* com 1% e o *Jornal de Cascais* com 0,7 por cento (estes dois últimos localizados na periferia da capital). Todavia, no vizinho distrito de Leiria a taxa de leitura dos jornais regionais já é das mais altas do país, o que nos leva a concluir que a zona rural norte do distrito de Lisboa terá valores semelhantes se os desagregarmos, como estimativa (o estudo não faz essa separação), da região da Grande Lisboa. Em Leiria cerca de dois terços dos leitores de jornais consomem os regionais. O *Diário de Leiria* está lado a lado com o *Correio da Manhã* nas preferências dos leitores e muito à frente dos outros diários nacionais. Quando aos semanários, a diferença é ainda maior, pois tanto o *Região de Leiria* como o *Jornal de Leiria* têm uma audiência superior à de qualquer outro nacional. Isto no caso dos jornais com sede na capital do distrito, mas nos concelhos a sul, na região Oeste, os jornais regionais apresentam igualmente uma audiência superior à dos nacionais.

A nível global, o Bareme Imprensa Regional 2010 contabiliza no continente mais de quatro milhões de indivíduos, com 15 e mais anos, que costumam ler ou folhear títulos de imprensa regional, o que representa 51,9% da população<sup>12</sup>. Uma análise dos hábitos de leitura de imprensa regional em Portugal Continental permite detectar diferenças significativas: o índice de leitura deste tipo de periódicos não ultrapassa os 35% entre os residentes no distrito de Lisboa, ao passo que em Castelo Branco essa taxa é de 74,7%. Em Leiria também se observam audiências superiores à média do país (73,4%), ao contrário dos distritos de Bragança ou Porto que, juntamente com Lisboa, registam as mais baixas taxas. Relativamente ao perfil dos leitores, 51,5% são do sexo masculino e 48,5% do feminino. O escalão etário com mais leitores situa-se entre os 25 e os 34 anos, seguindo-se o escalão seguinte, entre os 35 e os 44 anos. Quanto a extratos sociais a predominância vai para a classe média/média e

---

<sup>12</sup> Segundo projecção da própria Markttest a partir do universo de inquiridos.

média/baixa, o que acompanha a tendência a nível nacional, sendo que a maior parte dos leitores são trabalhadores qualificados. Uma das conclusões do Bareme 2010 é a reduzida existência de jornais diários, apenas 18 em todo o país (Bareme 2010).

O mais exaustivo e provavelmente o mais completo estudo sobre a imprensa regional publicado até hoje em Portugal, foi divulgado no final do mês de Junho deste ano, elaborado pela ERC. O investimento feito neste estudo demonstra a crescente importância que a imprensa regional vai assumindo no panorama dos media em Portugal, para ter levado a uma entidade como a ERC a assumir tal empreendimento. Ainda por cima tratando-se de um trabalho que não se fica pelos dados quantitativos, como era habitual, mas foi mais longe, percorrendo o país com reuniões e entrevistas, das quais resultou também um documento com importantes dados qualitativos. Infelizmente, tal como o Bareme Imprensa Regional, mais uma vez abrange apenas o território continental quando, em boa verdade, as regiões autónomas dos Açores e da Madeira serão as únicas onde realmente existe imprensa regional no sentido territorial da definição.

O estudo, para além de procurar fornecer um melhor conhecimento deste segmento da imprensa em Portugal, nomeadamente, a sua organização interna, os modelos de propriedade, a situação económico-financeira, as práticas jornalísticas, as estratégias de mercado, os principais desafios e dificuldades enfrentados, procurou também compreender como é que as publicações locais e regionais caracterizam o seu relacionamento com outras instituições locais, regionais e nacionais de diferente natureza, como autarquias e anunciantes. Por outro lado, interessava compreender como se posicionam as publicações no que respeita a atitudes e representações da actividade jornalística (ERC 2010). Baseou-se num universo construído sobre determinados critérios, nomeadamente: âmbito local e regional; de índole informativa; periodicidade não superior a mensal; e tanto quanto foi possível apurar, encontram-se activos (ou seja, publicam-se regularmente). O documento faz ainda uma ressalva importante que destacamos: «o universo seleccionado consiste necessariamente numa representação, num determinado momento, do sector da imprensa local e regional, não aspirando a ser um retrato total e definitivo, na medida em que novos títulos continuam a surgir e outros a desaparecer. Foi, deste modo, delimitado um universo de 689 publicações periódicas regionais nos 18 distritos de Portugal Continental, datando a última actualização de 7 de Dezembro de 2009. Até esta data foram consideradas as alterações que chegaram ao conhecimento da ERC

quanto à criação ou ao encerramento de publicações» (ERC 2010: 276). Foram obtidas 411 respostas válidas, o que perfaz 59,7% do universo.

Este estudo ajuda-nos a perceber um pouco melhor a imprensa regional em Portugal. Em primeiro lugar a sua caracterização, procurando esclarecer do que é que estamos a falar realmente; e em segundo lugar as conclusões sobre a sua distribuição no território. É sobre estes dois pontos que me vou debruçar a seguir.

Os cinco distritos com maior número de publicações são Porto, Aveiro, Braga, Leiria, Faro e Viseu, ao passo que Beja, Bragança, Évora, Castelo Branco, Vila Real e Portalegre são os que têm menos. No que se refere à periodicidade das publicações locais e regionais que integram a amostra, verifica-se a predominância de semanários (33,3%), mensários (33,1%) e quinzenários/bimensários (26%). De referir que os diários perfazem somente 2,2% da amostra, tendo os títulos online uma expressão de 3,2%. Um outro dado interessante fornecido por este estudo vai para a data de fundação ou refundação das publicações: 17,3% dos títulos foram fundados a partir do ano 2001 e 16,5% entre 1991 e 2000. Quanto mais se recua no tempo maior será a probabilidade de existirem casos de publicações já extintas ou refundadas. Aproximadamente 20% das publicações foram fundadas até 1970, tendo os restantes títulos da amostra sido lançados a partir da década de 80. Sete das publicações foram fundadas ainda no século XIX. A estes dados não serão alheias circunstâncias históricas, os mais antigos relacionados com a fase em que a Igreja fundou jornais em várias paróquias e dioceses; mas o aparecimento de numerosos títulos mais recentemente tem que ver com os apoios do Estado aos media regionais e locais nos anos de 1980, na sequência, por sua vez, da liberdade de expressão permitida pela revolução de 25 de Abril de 1974, como já foi referido antes.

O estudo da ERC revela outro tipo de informação que faz um retrato do panorama da comunicação social regional, relativamente ao profissionalismo dos seus trabalhadores, o carácter amador de alguns e a polivalência de outros. O inquérito a responsáveis das publicações mostra uma panóplia de situações, umas mais e outras menos adequadas ao funcionamento de um meio de comunicação social. Uma esmagadora maioria, 80,3% dos inquiridos, declararam desempenhar uma só função na publicação, para aproximadamente 18% que realizam várias funções. Entre os inquiridos que desempenham uma única função, 56,4% são membros da direcção editorial e 6,6% directores ou responsáveis editoriais. Outros 10% dos inquiridos exercem funções na publicação como chefes de redacção, editores ou redactores / repórteres. Entre os inquiridos que cumprem várias funções na publicação, as



situações mais frequentes são as do exercício simultâneo dos cargos de membro da direcção editorial e de editor (2,7%) ou de membro da direcção editorial e de chefe de redacção (2,2%). Registaram-se pontualmente acumulações de funções à partida incompatíveis na organização interna de uma publicação informativa, nomeadamente entre as áreas editorial e comercial. De entre os que desempenham funções editoriais, 44,4% declaram possuir carteira profissional de jornalista, 30,1% título de equiparado e 2% título de colaborador regional; 9,5% dos inquiridos não possuem quaisquer títulos habilitadores para o desempenho da profissão de jornalista. O amadorismo parece persistir, pelo menos no que diz respeito aos dirigentes dos jornais regionais, já que só 44,8% dos inquiridos declaram desempenhar funções em exclusivo para a publicação, enquanto 51,6% exercem adicionalmente funções fora da respectiva publicação.

Quanto à estrutura de propriedade das entidades que publicam os títulos regionais, o estudo da ERC conclui que a maior parte das publicações apresentam-se sob a forma de sociedades limitadas ou por quotas (31,9%), seguindo-se as fábricas de igreja<sup>13</sup> (16,1%) e as associações sem fins lucrativos (11,2%). Os autores do estudo encontraram uma relação entre o modelo de propriedade e a periodicidade das publicações: as sociedades limitadas ou por quotas são as que tendencialmente mais editam títulos de periodicidade diária ou semanal, e menos de periodicidade mensal. Pelo contrário, as associações sem fins lucrativos, as fábricas de igreja e as empresas em nome individual tendem a editar publicações de periodicidade mais espaçada, adoptando principalmente a mensal, seguindo-se a quinzenal. Há publicações cujas entidades proprietárias possuem outras actividades empresariais, na ordem dos 24,8%. A situação mais frequente consiste na acumulação de imprensa com a actividade de rádio e de tipografia. Algumas entidades proprietárias dedicam-se também à produção audiovisual, à distribuição e à publicidade. Apenas 15,8% das publicações inquiridas declaram pertencer a um grupo empresarial. A maior parte das publicações locais e regionais declaram ter menos de 5 trabalhadores (52,1%) ou entre 5 a 8 (18,5%) afectos à produção do título. De salientar que 14,4% declaram não ter qualquer trabalhador afecto à produção, contando apenas, por exemplo, com o trabalho de voluntários. Uma percentagem mais residual tem mais de 10 trabalhadores (8%) ou entre 8 e 10 trabalhadores (4,4 %). Um outro dado importante do estudo da ERC é que verificar que os anunciantes mais importantes para a maioria das publicações são o comércio e empresas locais (57,4%); como segundos anunciantes mais

---

<sup>13</sup> A designação Fábrica da Igreja é a personalidade jurídica (pessoa colectiva religiosa) das paróquias, a partir do momento em que passaram a ter cartão de contribuinte de pessoa colectiva, semelhante ao das empresas. Este é também o caso do jornal estudado aqui, o *Alvorada*.

importantes os órgãos e serviços da autarquia (23,4%); e na terceira posição surgem as indústrias locais (15,6%). Esta informação parece contrariar a ideia de que os melhores clientes dos jornais regionais são as autarquias, mas estes dados da ERC referem-se ao inquérito que pedia para identificar qual o tipo de anúncio mais frequente na publicação e não o cliente que individualmente mais publicidade coloca no jornal.

Em suma, este panorama recente do sector da imprensa regional mostra que, apesar da ainda evidente diferença de dimensão entre os jornais regionais em Portugal, houve uma evolução relativamente ao que se verificava há cerca de 30 anos, de acordo com os vários relatos e estudos consultados. Hoje, este tipo de imprensa está mais profissional, com quadros redactoriais ainda de reduzidas dimensões, mas ainda assim representando um bom contributo para a criação de emprego, já que, segundo os dados do estudo, a maioria dos jornais possuem funcionários a tempo inteiro. Quanto aos jornalistas, verifica-se que cerca de metade possuem título profissional, o que representa uma melhoria face ao passado recente, embora o ideal seria, obviamente, os cem por cento, uma vez que a própria legislação em vigor obriga que todos aqueles que trabalham como jornalistas são obrigados a possuir o respectivo título profissional.

### **A imprensa regional na Europa e no mundo**

Portugal é um país pequeno, embora com uma rica diversidade cultural, mas mantendo a unidade linguística. Não existe regionalização administrativa e quando se fala de regiões vulgarmente associamo-las à antiga divisão em 11 províncias, que entre 1936 e 1959 vigoraram no país, durante o Estado Novo, regime político de Oliveira Salazar que formalizou as respectivas autonomias mediante a constituição das juntas de província. Eram, no fundo, autarquias regionais. A partir de 1959 essa divisão territorial foi transferida para os 18 distritos, cada um com a sua junta distrital, enquanto as províncias acabaram extintas em 1976, já após a revolução de 25 de Abril de 1974, embora continuem até hoje como referências geográficas. Em alguns casos a referência à região circunscreve determinados territórios a partir de critérios geográficos ou horográficos, como a Região Oeste, Vale do Ave, Vale do Tejo ou Península de Setúbal. Estas designações em alguns casos deram origem a comunidades intermunicipais ou comunidades urbanas, que não passam de associações de municípios vizinhos com interesses comuns. Não correspondem, todavia, à divisão do país em distritos, que é sobretudo administrativa, embora existam os governos civis distritais e

sirva para identificar alguns serviços e acontecimentos (como por exemplo, os campeonatos de futebol).

As únicas estruturas de divisão administrativa do país que funcionam como tal são os municípios. Ainda que a população de determinadas regiões assuma uma identidade regional (alentejanos, minhotos, algarvios, etc.), na prática, talvez pelo facto de resultar de eleições directas para os órgãos de gestão, são os municípios e as autarquias que representam a única divisão regional do país. As excepções são as regiões autónomas dos Açores e da Madeira, que pela sua insularidade, são as únicas dignas desse nome.

Provavelmente reside nesta divisão do país a justificação para a existência de uma tão disseminada imprensa regional, que na generalidade não passa de imprensa local, com uma abrangência territorial que corresponde ao território de uma autarquia (concelho ou freguesia). O local e o regional só podem ser compreendidos na relação de um com o outro, ou deles com outras dimensões espaciais, como o nacional e o global. O local pode configurar-se como um bairro, um município, uma zona de uma cidade ou uma localidade no meio rural, com características específicas (Peruzzo, 2002).

É um pouco diferente do que se passa no resto da Europa e noutras regiões do mundo. Em países de grande dimensão não há frequentemente um jornal que se possa assumir como nacional. Nos Estados Unidos, por exemplo, até surgir o *USA Today* a imprensa era regional se pensarmos na abrangência geográfica, mas não podemos considerar jornais como o *Washington Post* (Washington) ou o *New Yor Times* (Nova Iorque) como sendo apenas jornais regionais. Certamente pensamos nessas publicações como referências de imprensa nacional e até de projecção internacional. Contudo, não conseguiam atingir todo o território nacional dos EUA. Hoje as novas tecnologias já permitem que isso aconteça, mas ainda continua a haver imprensa de grande tiragem com mais sucesso na cidade onde se publica, dada a grande dimensão do país. Os EUA são até um exemplo da grande proliferação de meios de comunicação locais, desde canais de televisão a estações de rádio, nas mais pequenas cidades.

Outro exemplo é o Brasil, cujo jornal de maior referência é o *Folha de São Paulo*, publicado na maior cidade do país mas que não é a capital e nem sempre chegou a todo o território nacional. No entanto, o seu conteúdo informativo é claramente de vocação nacional, contrariamente à imprensa regional publicada nos vários estados brasileiros e à imprensa local nas mais variadas cidades, normalmente abrangendo apenas um município. Actualmente o *Folha de São Paulo* tem tiragens internacionais, como acontece com grandes jornais de referência mundial (podemos começar a falar em jornais transnacionais), que comete a proeza

de estar nas bancas mais cedo em Portugal do que no Brasil. A explicação para este fenómeno é simples: após o fecho da edição o jornal é enviado para Portugal para impressão e distribuição. Às 8 horas é colocado à venda, mas no Brasil, embora também saia para a rua à mesma hora, devido ao fuso horário (menos três ou quatro horas que em Portugal) acaba por ser vendido mais tarde<sup>14</sup>.

Não existem muitos estudos comparativos entre a imprensa regional em Portugal e os restantes países europeus. Só encontrei um, da autoria de Jorge Pedro Sousa (2002), da Universidade Fernando Pessoa, que vou passar a citar.

Existem muitos pontos em comum entre a imprensa regional e local portuguesa e aquela que existe no resto da Europa, assim como também existem casos em que as diferenças são enormes. «Os media regionais e locais constituem um subsector da comunicação social europeia de difícil descrição» (Sousa 2002: 2), adverte o autor, que também caracteriza Portugal como um país homogéneo do ponto de vista cultural e linguístico, onde «não existe qualquer patamar intermédio entre o poder central (governo central) e o poder local (municípios)».

A primeira comparação de Jorge Pedro Sousa é com o vizinho da península Ibérica. Desde a constituição de 1978 existem em **Espanha** 17 comunidades autónomas, entre as quais se destacam três: Catalunha, Galiza e País Basco. São três comunidades com língua própria e uma cultura anterior à própria formação da Espanha como nação. Este acentuado sentimento de identidade de cada região espanhola favorece a existência de vários grandes jornais de vocação regional. São exemplos jornais de referência no panorama comunicacional espanhol com características de imprensa regional, embora não descure a actualidade nacional e internacional, o *La Vanguardia* (Catalunha), *El Correo* (País Basco) ou o *La Voz de Galicia* (Galiza), que rivalizam com jornais que se assumem como nacionais e que se publicam na capital Madrid. Alguns dos jornais regionais espanhóis, de grandes tiragens e periodicidade diária, acentuam a sua vocação regional através do uso das línguas das comunidades autónomas onde se publicam.

Mas em Espanha, a par da imprensa nacional e regional, há também uma muito activa imprensa local, com centenas de semanários e quinzenários que se publicam por todo o país em vários municípios. Tal como acontece em Portugal, onde a diferença está na ausência da

---

<sup>14</sup> Informação recolhida durante uma reunião com um representante da empresa de distribuição Vasp, onde estive presente enquanto director da Associação Portuguesa de Imprensa, na altura, sobre um novo método de impressão recentemente adquirido que permite receber jornais de qualquer parte do mundo por via electrónica, imprimir e distribuir em Portugal. Deste modo era possível receber o *Folha de São Paulo* em Portugal, imprimir e distribuir ainda antes que no Brasil.

tal imprensa de vocação regional a um nível intermédio entre a nacional e a local, ao contrário da Espanha e de outros países europeus.

Mais para norte no território europeu, a **Áustria** é um país de língua alemã, com pouco mais de oito milhões de habitantes. Administrativamente está dividida em nove estados federais. Tal como em Espanha, em cada estado existe imprensa regional, enquanto a imprensa nacional está concentrada na capital Viena. A nuance é que na Áustria existe um jornal em cada estado federal, que praticamente tem o monopólio e é um forte concorrente da imprensa de cariz nacional nesse território. Também neste país existem vários jornais locais, cuja área de influência corresponde a um município.

Uma outra boa base de comparação é o trio de países conhecido por Benelux (Bélgica, Holanda e Luxemburgo). A **Bélgica** ocupa um território mais pequeno que Portugal, mas tem sensivelmente o mesmo número de população. O panorama da comunicação social impressa revela a divisão do país em duas regiões, cada uma delas reflectindo uma comunidade linguística própria: a norte fala-se o flamengo e a sul o francês, para além de uma pequena região a leste onde se fala alemão. Tal como em Portugal, na Áustria e na Espanha, a capital destaca-se com uma identidade própria, neste caso Bruxelas - também a capital da União Europeia - onde se fala francês e flamengo. Estas características fazem com que a imprensa regional (em cada uma das regiões, na língua local) rivalize em termos de importância e dimensão com a imprensa considerada nacional, que se publica na capital. Da mesma forma, mesmo nas pequenas localidades existem jornais de pequena expressão que, seguindo a linha de raciocínio seguida até aqui, podemos comparar à imprensa local portuguesa. A **Holanda**, sendo semelhante na sua dimensão, tem, no entanto, uma pujante imprensa regional, com tiragens diárias acima dos 100 mil exemplares. Só que não passam de meia-centena (regra geral apenas um em cada cidade), contra os oito diários nacionais, com os quais repartem as audiências. O **Luxemburgo**, sendo um país de reduzida dimensão, acaba por praticamente não ter imprensa regional mas sim pequenos jornais destinados a grupos de interesse ou comunidades de imigrantes.

Outros dois pequenos países da Europa, a Grécia e a Irlanda, com os quais Portugal se pode comparar, apresentam um panorama mediático diferente. A **Grécia** tem a principal imprensa concentrada na capital Atenas e apenas os três diários de Salónica podem ostentar um estatuto que se assemelha ao de regional. A **Irlanda** tem três diários nacionais em Dublin e apenas algumas dezenas de regionais noutras cidades.

A Escandinávia, região conhecida pelos altos níveis de desenvolvimento, qualidade de vida acima da média e nível cultural da população em padrões elevados, terá com certeza um capital de leitura de jornais que pode impressionar. A **Dinamarca**, com pouco mais de cinco milhões de habitantes, tem cinco regiões, criadas em 2007 numa reforma que visou substituir os anteriores 13 condados. A imprensa tradicional caracteriza-se por cerca de quatro dezenas de jornais diários, mas apenas uma dezena se publicam na capital Copenhaga, os restantes são regionais. A imprensa local surgiu recentemente sob a forma de pequenas publicações gratuitas, de periodicidade semanal, um pouco por todo o país, já na ordem das centenas. A **Finlândia**, com cerca de cinco milhões de habitantes, tem duas línguas oficiais, o finlandês e o sueco (só falado por 5% da população). O país está dividido em seis províncias, nas quais existe uma imprensa regional bastante forte e os jornais locais são também às centenas. A originalidade desta realidade é que quase todos os jornais, desde os regionais e locais aos nacionais publicados na capital Helsínquia, são maioritariamente controlados pelos grandes grupos de comunicação social. Na mesma linha, a **Noruega**, com 4,5 milhões de habitantes, tem uns 170 jornais regionais e locais, alguns diários com maior projecção do que os três diários nacionais. A **Suécia**, com 9 milhões de habitantes, é outro fenómeno no que se refere à imprensa regional, que tem mais expressão do que os poucos diários nacionais que se publicam na capital Estocolmo. O estudo de Jorge Pedro Sousa refere que estão inventariadas cerca de 10 mil publicações neste país, número que deverá estar exagerado, mas não encontrei outros dados rigorosos que o contrariem, de modo que devo assumir que são pelo menos na ordem dos milhares, entre os mais diferentes tipos de jornais e revistas, com as mais diversas periodicidades, desde diária a mensal ou com duas, três ou mais edições semanais (o conceito de diário não é muito rigoroso), o que se justifica pela forte concorrência a nível local, estimulada pela política de apoios estatais, e, sobretudo, pela elevada taxa de leitura de títulos de imprensa: cerca de 87% dos suecos lê diariamente mais do que uma publicação.

A **França**, com os seus cerca de 65 milhões de habitantes, representa o caso mais paradigmático do poder e importância da imprensa regional, que reflecte também o complexo sistema de divisões político-administrativas. Tem 26 regiões administrativas, 22 das quais em território continental. Cada uma das regiões está subdividida em departamentos, que por sua vez se dividem em circunscrições, estas em cantões e finalmente em comunas ou municípios. Acontece que na França os maiores jornais são considerados regionais, o maior dos quais o *Ouest-France*, com 750 mil exemplares de tiragem média diária. Este jornal é um caso

singular quando falamos de imprensa regional, dado que, embora trate também de noticiário nacional e internacional e tenha uma delegação em Paris, assume-se claramente como regional, com todas as características para tal, e é o maior não só dos que se publicam em França mas de todos os francófonos. Dispõe de 63 redacções em 12 departamentos da Bretanha, Normandia e Loire. Trata-se de um grande grupo de comunicação, que controla ainda 44 jornais locais. O papel dos jornais entendidos como nacionais, publicados em Paris, está praticamente circunscrito à capital e arredores, apesar de possuir circulação nacional. Esta realidade reflecte a grande tradição da comunicação social regional e local em França, dado que existem jornais provinciais e grandes empresas de comunicação detentoras de diversos meios regionais, para além da *Ouest-France*, não de forma tão expressiva ao nível da pequena imprensa, com excepção para alguns jornais em língua estrangeira, devido à existência de numerosas comunidades imigrantes.

O panorama dos media regionais e locais na **Alemanha**, país com cerca de 80 milhões de habitantes e dividido em 16 unidades federais (após a reunificação) é semelhante ao que se passa em França, embora com maior concorrência dos periódicos nacionais. Em todo o caso, a imprensa regional conta com perto de 400 jornais, alguns com elevadas tiragens diárias, que no seu todo representam 55% da circulação total no território alemão. Também existem os jornais locais em pequenas cidades, mas, tal como em França, são controlados por grandes grupos de comunicação e são na maioria dos casos edições locais dos grandes jornais regionais.

Outro país europeu, a **Itália**, com cerca de 60 milhões de habitantes, está também dividido em 20 regiões administrativas, o que facilita a implantação de jornais com vocação regional. Outro dado que contribui para a pujança dos media regionais italianos é a dimensão de cidades como Milão, Nápoles e Turim, cada uma com mais de um milhão de habitantes, que rivalizam com a capital Roma em termos de importância e permite que os jornais nacionais tenham menor expressão que os regionais (ou que se publicam fora da capital), já que estes atingem audiências elevadas. Esta característica, contudo, tem limitado a implantação da pequena imprensa local no país.

O **Reino Unido**, com 58 milhões de habitantes, é um outro caso original, uma vez que é constituído por quatro estados: Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte. Obviamente que cada um dos estados tem os seus jornais, que devemos considerar regionais por se destinarem precisamente a essas regiões independentes. Mas existem também jornais nacionais e nem todos se publicam na capital Londres, o *The Guardian*, por exemplo, é um

jornal de expansão nacional que se publica em Manchester. O panorama da imprensa regional é semelhante ao de Portugal em número, com mais de 700 jornais diários e semanários, a maioria locais, mas existe também um outro fenómeno em crescimento, o dos jornais locais gratuitos, já com mais de um milhar em todo o Reino Unido.

A **Suíça**, que não pertence à União Europeia e é um país tradicionalmente neutral, tem condições favoráveis muito particulares ao desenvolvimento da imprensa regional. Tem cerca de sete milhões de habitantes e está dividido em 26 estados autónomos, designados cantões, que constituem a Federação Helvética. A somar a esta diversidade administrativa está o facto de na Suíça se falar quatro línguas (alemão, francês, italiano e romanche uma pequena parte), o que favorece ainda mais a existência de uma imprensa regional. Os cerca de 250 jornais publicados no país assumem uma tendência regional por força da língua em que são editados e dificilmente conseguem atingir o estatuto de nacional, com excepção de alguns francófonos que se publicam em Berna ou Genebra.

Em conclusão, a existência da imprensa regional é uma realidade na generalidade dos países da Europa e um pouco por todo o mundo com regimes políticos democráticos. Varia em qualidade e em dimensão, na certeza que a primeira depende da segunda, consoante «a riqueza, a urbanização, a densidade populacional, a diversidade linguística, étnica e cultural» (Jorge Pedro Sousa, 2002) e de outros factores, como a divisão político-administrativa de cada país, as políticas de apoios estatais (praticamente comum em todos os países da União Europeia) e as raízes históricas no que respeita à imprensa.



## **CAPÍTULO 2 – Pesquisa no terreno**

### **Quando um território produz um jornal**

O concelho da Lourinhã localiza-se no litoral da denominada Região Oeste, a cerca de 63km a norte de Lisboa, com 146 km<sup>2</sup> de área e cerca de 23.000 habitantes, distribuídos por 11 freguesias. A sede do concelho, a vila da Lourinhã, assim como sobretudo o interior do território do município, mantêm ainda características rurais. Mas o facto de se localizar junto ao mar, com 12km de costa, várias praias muito concorridas e de ter investido na divulgação dos achados paleontológicos (o famoso Museu da Lourinhã é um caso de sucesso) ao longo dos anos, mostra também um certo desenvolvimento em resultado da actividade turística.

O nome da Lourinhã está associado, segundo algumas versões, à existência de uma povoação romana. No Século XII, já em plena reconquista, D. Afonso Henriques concedeu ao fidalgo francês Don Jordan as terras hoje conhecidas por Lourinhã pelos valerosos serviços prestados por este na conquista de Lisboa aos mouros. O primeiro foral da Lourinhã, atribuído por D. Jordan, não possui data certa, embora alguns historiadores o remetam para o ano de 1160, tendo sido sucessivamente confirmado por D. Sancho I, em Santarém, no ano de 1218; e por D. Afonso III, no ano de 1251. Um novo foral foi concedido por D. Manuel I, em 1512. Importante acontecimento histórico foi a Batalha do Vimeiro, onde o exército lusobritânico venceu as tropas napoleónicas comandadas pelo general Junot, em 21 de Agosto de 1808, durante a 1.<sup>a</sup> Invasão Francesa.

Após esta época importante para a história da Lourinhã, o concelho entrou no século XX. As suas gentes dedicavam-se sobretudo às actividades económicas do sector primário, junto ao litoral em algumas aldeias piscatórias, como Porto Dinheiro ou Ribamar, onde a pesca representava o principal sustento dos locais; e, mais para o interior, a agricultura ocupava a grande maioria da população. Hoje mudou um pouco, sobretudo devido à introdução de um outro importante sector, o do turismo, graças à vasta costa desde a praia da Areia Branca até Ribamar, e também a alguns símbolos do concelho conhecidos no exterior, como a famosa aguardente<sup>15</sup> ou os dinossauros. As novas vias rodoviárias também ajudaram a esse desenvolvimento e facilitaram igualmente a agricultura, hoje ainda bastante marcada pela produção horto-frutícola, conforme nos contou António Gomes, director da cooperativa local.

---

<sup>15</sup> A Lourinhã é a única Região Demarcada do país de aguardente.

Acontece que em finais dos anos 1950 registaram-se várias mudanças na sociedade lourinhanense. Desde logo pela influência que a Igreja Católica exercia, possuidora do Externato da Lourinhã<sup>16</sup>, que em 1956 lançou a primeira pedra para o novo edifício, pelo vigário, padre António Escudeiro, que viria a fundar o jornal *Alvorada*. Numa época em que se implementou em todo o país o ensino público, gratuito para as crianças, aquele estabelecimento de ensino privado, da Igreja, viria a transformar-se naquela que é hoje a Escola Secundária da Lourinhã. A importância do ensino no concelho acabou por fornecer boa massa crítica local, num país que vivia a ditadura e baixos índices de alfabetismo entre a população.

Não temos a certeza, mas provavelmente atendendo às características rurais e piscatórias do concelho da Lourinhã, conhecidas que são as devoções religiosas dos pescadores, outras iniciativas foram acontecendo em finais dos anos de 1950 e princípios dos anos 1960 com intervenção da Igreja, no âmbito da Pastoral do Mar. No litoral do concelho, em Ribamar, nasceu um grupo de teatro, orientado pelo padre Marcelino, que cultivou o gosto pela cultura durante aquelas duas décadas e, após um interregno e já com outros dirigentes, ainda hoje mantém a sua actividade. Também nos anos de 1960 e em Ribamar nasceu a Casa do Oeste, uma instituição do Patriarcado de Lisboa, transformada em Fundação João XXIII em 1991, cujos objectivos passavam e passam actualmente pela acção social, centro cultural e educativo e promoção do desenvolvimento local e regional, entre outros.

Começou também a surgir naquela altura uma elite esclarecida, desejosa de debater ideias, mas que se via impedida de o fazer face ao regime político vigente, que reprimia formas organizadas de discutir abertamente as questões actuais. O professor Hernâni Mergulhão, com quem conversámos, não viveu propriamente esse período como interveniente, mas lembra-se, até pelo que ouvia contar do seu pai, que aquela foi uma época de intenso debate político na Lourinhã, tendo surgido alguns jornais, mas que tiveram vida efémera. O nosso interlocutor acha, a propósito, que a sobrevivência do *Alvorada* aos tempos conturbados dos anos 1960, deve-se essencialmente ao facto de ser propriedade da Igreja, instituição sólida, credível, influente e merecedora de alguma benevolência por parte do poder político, incluindo a Comissão de Censura. Daí que tenha sido possível alimentar algumas, mas poucas, polémicas nas páginas do jornal, intercaladas com períodos mais

---

<sup>16</sup> Primeiro chamou-se Externato D. Luís de Ataíde e mais tarde Externato D. Lourenço.

subservientes relativamente ao regime político de cada vez que o jornal era advertido pelos abusos que cometia, que o fazia regressar ao estilo mais contido.

É também em 1960 que o Museu da Lourinhã anuncia a descoberta do seu primeiro achado de um dinossauro fóssil, neste caso ainda em Angola, por Miguel Telles Antunes, que seria o ponto de partida para a campanha que aquela entidade viria a desenvolver ao longo dos anos até hoje, com diversos achados no território da Lourinhã. A Guerra Colonial e o súbito surto de emigração do concelho para os mais variados pontos do mundo, também ajudaram a mudar a sociedade local.

### **Quando um jornal (re) produz um território**

É neste ambiente que nasce o jornal *Alvorada*, publicação que completa no dia 5 de Novembro de 2010 meio-século de existência. Foi criado a partir de uma outra publicação similar, intitulada *Redes e Moinhos*, editada entre 5 de Setembro de 1954 e 1960, também com sede na Lourinhã mas que abrangia toda a vigararia. Aliás, editava um suplemento intitulado *Voz do Mar*, dedicado ao concelho de Peniche, que a partir de 1960 se autonomizou e passou a ser editado como jornal local em Peniche. Curiosamente, 50 anos depois os dois jornais, ambos da Igreja, estão agora a aproximar-se novamente, juntando meios de modo a reduzir custos. A propriedade do jornal *Alvorada* começou por ser do padre António Teixeira de Sousa, sendo director o padre António Escudeiro. A 20 de Março de 1962 passou para a propriedade da Sociedade Luz e Progresso, uma tipografia do Patriarcado de Lisboa que foi proprietária de outros jornais regionais da Igreja, como o *Badaladas*, de Torres Vedras. Em Junho de 1987 a propriedade foi transferida para a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Nossa Senhora da Anunciação da Lourinhã.

Tal como muitos outros jornais regionais publicados em Portugal propriedade de fábricas de igrejas paroquiais, é caracterizado como sendo «de inspiração cristã». Quer isto dizer que não é propriamente uma publicação doutrinária ou um boletim paroquial apenas com notícias da paróquia onde se publica. Na realidade, apenas uma das 40 páginas de cada edição, a penúltima, contém noticiário religioso com a actualidade da paróquia. O resto de cada edição é ocupado com noticiário regional de cariz generalista. O estatuto editorial define claramente os objectivos do jornal:

«O jornal *Alvorada* é um periódico de informação e de cultura, sobretudo do concelho da Lourinhã, particularmente atento aos factos e problemas, à vida social, escolar, política, desportiva e recreativa, às expressões culturais do meio e da arte, e à história preferencialmente local. [...]

Sendo de âmbito regional, pretende servir, não só o concelho da Lourinhã e os arredores, mas também os muitos assinantes que, residindo fora dele ou no estrangeiro (emigrantes), têm fortes laços de raiz e relacionamento com o concelho, por dele serem naturais. [...] É um quinzenário regional de inspiração cristã, prezando pelo desenvolvimento integral e solidário dos seus leitores e das comunidades onde se insere. Estimula nas suas páginas o debate de ideias numa perspectiva de formação global do ser humano, procurando contribuir para formar uma autêntica opinião humanística».

O actual director e administrador é o padre Ricardo Franco. Trata-se de uma publicação, associada da AIC, que se dedica assumidamente à actualidade do concelho da Lourinhã. Não invalida, contudo, que dedique uma ou duas páginas aos acontecimentos que ocorrem noutros concelhos vizinhos, mas onde se distingue uma clara identidade com a região Oeste. Tem uma tiragem de 4.600 exemplares e é quinzenal (sai às primeiras e terceiras sextas-feiras de cada mês), uma periodicidade que não coincide com os ciclos naturais do calendário (semana, mês, ano), mas corresponde a uma prática usual da imprensa regional em Portugal. Já chegou a ser semanal, mas a dimensão do jornal não permite comportar as despesas inerentes a uma edição com esta periodicidade, dado que os custos com a tipografia são os mais pesados no orçamento, e regressou à quinzenal.

A redacção está instalada nas traseiras da igreja paroquial da vila da Lourinhã, no Centro Pastoral de Santo António. Confundem-se, assim, as instalações dedicadas aos serviços religiosos e as do jornal. As instalações do jornal, porém, estão preparadas e equipadas para os três funcionários a tempo inteiro e um a meio-tempo que ali trabalham. O chefe de redacção Paulo Ribeiro e a repórter Sofia de Medeiros, ambos jornalistas com carteira profissional. Genoveva Cunha trata do secretariado, administração, publicidade e distribuição, com a ajuda da senhora Verónica, voluntária no jornal desde o seu início. A paginação está a cargo de Rosário Cipriano, que tem 15 dias para colocar em formato gráfico os textos do jornal e a publicidade.

Durante as minhas deslocações às instalações do jornal não tive oportunidade de me cruzar muitas vezes com o padre Ricardo Franco, director do jornal. Tenho falado a maioria das vezes com o chefe de redacção. É um caso paradigmático de um jornal da Igreja que possui como director e administrador um padre, em acumulação de funções com o de pároco. Neste caso prefere ocupar mais o seu tempo com a actividade paroquial e delega no chefe de redacção a coordenação do jornal, garantindo, todavia, que a linha editorial se mantenha. O director do jornal não deixa de, quinzenalmente, publicar o respectivo editorial, habitualmente sobre temáticas religiosas e universais.

O resto do pessoal também não tem uma relação laboral muito linear. O chefe de redacção, por exemplo, só está no jornal da parte de tarde, porque todos os dias de manhã assegura o noticiário na rádio local da Lourinhã<sup>17</sup>, com quem o jornal mantém relações de colaboração muito próximas. A secção de Desporto está a cargo de um colaborador que, mediante uma avença mensal, coordena quatro páginas do noticiário desportivo. Outros serviços, como as cobranças das assinaturas e dos anúncios, são desempenhados por colaboradores gratuitamente. Recentemente foi desenvolvida uma sinergia de recursos com o jornal *Voz do Mar*, de Peniche, também da Igreja e quinzenal, de modo que a mesma equipa do *Alvorada*, em particular o chefe de redacção e a paginadora, passem a trabalhar para os dois órgãos.

Nota-se que as notícias têm um cariz positivo e cívico, destacando o aspecto social, inaugurações de obras da autarquia ou a cobertura de acontecimentos desenvolvidos pelas associações locais. Normalmente não há muito espaço para o jornalismo de investigação. Interessante o destaque atribuído a eventos de cariz artístico / cultural, como exposições, peças de teatro ou espectáculos musicais com notícias relativamente grandes e com foto. Há também um tipo de noticiário a dar conta da actividade empresarial local, por um lado para destacar o aspecto empreendedor dos empresários da terra, mas por outro lado é também uma forma de captar anunciantes. Há mesmo uma certa confusão entre o que é notícia e publicidade, porque normalmente surge uma página ocupada por uma entrevista a um empresário e assinada por um jornalista do jornal e a outra metade da página com um anúncio da mesma empresa. Aliás, a publicidade é toda de empresas locais, a maioria em espaços inferiores a meia-página. Daí a importância da sobrevivência do jornal à custa do mercado local, quer em relação aos leitores e anunciantes, quer aos destinatários das notícias. Essa proximidade leva à publicação entre uma a duas páginas da necrologia, mais um ou outro anúncio de aniversário de um emigrante, bodas de ouro ou de prata matrimoniais. São publicidade, mas elucidam claramente a importância da proximidade entre as páginas do jornal e o quotidiano dos leitores, todos eles vizinhos, tantas vezes próximos do acontecimento e tantas vezes os mesmos que são notícia e leitores em simultâneo.

As rotinas da redacção são simples, por tão poucos que ali trabalham. No fundo, o chefe de redacção tem apenas uma jornalista a quem distribuir tarefas e esta desempenha-as numa área geográfica que conhece bem e não exige grandes deslocações. Não significa que haja muito tempo livre, mas não há concorrência interna e os acontecimentos sucedem ao

---

<sup>17</sup> Rádio Clube da Lourinhã

ritmo natural do dia-a-dia, semana após semana. Apesar de o jornal ser quinzenal, o dia do fecho da edição (na primeira e terceira sexta-feira de cada mês) é sempre uma maratona, porque há o cuidado de procurar publicar as notícias o mais actuais possível e isso leva a que a fase final da produção do jornal acabe sempre por ser até ao limite do prazo.

A publicidade é, afinal de contas, um espelho do que representa uma publicação local para a comunidade. Só existem anúncios de empresas do mesmo concelho onde está implantado o jornal, supondo, os anunciantes, que o mercado é apenas local e, portanto, os anunciantes fazem publicidade num meio que pretende atingir um público que corresponde mais ou menos à mesma área geográfica. Mesmo aqueles anúncios de marcas nacionais ou internacionais (como os de hipermercados, instituições bancárias e de seguros ou marcas de automóveis) só acontecem porque têm representação local. O caso do *Intermarché*, por exemplo, um bom cliente do *Alvorada* a avaliar pelas páginas da publicação, coloca anúncios porque se trata de um hipermercado que funciona através do sistema de *franchising*. Outras marcas de hipermercados presentes na Lourinhã (*Modelo, Pingo Doce e Lidl*) têm uma gestão dos investimentos publicitários centralizada na sede da empresa e prefere investir em campanhas nacionais, excepto por ocasião de um acontecimento muito especial, principalmente a inauguração da loja local ou aniversário. O mesmo acontece relativamente às instituições financeiras. Um bom investidor na imprensa regional, não apenas no *Alvorada* mas em vários jornais pelo país, é a Caixa de Crédito Agrícola, porque é um banco com capitais, gestores e sócios locais. Os clientes são maioritariamente da terra e por isso faz sentido que as campanhas publicitárias se centrem também nos meios locais, mais próximos do mercado. No caso dos seguros, os investimentos publicitários na imprensa regional também não provêm da sede da companhia mas sim dos agentes locais, os mais interessados em conquistar clientes na área geográfica onde estão implantados. Igualmente com marcas de automóveis e agentes imobiliários. Existem concessionários ou agentes locais das marcas, com uma determinada área comercial, a quem interessa publicitar os serviços na localidade onde estão implantados. Há depois, claro, a publicidade institucional, da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia, anúncios do tribunal e dos notários, da repartição de Finanças, concursos das escolas e outros obrigatórios por lei. O grosso da restante publicidade é também local, de pequenas e médias empresas dos mais variados ramos de negócio, desde clínicas a escritórios de advogados, passando por lojas de todo o tipo.

Destaca-se o caso muito especial da necrologia. Porque será que a página dos falecimentos é tão popular na imprensa regional? A imprensa nacional também inclui nas

suas páginas dos classificados alguns anúncios de falecimentos, mas nenhum consegue bater a imprensa regional neste capítulo. Há publicações locais de periodicidade semanal com duas páginas inteiras de necrologia. Nem todos os anúncios são de mortes recentes, alguns referem-se a missas do sétimo dia ou aniversários natalícios. São anúncios que pretendem anunciar publicamente que determinada pessoa faleceu e agradecer às pessoas que manifestaram pesar ou marcaram presença no funeral. Regra geral é um serviço que as próprias agências funerárias tratam. A necrologia tem sucesso nestes jornais (que ainda por cima são pagos e representam uma importante receita) porque tocam em algo natural no ser humano e é também uma das essências da imprensa regional: a curiosidade sobre o vizinho. Isso quer dizer que o que leva as pessoas a ler a imprensa regional – o interesse sobre os acontecimentos que ocorrem próximos do local que melhor conhecemos – é também a justificação para o sucesso da necrologia, sobretudo com fotografia (que acontece quase sempre), porque há uma grande probabilidade de lá estar alguém que conhecemos. Se for o caso de o jornal ser da Igreja, ou de inspiração cristã, então a necrologia tem ainda mais força, porque nas suas páginas são anunciadas as missas por intenção dos falecidos.

### **Quando a comunidade sente o «seu» jornal**

Os leitores da imprensa regional não são diferentes dos outros, aliás, cruzam-se, quem lê o jornal da terra também lê a imprensa nacional e, na essência, o que pretende é estar informado sobre a actualidade e o que se passa no mundo, no país e à sua porta. Mas há uma curiosidade diferente sobre o que está próximo. Sobre o resto do mundo querem saber o que acontece, mas em relação ao local existe uma espécie de voyeurismo de espreitar o que se passa com o vizinho. Embora o *Alvorada* trate fundamentalmente da actualidade do concelho da Lourinhã, dentro da tal tese que remete para a existência em Portugal de uma imprensa local mais do que regional, até porque a esmagadora maioria dos leitores são do concelho, não rejeita, contudo, uma consciência regional.

O *Alvorada* centra a sua cobertura noticiosa no território municipal, o que se explica também pela facilidade de deslocação e proximidade dos acontecimentos. Os dois jornalistas estão mais perto do que acontece, o que é importante sublinhar, dado que num meio rural qualquer deslocação implica uma mobilidade com viatura própria, ao contrário dos meios urbanos, onde os transportes públicos facilitam as deslocações. Isto apesar do chefe de redacção residir num concelho vizinho. Mas também porque as fontes de informação

dirigem-se ao jornal local para denunciar situações, em vez de se dirigirem ao jornal de um concelho vizinho.

No entanto, como dizíamos, a consciência regional não se perde. O grosso da informação, com produção própria, é do concelho da Lourinhã, a merecer honras de primeira página e destaque, mas esse facto não impede que depois se publiquem notícias de outros concelhos da região Oeste, sobretudo os limítrofes. É uma característica a outros jornais daquela zona que analisámos: *Badaladas* (Torres Vedras), *Gazeta das Caldas* (Caldas da Rainha), *Voz do Mar* (Peniche) e *Área Oeste* (Bombarral). Todos eles são diferentes. O *Badaladas* revela no seu cabeçalho a vocação cristã; os jornais que se publicam nas Caldas da Rainha e em Peniche mostram uma identidade concelhia quando referem no título *Gazeta das Caldas* e, no caso do *Voz do Mar*, a evidente referência à localização do concelho junto ao oceano. Mas o *Área Oeste*, o mais novo de todos, que também não ultrapassa o território concelhio, como o seu concorrente local mais antigo, o *Notícias do Bombarral* (este, pelo contrário, revela a referência ao município onde se publica), adopta uma pretensão de alargar mais a sua área de influência, colocando no título o nome da região e, na verdade, arrisca-se a não conseguir abranger nem a região nem o concelho: no primeiro caso porque, como já afirmámos, em Portugal os cidadãos não têm uma noção de coesão regional e preferem ler o jornal da sua terra; no segundo caso, porque o nome pode levar os leitores a pensar que o jornal não é apenas da sua localidade e rejeitam-no. Será provavelmente neste sentimento de pertença que reside a força da imprensa regional, não pela dimensão individual, mas pela sobrevivência colectiva, que permanece apesar da reduzida dimensão e fraca qualidade; ou porque a identidade das regiões comporta a necessidade de mecanismos de produção simbólica que contemplem o reforço do sentimento de pertença (Correia, 1998).

Na Lourinhã o *Alvorada* é também entendido como um bem patrimonial de todos. As pessoas não o elegem como um produto superior, melhor do que todos os outros, algumas até o acham, envergonhadamente, modesto. Mas gostam de o considerar deles e o facto de ser da Igreja ajuda a criar uma imagem de instituição comunitária, para o bem de todos, positiva. Essa marca leva a que seja quase visto um pouco como uma agremiação, como se se tratasse de uma associação recreativa: os assinantes intitulam-se sócios, os anunciantes são uma espécie de patrocinadores e todos contribuem para «ajudar» a manter o jornal. Até o dono do quiosque localizado em frente à igreja, onde se situa a sede da publicação, abdica da percentagem a que teria direito pela venda dos exemplares, «para ajudar». Apesar da diminuição do seu peso no sector da comunicação social, o certo é que os títulos da Igreja



Católica continuam a ser um objecto de estudo interessante devido às especificidades que apresentam em relação aos que têm como vocação claramente comercial (Ribeiro, 2005) e explica, certamente, a ligação afectiva com o local (paróquia). Será que a imprensa regional tem virtualidades para se constituir como um dos pilares possíveis para a criação de um espaço público, na medida em que a proximidade entre a decisão política, o espaço mediático e a vida quotidiana anula os efeitos indesejáveis da massificação? (Correia, 1998). Vamos tentar encontrar pistas para ajudar a clarificar essa dúvida.

### **Quando a proximidade tem vantagens e desvantagens**

Recentemente tive de fazer a reportagem da morte de três membros da mesma família, vítimas do acidente de autocarro em Marrocos entre os passageiros do pacote Funchal. Residiam no concelho onde se publica o jornal onde trabalho. Ao fazer a reportagem fiquei a saber que se tratava da filha e dos pais de uma amiga minha, colega dos tempos da escola. Escrevi o artigo emocionado. Mas escrevi. É o meu trabalho. O distanciamento, contudo, foi difícil. Já noutras ocasiões passei pelo mesmo. Recordo a morte de uma criança, na sala onde tinha aulas de dança, vitimada pela queda de um espelho de ginásio. Ao fazer a reportagem soube que era filha de um amigo meu e conheço a professora dessa classe de dança há muitos anos. Senti a dificuldade em realizar um trabalho sobre uma tragédia com pessoas que pertencem às minhas relações pessoais. Dificuldade sobretudo para mim.

Posso ainda lembrar outros casos, alguns mais positivos, mas estas histórias revelam os riscos da proximidade, não apenas entre as fontes e os leitores. Também os jornalistas de imprensa regional são confrontados imensas vezes com a dificuldade em relatar notícias do quotidiano que a eles podem dizer respeito ou que envolvem pessoas conhecidas, vizinhos, familiares, colegas; ou sobre acontecimentos que também afectam quem os torna públicos. A imparcialidade pode não ser a coisa mais fácil de alcançar nestes casos. Sobretudo se houver conflito de interesses, o que não é assim tão raro quando o exercício do jornalismo de proximidade está a cargo de profissionais que são vizinhos ou familiares daqueles que se queixam ou dos que eventualmente saem prejudicados pela notícia. Recordo um episódio, que não foi único, de um leitor do jornal onde trabalho, furioso por ter sido publicada uma notícia que o envolvia, ter entrado pela redacção sem nada que o detesse, e irrompeu pelo gabinete do director ameaçando-o ferozmente antes de sair porta fora. Foi tudo tão rápido que não deu tempo para nada. Esta vulnerabilidade dos jornais regionais, das suas instalações e

dos seus jornalistas, dificilmente pode ser contrariada, devido precisamente à proximidade. Se tivesse sido colocado um segurança à porta do jornal certamente aquele indivíduo furioso não teria entrado, mas de nada serviria, pois mais tarde ou mais cedo o director do jornal seria descoberto no café ou na rua.

É desta mistura de sentimentos que também se faz a imprensa local. Não significa menos profissionalismo, nem uma maior ou menor dificuldade relativamente a quem desenvolve o seu trabalho na imprensa nacional. Não se trata aqui de descobrir casos de promiscuidade entre fontes, jornalistas e leitores, só porque todos se conhecem, sobretudo os dois primeiros grupos. Na imprensa nacional também existem jornalistas destacados para acompanhar determinado político, equipa de futebol ou alguma individualidade. Há jornalistas especializados em áreas como a economia, as artes e o espectáculo, o desporto ou a política. Chegam a fazer viagens juntos e ficam nos mesmos hotéis.

Mas na imprensa local essa é uma proximidade diferente, o jornalista pode não apenas ser íntimo do presidente da Câmara, do director do clube de futebol ou do comandante dos bombeiros. A questão é se são eventualmente vizinhos e os problemas que afectam um também afectam o outro. Ou se já eram amigos antes dos cargos que ocupam, desde a infância ou dos bancos da escola. Ou se um é casado com a prima do cunhado do outro. Não será impossível que até joguem futsal aos fins-de-semana na mesma equipa, vão aos mesmos supermercados, tomem café nas mesmas pastelarias e provavelmente comprem o jornal no mesmo quiosque. Recupero aqui as noções de proximidade tratadas anteriormente nesta dissertação, como a de vizinhança (Sousa 2002) ou o critério geográfico (Martins 2008), neste último caso recorro a forte territorialização dos públicos da imprensa regional e a respectiva proximidade face aos agentes e às instituições sociais que dominam esse espaço, como defende Carlos Camponez (2002).

Os mesmos quiosques que vendem o jornal *Alvorada*, na Lourinhã. As páginas do quinzenário revelam o quotidiano do concelho, as ruas esburacadas de uma qualquer artéria que uma boa parte dos moradores conhece por lá passar todos os dias, a inauguração do fontanário que está à vista de todos os que passam pelo largo principal, a eleição do presidente do clube da terra da qual muitos leitores do jornal também são associados, a abertura da nova escola para onde vão estudar os filhos dos leitores e até eventualmente os do jornalista que fez a cobertura do acontecimento (ver quadro 2). Um jornal local é parte integrante da comunidade onde se insere, indubitavelmente. Ele e quem lá trabalha e a quem se dirige. É como uma grande família. É como uma tribo onde cada um desempenha o seu

papel em prol do colectivo. «Este jornal é nosso, fala daquilo que só a nós diz respeito», dizia-me um dos entrevistados que ouvi por acaso nas ruas da Lourinhã. As pessoas destacam essa familiaridade, quando dizem, por exemplo, «este jornal fala sobre pessoas que nós conhecemos», ou «o que queremos ver no jornal são acontecimentos que envolvem os nossos vizinhos para sabermos se estão a passar mal ou bem».

Vou recuperar outro episódio pessoal. Há pouco tempo fiz uma reportagem que julguei com interesse para os leitores do jornal onde trabalho, em Torres Vedras. Soube por um dos paginadores que na clínica onde a mulher dele trabalha um médico ia abrir na cidade uma nova unidade de saúde, única no país, de grandes dimensões, destinada a doenças neurológicas degenerativas. Pedi-lhe o contacto do médico, mas ele só conseguiu o do irmão, o encarregado da obra, já em curso, num local elevado e visível de praticamente toda a cidade. Contactei-o, marcámos hora e local para a entrevista, ele veio com o irmão, o médico neurologista, reputado especialista em Portugal e no estrangeiro, que reconheci como o melhor aluno da minha turma do ensino secundário. Nem chegou a haver tratamento por «doutor», mas imediatamente por «tu», assim que nos reconhecemos após cerca de 20 anos sem nos vermos um ao outro. E eles contaram-me que também tinham interesse em explicar à população o que realmente ia ser aquele edifício que crescia a olhos vistos na encosta do monte sobranceiro à cidade. As pessoas perguntavam e especulavam sobre a nova clínica e convinha aos promotores esclarecer o que na verdade ali iria ser implantado.

Este é um exemplo de como se pode dizer que «o mundo é pequeno». Uma notícia num jornal local a dar conta de um empreendimento importante para a terra, cujo proprietário afinal é amigo de juventude do jornalista, cujo contacto surgiu através do irmão, que deu o contacto à mulher do técnico gráfico do jornal onde trabalha o jornalista que foi entrevistar o promotor, médico e amigo do entrevistador... E, enfim, parece um círculo. E é um pouco assim que funciona a imprensa regional. Há sempre alguém conhecido algures em cada esquina. Umas vezes tem vantagens, outras nem tanto. Pode dar-se o caso de um dia ter de entrevistar o novo líder do partido da oposição local, o mesmo indivíduo com quem tive uma discussão violenta na semana anterior no parque de estacionamento da minha rua! São também estes imponderáveis que fazem a imprensa regional, que decorrem da inserção do jornalista na rede de relações vicinais, de amizade, de parentescos. O jornalista da imprensa regional, afinal de contas, também é parte da rede social onde trabalha e também é afectado

pela *agenda-setting*<sup>18</sup>, ou seja, também ele é receptor das escolhas que fez na edição do jornal, ao escolher umas notícias em detrimento de outras.

O vereador José Tomé (ver quadro 1) recorre ao conceito de proximidade para melhor definir, no seu entender, a relação entre o jornal *Alvorada* e a comunidade. Como cidadão considera que há uma ligação maior entre a comunicação local e os residentes da sua área de influência:

«É uma questão que tem que ver com a proximidade. Há uma ligação maior entre a comunicação local e os residentes na sua área de influência. Eu hoje, não sendo natural da Lourinhã, recebo e sou assinante do jornal do concelho do qual sou natural. Isto por uma necessidade que eu tenho de saber coisas da minha terra. É uma relação afectiva com a comunicação social escrita local: eu sei que aquele jornal traz assuntos da minha terra».

Mas como responsável autárquico a relação é diferente, mais institucional, e naquilo que é a relação da Câmara Municipal com a comunicação social local, assegura que é semelhante aos outros meios de comunicação. Ou seja, quando a Câmara quer divulgar alguma acção ou passar alguma informação fá-lo através de uma nota de imprensa que sai do gabinete igual para todos.

«O contrário já é diferente, atendendo à relação que o jornal sabe ter com os leitores, é evidente que os interesse deles é muito maior na procura da notícia depois de receberem a nota de imprensa. Um órgão nacional já terá outros critérios para considerar o que é ou não é notícia. Também às vezes é interessante notar que os jornais nacionais, depois de uma notícia publicada no jornal local, virem perguntar coisas e nós dizemos que aquilo surgiu de uma nota de imprensa da própria Câmara. Tem que ver com a própria organização interna do jornal ou na altura não foi dada a devida importância».

Deste modo o vereador acaba por revelar algo que é interessante observar: o jornal local como fonte de informação para a imprensa de expansão nacional.

Outra das questões abordadas foi a relação inversa. Isto é, o autarca ler no jornal local algo que não sabia e desencadear mecanismos para saber mais, contactando a redacção e procurar assim resolver o problema. Por exemplo, a denúncia de um leitor sobre um qualquer problema a necessitar de resolução, como o caso de uma família desfavorecida a quem o tecto da residência desabou, situação que pode merecer a intervenção da Câmara Municipal; ou, mais polémico, as declarações de membros de partidos da oposição. José Tomé reconhece que isso sucede com frequência, através do gabinete de comunicação que faz a triagem de tudo o que é publicado, incluindo o espaço do leitor. Esta atitude resulta da tal proximidade e relação afectiva:

---

<sup>18</sup> Teoria de comunicação formulada por Maxwell McCombs e Donald Shaw na década de 1970, segundo a qual os media determinam a opinião pública ao destacarem certos temas e omitirem outros.

«É o nosso jornal local. Há esse sentimento, sem promiscuidade, carinho até, relativamente ao jornal, separando sempre o que é o papel de um e o papel do outro. E às vezes, quando alguma notícia aparece, procuramos contactar e perceber a situação, como é que aquilo surgiu, ou falar com a própria pessoa e ver o problema que é ali apresentado, sem entrar em questões de ética. E depois a Câmara desencadeia os respectivos mecanismos. Isso acontece. Ou noutras situações. O jornal tem o espaço do leitor e por hábito é visto pelo gabinete. As pessoas manifestam as suas opiniões e nós temos interesse em ler e é também uma fonte de informação. Tal como o site do jornal que é por diversas vezes consultado».

Esta proximidade entre poder local e o jornal da terra não implica que haja promiscuidade, na opinião de José Tomé, que é muito cuidadoso quando define a relação entre as duas entidades, reconhecendo que existe, todavia, uma estratégia de comunicação com a população e para isso o jornal é um dos veículos usados:

«Não há aqui uma relação de privilégio, ao contrário do que pode parecer à opinião pública. Mas quem são as organizações que fornecem mais informações ao jornal? É a autarquia, o movimento associativo local, um ou outra dinamização de alguma entidade do concelho, nomeadamente no capítulo lúdico, cultural ou desportivo. De todas elas é natural que seja a Câmara quem debita mais informação e é natural que sobre isso tenha uma estratégia naquilo que é divulgação, obviamente. Mas tudo aquilo que sai para a comunicação social local sai também igual para a nacional».

Os emigrantes também não são esquecidos até pelo poder local. A Câmara Municipal procura ter uma relação puramente institucional com o *Alvorada*, assegura o vereador José Tomé, que reconhece, no entanto, haver uma maior familiaridade com os jornalistas da imprensa local, porque contactam várias vezes, conhecem-se melhor e estão um pouco do mesmo lado da barricada em termos de defesa da região e da terra. A autarquia mantém também uma estreita relação comercial com o jornal. Afinal de contas, o público do *Alvorada* é exactamente o mesmo que depende das decisões da Câmara Municipal. Logo, alguma mensagem que o Município pretenda passar aos seus munícipes usa as páginas do jornal como meio publicitário, pagando anúncios, ou dando a conhecer a realização de iniciativas e eventos. Possui, contudo, um outro veículo próprio para divulgar as suas actividades, mais num tom de propaganda, o que é natural, tratando-se do Boletim Municipal, elaborado pelo gabinete de comunicação da própria autarquia. Uma publicação que destaca mais as acções passadas e realizadas pela Câmara e que é distribuída gratuitamente à população. Mas, por outro lado, o facto de o *Alvorada* ter um contacto muito próximo com os emigrantes, cujo número elevado é significativo para a comunidade lourinhanense, a Câmara Municipal decide enviar o Boletim Municipal como encarte junto com o *Alvorada* para os assinantes que estão no estrangeiro.

Em síntese, as relações do poder político com o jornal local e as funções que a informação publicada desempenha na acção política estão muito próximas do diagnóstico que

fiz no capítulo anterior, sobre as relações com o poder local. Em particular o que refere Carvalho (1996), ao reconhecer que a imprensa regional tem muita dificuldade em afrontar o poder político e aponta três razões para que isso aconteça. Passa essencialmente pela dependência a vários níveis (publicidade, fonte de notícias, divulgação, etc.). Mas também é verdade que a todos convém passar uma imagem de total separação de interesses, para que, ironicamente, se preservem os interesses comuns.

### **Quando um jornal é património local**

Mas voltando à Lourinhã. A vila tem uma organização espacial que facilita os contactos entre a comunidade. A Praça Máximo da Costa destaca-se como o núcleo da localidade. A nascente impõe-se o novo edifício da Câmara Municipal, atrás do qual se localiza o pavilhão gimnodesportivo. Em frente aos Paços do Concelho, do outro lado da praça, está a igreja e o claustro do convento que a abraça, com vários serviços paroquiais, entre os quais a redacção do jornal *Alvorada*. De frente para a igreja com a Câmara Municipal na retaguarda, vemos do lado esquerdo o quartel dos bombeiros voluntários e o centro de saúde. Mais atrás o mercado e o terminal rodoviário, já na estrada que caminha para a avenida de muitos destinos (saída para o lado da praia da Areia Branca, ou para Torres Vedras, ou para outros concelhos vizinhos como o Bombarral ou o Cadaval, ou ainda para voltar a entrar na vila). Do lado direito o tribunal judicial - atrás do qual repousa o posto da GNR -, o posto dos correios e o imponente auditório da banda filarmónica da AMAL. Bem ao centro uma pastelaria espaçosa, com esplanada, e uma ampla calçada para cruzar a caminho de todos aqueles serviços. Sabemos, se nos encaminharmos no sentido da igreja, que para lá dela está logo ali o famoso Museu da Lourinhã e os seus não menos famosos achados paleontólogos com restos e reconstituições de dinossauros; a Junta da Freguesia; cafés, restaurantes e pastelarias; uma rua pedonal com lojas e esplanadas de ambos os lados; e ainda um pequeno jardim de sombra que os desocupados aproveitam para ocupar a língua ou a vontade de apenas descansar. Em redor da Praça Máximo da Costa encontram-se ainda inúmeras bolsas de estacionamento público gratuitos e com várias vagas, bancas de jornais e diversas lojas.

É este o coração da vila da Lourinhã, porque concentra as principais instituições da vila e cuja organização facilita o trabalho à equipa que produz o jornal *Alvorada*, quinzenalmente para o público mas diariamente para quem lá trabalha. É por aqui que

também circulam os habitantes locais, nas esplanadas, nos cafés, nos restaurantes na pausa para o almoço. Trata-se de uma vila acolhedora, habituada a rostos estranhos, suficientemente grande para não ver os forasteiros com olhares curiosos, penetrantes e quase inquisidores, como acontece em meios pequenos; mas não tão grande que não se perceba quem é ou não da terra. Para conhecer melhor a perspectiva da comunidade face ao seu jornal local, nada melhor do que começar pelos pontos de venda, em dia da saída para as bancas de mais uma edição. Mas só depois de uma passagem rápida por vários estabelecimentos de restauração para confirmar que praticamente todos já tinham a última edição em cima das mesas, para consulta dos clientes. Por aqui se mede, também, a visibilidade do jornal da terra: pela divulgação em lugares públicos. A vida social do Alvorada em lugares públicos dura 15 dias, até sair uma próxima edição que substitua a antiga. Enquanto dura é desfolhado nas mesas dos cafés, mais para entreter do que para ler com atenção.

Nos quiosques a procura não foi avassaladora. Um ou outro cliente interessado em ler as novidades da terra, uma boa parte à procura de emprego, mas os clientes habituais do quiosque já são assinantes do *Alvorada*. Dos 4.600 jornais de tiragem por edição, cerca de quatro mil são vendidos por assinatura. A venda em banca não é significativa e serve apenas para mostrar a sua presença. Não representa um rendimento chorudo. Entre todos os locais que vendem o *Alvorada*, há três mais antigos que nem sequer ganham a habitual comissão de 20% sobre o preço de capa. A receita vai toda para o próprio jornal. Para estes seria quase incestuoso estar a tirar partido de uma publicação que, afinal de contas, é parceiro na missão de informar os cidadãos locais. São os casos do *Quiosque Girassol*, mesmo em frente da redacção do jornal; o *Lugar dos Jornais*, conhecido pela banca da dona Carmo; e a *Papelaria ABC*. Os mais recentes já cobram a comissão de venda, mas estamos a falar de valores irrisórios, de 60 cêntimos de preço de capa, o que dá 12 cêntimos de comissão. É quase simbólico.

As pessoas na rua ou nos cafés não se detêm muito tempo às voltas com o *Alvorada*. Alguns dão uma vista de olhos na esplanada mas guardam-no religiosamente debaixo do braço, reservando uma leitura mais atenta para mais tarde. O grosso dos leitores já recebeu o jornal em casa, pelo correio, e é na intimidade do lar que gostam de o folhear. É a opinião predominante destes lourinhanenses anónimos, em circulação pela vila e por outras aldeias do concelho, dos mais jovens aos mais idosos, das mais variadas profissões. O *Alvorada* é para se ler em casa, sossegado, atentamente, minuciosamente. «Quero ver bem quem é que morreu, com atenção» ou «gosto de ler tudo de uma ponta à outra sossegado», são frases que

ouvi de leitores do jornal, que encaram o *Alvorada* como um objecto pessoal e não apenas uma coisa efémera que se usa e deita fora. «Há-de ir para o lixo, mas só depois de bem lido, às vezes até leio a mesma notícia mais do que uma vez», disse um, enquanto outro sentenciou: «tem sempre alguma coisa que me diz respeito ou que envolve alguém que eu conheço, mais nenhum jornal é assim».

Ninguém consegue explicar a atracção pelo jornal da terra, apenas afirmam que é o «nosso» jornal, o que pressupõe pensar que os outros jornais são dos «outros». Não são, também são dos lourinhanenses, se os comprarem, mas nos outros as notícias são iguais para a Lourinhã, para Lisboa, para Faro ou para o Porto. É indiferente. Mas o *Alvorada* é só da Lourinhã, as notícias falam do burgo, não falam dos problemas dos outros, só dos «nossos». Mostram os rostos daqueles que já partiram na necrologia, porque raramente não vem lá a fotografia de alguém conhecido, um vizinho, um amigo, um familiar ou simplesmente uma cara conhecida que era hábito andar pelos mesmos passeios ou frequentar iguais sítios. É lá que vêm os resultados das equipas desportivas da terra, porque os jornais desportivos de grandes tiragens só falam dos grandes clubes. É o *Alvorada* que dá conta da actividade política municipal, das inaugurações, das discussões partidárias, entre personagens conhecidas de todos. Que relata problemas das populações, dá informações úteis exclusivas para o concelho, revela êxitos de conterrâneos, noticia igualmente acontecimentos dos concelhos vizinhos pela relação geográfica oestina. Até vai ao ponto de, menosprezando um eventual contrato de publicidade, noticiar a abertura de novos estabelecimentos comerciais ou ajudar a divulgar lojas e empresas locais. Tudo é lido, de fio a pavio (ver quadro 2).

A impressão que nos deixam os habitantes locais é que, para além de todos conhecerem o jornal, também o lêem com mais atenção do que outras publicações. Há determinados assuntos que, no fundo, não são para ler. Como as justificações notariais, que apenas servem para tornar público um determinado contrato, por obrigação legal. Mas os leitores da imprensa regional não deixam escapar nada, incluindo um anúncio do tribunal com penhoras de bens, não vá vir lá algum conhecido a dar tema de conversa para toda a semana.

E será que estes tão fiéis e assíduos leitores também costumam interagir com o jornal, enviam cartas, telefonam, dão sugestões ou criticam? (quadro 2) Sim e com muita frequência. O sentimento de pertença que os leitores têm face ao jornal leva a que achem que são também um pouco proprietários dele. Aliás, alguns assinantes não se auto-intitulam como tal mas sim como «sócios»; não vão pagar a assinatura do jornal, vão pagar a quota. Daí que sintam



necessidade e até a obrigação de dizerem que acharam mal esta ou aquela notícia, que não gostaram de um determinado artigo de opinião ou, pelo contrário, que também devem dar informações para reportagens. Não passam de sugestões, só que, se o jornal não fizer a cobertura das tais «dicas» de reportagem arrisca-se a ouvir das boas. Para os leitores, uma sugestão é uma ordem<sup>19</sup>. Depois há aquelas informações que o informante faz chegar à redacção e tem interesse pessoal na publicação do assunto para o qual vai pedir cobertura jornalística. A imprensa regional vive também desses pequenos expedientes, do candeeiro numa rua que está apagado há meses, que só afecta dois moradores, mas também é disto que é feito o jornalismo de proximidade, ao falar de problemas que mais nenhum outro órgão fala. Mesmo que só interesse a duas pessoas. As pessoas muitas vezes procuram solucionar os seus problemas ao mediatizá-los e o certo é que em imensos casos essa estratégia resulta mesmo. Só é chato quando a reportagem não sai exactamente com o mesmo ângulo que o «queixoso» esperava, como por exemplo, ir ouvir o outro lado!

Até agora já identificámos três fontes de informação do jornal local: a fonte tradicional, que resulta dos convites ou contactos dos jornalistas com instituições; a rede social do próprio jornalista onde colhe informações para eventualmente poder noticiar; e, por último, os próprios leitores do jornal que entendem também eles fornecerem pistas importantes para resultar em reportagem.

### **Quando o longe se torna perto**

A proximidade é realmente o que distingue a imprensa regional da restante, de acordo com o que venho argumentando. E por proximidade entendemos também a afectividade que sentem pelo seu jornal, que contribui para a união dos próprios conterrâneos, dos que vivem na Lourinhã e dos que estão fora. O concelho tem um número grande de emigrantes, em vários países do mundo, principalmente no Canadá. Cerca de 25% dos perto de quatro mil assinantes do *Alvorada* são emigrantes.

A secção da necrologia é das mais procuradas pelo leitores, mas no caso dos emigrantes é a primeira a ser vista. Os emigrantes lêem tudo o que vem no jornal, letra por letra, analisam cada fotografia, cada anúncio. Apesar dos modernos meios de comunicação que aproximam os emigrantes daqueles que ficaram na terra natal, o jornal local continua a

---

<sup>19</sup> Um leitor do jornal, sobretudo se for assinante, às vezes sugere que se faça uma determinada reportagem, por mais irrelevante que seja, e fica muito espantado se o jornal recusa a fazê-la, porque entende que o jornal está ao seu serviço. A chantagem mais comum é: «se não fazem vou desistir de ser assinante».

ser um forte elo de ligação, porque permite que os emigrantes se mantenham actualizados.

Quem o garante é o padre Ricardo Franco:

«Num jornal local os leitores começam pelos falecidos e pelos aniversários. Sobretudo os emigrantes. Embora telefonem, porque hoje as comunicações são muito rápidas, mas não é a mesma coisa. Essas comunidades chegam a convidar o jornal e eu próprio já fui ao Canadá a uma festa de emigrantes da Lourinhã».

O jornal é, assim, um dos elos de ligação entre os lourinhanenses que vivem no estrangeiro e o quotidiano do concelho de origem, através do qual se mantêm informados sobre a terra que só visitam nas férias. Isto apesar de outros meios de comunicação aos quais têm acesso, como a internet (pela qual também podem ouvir a rádio local). Mas o jornal é diferente, representa um elo físico, palpável, que vem no correio e pode ser manipulado, deixado de lado para mais tarde voltar a pegar nele e mostrar a conterrâneos as novas da terra, pode ficar repousado nas associações de portugueses na diáspora para que todos o possam ler.

Um óptimo exemplo de como este elo é reforçado entre os emigrantes e a terra natal foi-nos contado pelo comandante dos bombeiros, Carlos Pereira:

«Há uns cinco ou seis anos a associação de bombeiros organizou uma campanha de angariação de fundos para a aquisição de uma nova ambulância. Normalmente estas campanhas duram algum tempo, são organizadas festas, jantares, sorteios ou recolhas de donativos, até se juntar a quantia suficiente. As notícias sobre aquela campanha chegou à numerosa comunidade lourinhanense no Canadá através do *Alvorada*, emigrantes que de pronto levaram a efeito uma festa, cujas receitas serviram para ajudar a comprar a nova viatura. O êxito foi tanto que agora todos os anos essa comunidade organiza uma festa a favor dos bombeiros da Lourinhã».

Para Hernâni Mergulhão, professor do ensino universitário e presidente do GEAL-Museu da Lourinhã, a diáspora é outra vertente do regional, que está deslocalizada mas, efectivamente, tem influência na imagem que os emigrantes têm daquilo que somos quando comparam a realidade que vão vivenciando noutros sítios:

«Eu também estive no estrangeiro durante sete anos e meio e redimensionei o meu país, a minha terra e os meus amigos à escala de uma observação afastada no tempo e no espaço, porque durante um ano não estava cá e quando voltava via as mesmas pessoas a viver numas escalas que para mim tinham sido transformadas».

Esta temática da relação entre os emigrantes e o jornal da sua terra daria para desenvolver com mais pormenor, mas está fora do âmbito deste trabalho, dado que não é essa linha de análise que interessa aqui explorar em detalhe. Mas trata-se de um assunto que futuramente pode muito bem vir a ser alvo de tratamento aprofundado, esta relação emocional que se reproduz através de um jornal em papel (que mantém a sua importância apesar do aparecimentos de outros meios de comunicação tecnológicos) entre quem vai trabalhar para outro país e a sua terra de origem.

### **Quando a qualidade é secundária**

Uma das ideias que se têm relativamente à imprensa local e regional portuguesa é a sua falta de qualidade. O grafismo é muito básico e minimalista, a primeira página é sempre igual visualmente, os artigos contêm erros de português e nem sempre correspondem a um discurso moderno, a própria impressão deixa a desejar, as fotografias não são atractivas, em suma, é um jornalismo nivelado por baixo. Estas são as ideias pré-concebidas que, em alguns casos correspondem mais ou menos à realidade, mas noutros são bastante injustas. Uma das minhas preocupações foi precisamente procurar ouvir os interlocutores sobre a forma como percebem a qualidade do jornal.

É preciso notar que a qualidade de um jornal passa por níveis que exigem investimento. Um bom grafismo resulta de estudos sobre o impacto no leitor da aparência e organização dos artigos nas diversas páginas, dos cadernos e suplementos. Estes especialistas em imagem são bem pagos. Estudam o público-alvo, o que mais interessa ao tipo de leitores e de que forma o estilo editorial deve enquadrar-se na apresentação das notícias. Ora, um jornal local não tem capacidade económica para pagar este tipo de estudos. E, muito provavelmente, nem sequer precisa deles, porque o público é conhecido e quer é saber novidades da terra. Além do mais, a esmagadora maioria dos leitores adquirem o jornal por assinatura e não depende da força da capa a venda de cada edição nas bancas. A ausência de concorrentes – o que acontece na maioria dos jornais locais, com algumas excepções nos maiores centros urbanos – também torna escusado estar a investir no impacto do grafismo.

Recordo o estudo de Paulo Faustino (2004), onde faz precisamente um diagnóstico sombrio sobre o panorama da imprensa regional em Portugal, apontando, todavia, vários caminhos para ultrapassar esse problema. Aliás, o autor diagnostica dois problemas fundamentais: a falta da gestão empresarial e a inexistência de estratégias de marketing. As razões para a fragilidade da imprensa regional são, de acordo com o autor, três: «aspectos estruturais (políticos e económicos), excessivo número de publicações e falta de espírito empresarial» (Faustino 2004: 28). Ultrapassar estes constrangimentos serão a solução para a imprensa regional sair do marasmo, nomeadamente, a necessidade de independência face aos apoios do Estado, mudança de mentalidades e uma gestão mais profissional (Faustino 2004).

Em todo o caso, há sinais positivos na imprensa regional. Por exemplo, a paginação dos jornais regionais - incluindo o *Alvorada* - está na maioria dos casos entregue a profissionais da área, quer sejam funcionários da própria publicação, quer sejam da tipografia

onde ele é impresso. Portanto, mesmo que o grafismo não seja muito arrojado, também não deixa de ser correcto do ponto de vista técnico, sem falhas quanto a regras gráficas, de quebras de linha nas colunas, sobreposições ou falta de homogeneidade. É o mercado que impõe a necessidade ou não de melhorias gráficas. O *Alvorada* implementou recentemente mudanças do nível do grafismo e o seu director, o padre Ricardo Franco, considera que tiveram uma excelente receptividade dos leitores.

Auscultando a população da Lourinhã nas ruas, as pessoas até se espantam, no limite da ofensa, quando questionadas acerca da qualidade do *Alvorada*. Todas acham que «o jornal é bom, porque tem notícias da terra». Ou seja, o conteúdo sobrepõe-se claramente à forma, não importa se o jornal é bonito ou feio, se está bem ou mal escrito, o importante é ter novidades do concelho. Isso é que conta. Em locais públicos onde escutei a população sobre a opinião que possuem do *Alvorada*, ouvi ainda outros comentários, do tipo: «é como se fosse nosso filho, mesmo sendo feio, é sempre nosso», o que traduz e resume o sentimento dos leitores face ao seu jornal.

O presidente da ADL, Octávio Mateus, até vai mais longe ao considerar que é errado achar que um jornal, só porque se publica na província, não tem qualidade. Depende de como é feito. «Até um jornal da escola pode ter muita qualidade». No caso do *Alvorada*, entende que sim, que é um bom produto, e além disso «cumpre eficazmente a sua função de informar dos acontecimentos mais relevantes do território onde se publica». Carlos Pereira, comandante dos bombeiros, vai de encontro a estas opiniões ao referir que «a qualidade do jornal é um aspecto secundário, podia até ser um jornal de escola, o que interessa é o papel que cumpre e o conteúdo».

Também Hernâni Mergulhão entende que essa questão da qualidade não é relevante quando se fala de imprensa local, na medida em que deve cumprir, em primeiro lugar, o papel de reproduzir os acontecimentos mais relevantes que acontecem na localidade. Mesmo com eventual falta de independência, ou suposta isenção, porque o retrato de uma sociedade será sempre visto pelo olhar de quem a vê. No caso do *Alvorada*

«é o único jornal da Lourinhã, por isso sujeito a pressões do poder local e até dos próprios leitores e elites locais, para além do facto de pertencer à Igreja Católica, que condiciona, à partida. Sistemáticamente a imprensa regional tende a ser dominada por grupos de opinião e surge frequentemente a partir de grupos de interesse e, por isso, é menos provável ser isenta onde se possa chamar isenção à diversidade de um corpo redactorial e ao afastamento ou autonomia da redacção relativamente a interesses instalados».

O presidente do GEAL lembra ainda um outro jornal publicado na Lourinhã, o *Imparcial*, anterior ao aparecimento do *Alvorada*, que em 1908, nos últimos momentos da

monarquia em Portugal, se assumiu como republicano e editou textos que revelavam tudo menos o adjectivo que lhe dava o título.

O vereador José Tomé tem uma perspectiva mais lata daquilo que se considera qualidade num jornal local. O político analisa esta questão do ponto de vista da autarquia, do tratamento que é dado às notas de imprensa do seu gabinete de comunicação e da atitude dos jornalistas locais perante essa informação que lhes é fornecida. A conclusão não deixa de ser surpreendente. José Tomé acha que a imprensa nacional, em certos capítulos, tem menos qualidade que a local. Refere-se, por exemplo,

«à reprodução de notícias que são exactamente iguais em todos os jornais, decalcadas das agências noticiosas ou notas de imprensa, sem que os jornalistas tentem, depois, investigar ou aprofundar essas informações. Limitam-se a copiar e a colar. Já a imprensa local é diferente, reescreve as notas da Câmara Municipal e muitas vezes faz contactos para desenvolver a informação, usando o contacto mais próximo que tem com as fontes locais».

O conhecimento que os jornalistas da imprensa local têm da região onde trabalham é igualmente um trunfo. É clássica a confusão frequente, na imprensa nacional, entre Torres Vedras e Torres Novas. Os nomes das localidades e dos responsáveis é usualmente confundida com outros nomes parecidos. Trocar Lourinhã por Covilhã ou Golegã já aconteceu e não é difícil chamar Mário Tomé a José Tomé. Todavia, na imprensa local essas confusões não existem, existe mais rigor. Pode até ser pelo conhecimento que os jornalistas possuem do território ou receio de serem confrontados com as vítimas do engano, mas o certo é que procuram identificar as associações pelo nome correcto. Chamar Associação Recreativa e Desportiva a uma Associação Cultural e Desportiva pode provocar a fúria dos seus associados e convém sempre tratar instituições e pessoas pelos nomes certos.

Quanto à impressão, convenhamos que aos jornais com escasso poder económico não estão muito acessíveis as mais modernas técnicas, embora o grosso dos jornais regionais já recorra a boas tipografias, também elas desenvolvidas e mais avançadas. No que toca à qualidade da escrita ou das fotografias, aí o problema também está relacionado com os fracos meios financeiros, mas as pessoas formam-se, aprendem e melhoram. O CENJOR – Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas em boa hora decidiu organizar acções de formação descentralizadas por todo o país e centenas de jovens jornalistas da imprensa regional e rádios locais aprenderam e evoluíram as suas técnicas. A par, também, da existência de licenciados em comunicação e jornalismo. Podem estar ainda distantes do que de melhor se faz na imprensa nacional, em particular nos jornais mais pequenos, ainda quase familiares, mas o panorama tem mudado.

A fama da falta de qualidade dos jornais regionais em Portugal tem, porém, alguma razão de ser. Os escassos recursos provocaram carências de várias ordens, como o acesso a meios tecnológicos mais recentes, aos melhores profissionais, a técnicas de marketing para promoção do jornal, angariação de publicidade e, fundamentalmente, a consciência de que o jornal local é também uma empresa e tem que ser gerido como tal e não como uma espécie de sociedade recreativa, onde o objectivo não é o lucro, é preciso é que não dê prejuízo para se poder manter.

Os bons exemplos estão por aí. Lembro o *Região de Leiria*, jornal semanal que apresenta uma qualidade acima da média em todos os parâmetros que qualificam um órgão de comunicação social: bom grafismo, excelentes reportagens, impressão de qualidade, gestão profissional, marketing e vendas em alta. Pertence a um grupo económico, o Sojormedia, do Grupo Lena, que também edita o diário nacional *I. Sim*, é verdade. É propriedade de um grupo editorial, detentor de outras publicações, no litoral, numa zona onde há muitos leitores da imprensa regional. Pode não ser o melhor exemplo, dada a sua inserção num grupo económico.

Há no entanto pequenos jornais no país que são também bons exemplos, como o semanário *Reconquista*, propriedade da Igreja através da Fábrica da Igreja Paroquial de São Miguel da Sé de Castelo Branco, no interior do país. Este ano tornou-se no primeiro jornal português a ganhar um prémio internacional atribuído pela Associação Mundial de Jornais e de Editores de Notícias pelo projecto *Educação para os Média no Distrito de Castelo Branco*, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. O prémio será entregue em São Francisco, nos Estados Unidos, em Novembro, e o anúncio dos premiados teve lugar em Paris e na cidade alemã de Darmstadt. É um dos mais prestigiantes prémios atribuídos a jornais e revistas em todo o mundo, que este ano distinguiu projectos de 17 jornais de países como a Polónia, Singapura, Reino Unido, Rússia, Índia, Noruega, Alemanha, China e Turquia. O projecto do *Reconquista* recebeu uma menção especial do júri, na categoria de Jornais e Educação, atribuída ex-aequo ao jornal australiano *The Age*. Esta menção especial refere que estes dois projectos são exemplos a acompanhar de perto, conforme se pode ler na notícia publicada pelo semanário *Expresso*.

De acordo com o júri, o projecto «é o princípio de uma abordagem excelente e multifacetada, com potencial de ajudar os cidadãos do século XXI no desenvolvimento de capacidades de literacia crítica na análise de mensagens média, mas também no sentido de serem capazes de produzir as suas próprias mensagens». De acordo com os dados daquela

instituição, que atribui estes prémios desde 1998, esta é a primeira vez que um jornal português é distinguido no concurso, dá conta o *Expresso*. O projecto *Educação para os Média no Distrito de Castelo Branco* teve início em Outubro de 2007, com o desenvolvimento de recursos tecnológicos e pedagógicos disponibilizados às escolas da região. Foi desenvolvido um DVD para apoiar professores e alunos na produção de jornais escolares, além de ter sido criado um site na Internet, uma plataforma de produção de jornais escolares on-line e um manual de apoio. Participaram 24 escolas, cerca de 50 professores e mais de 600 alunos. Ainda segundo a notícia do *Expresso*, os resultados já eram interessantes em Novembro de 2009, quando os avaliadores internacionais Pier Cesare Rivoltella (Universidade Católica de Milão) e Evelyne Bevort (Ministério da Educação de França) se deslocaram a Castelo Branco para visitarem escolas e conhecerem o trabalho desenvolvido.

Em suma, falar de qualidade quando nos referimos à imprensa regional é sempre um caminho complicado. Para os investigadores do sector, como Paulo Faustino, a ausência de qualidade remete para aspectos relacionados com a gestão dos órgãos de comunicação social. Mas para um autarca como o vereador José Tomé, essa qualidade é aferida pelo rigor com que as notícias são tratadas, se há troca de nomes ou se as informações municipais são bem tratadas. Os dirigentes de associações locais medem essa qualidade pela abertura ou não perante iniciativas que organizam. Totalmente indiferentes estão os leitores, que sobrepõem o conteúdo à forma e tanto lhes faz que o jornal tenha boa ou má aparência, importante é ter notícias da terra.

### **Quando as instituições locais se servem do jornal**

O chefe de redacção do *Alvorada*, Paulo Ribeiro, assume claramente a identidade do jornal como dedicado ao concelho da Lourinhã. A opção editorial quanto aos conteúdos vai no sentido de dar primazia aos acontecimentos locais e só depois aos dos concelhos vizinhos, como se mostra no quadro de conteúdos (quadro 2). Talvez porque, afirma Hernâni Mergulhão, «a imprensa regional tem um papel diferente da imprensa nacional e supostamente é ligada exactamente à vivência próxima da comunidade em que se encontra». Uma opinião partilhada pelo próprio director do jornal, que há poucos anos substituiu o padre Joaquim Batalha naquelas funções e nas de pároco da Lourinhã: «O grande conceito que eu procurei cultivar neste jornal é o de ser um espaço de proximidade, onde todas as terras têm voz e onde todas as pessoas podem reconhecer-se naquilo que é dito».

Essa proximidade como marca distintiva do *Alvorada* faz com que haja dois sentidos na relação com a comunidade. O que implica responsabilidade, porque, como diz o director, as pessoas ligam e atribuem muita credibilidade e importância ao que é dito no jornal. Por isso a linha editorial está muito bem definida, é uma publicação de informação geral mas de inspiração cristã. Alguns leitores não concordam com determinadas opções, mas são poucas e essas manifestam-se e até ameaçam deixar de ser assinantes como forma de pressão. «Uma coisa é as pessoas sentirem que o jornal é seu, outra coisa é acharem-se no direito de publicarem aquilo que querem». Não concorda com actos de censura e não impede a publicação de nenhum texto, a não ser em casos muito especiais e de extrema gravidade, contrários à liberdade de imprensa, como acontece, no fundo, com todos os órgãos de comunicação. No entanto, se não impede a publicação, também não lhes dá muito destaque, se forem contrários à linha editorial.

Como atrás referi, as instituições são fontes de informação e os meus entrevistados identificaram situações em que usam o jornal para transmitir as suas posições à opinião pública, tentando assim controlar o *agenda-setting* (sobre o qual já me debrucei). É o caso sobretudo dos partidos políticos. Um jornal local pouco dado a polémicas partidárias das quais não dá destaque na primeira página, preferindo assuntos de outro âmbito, levanta queixas dos partidos da oposição. E é fácil perceber a angústia dos líderes partidários que estão na oposição, porque não conseguem mostrar-se à população e aos eleitores. Não quer dizer que o jornal não os oiça quando é necessário, provavelmente de forma equitativa relativamente ao partido no poder. O problema é que a liderança da Câmara Municipal tem visibilidade pelas obras que inaugura ou pelas presenças que tem em actos públicos, ao passo que a oposição vive na sombra e não consegue fazer passar a sua mensagem num órgão de comunicação social que não destaca as questões políticas.

Poderá então o jornal local ter influência na permanência do mesmo partido e do mesmo presidente na Câmara Municipal? Teria, mas existem outros factores que condicionam o voto dos eleitores e em ocasiões cruciais o jornal dá o mesmo espaço a todos. Hernâni Mergulhão recorda que nas eleições autárquicas o *Alvorada* tem publicado entrevistas com todos os candidatos à Câmara Municipal e faz uma capa dedicada a cada um deles, incluindo o candidato do Partido Comunista, coisa antes impensável. Uma opinião sustentada no facto de o *Alvorada* ser um jornal muito fechado antes do 25 de Abril de 1974, que tinha por primeiro objectivo a evangelização e o condicionamento da opinião de forma mais ou menos velada:



«Depois da «Revolução dos Cravos» houve uns abanões na sociedade portuguesa e verificou-se uma tentativa eficaz de abrir o jornal à comunidade, despi-lo da vertente religiosa, foram criadas páginas específicas para a propagação da fé católica, mas ao mesmo tempo a abertura das restantes páginas do jornal à multiplicidade de opiniões. O próprio museu tinha uma página no jornal e foram alimentadas várias polémicas entre colunistas que promoveram o debate sobre a actualidade local».

As várias entidades lourinhanenses servem-se, assim, da existência de um jornal na terra para também elas poderem chegar mais perto da comunidade. É o caso da ADL, que mantém uma relação muito forte com os media locais, nomeadamente com o *Alvorada*, porque, conforme explica o presidente da direcção, Octávio Mateus, existem interesses comuns:

«De tal forma que estamos agora a planear uma série de actividades conjuntas e há uns meses fizemos uma actividade de entrega de prémios, em que destacámos 10 pessoas ou instituições da Lourinhã, e o *Alvorada* esteve envolvido como um dos parceiros».

O Ricardo Franco confirma esta colaboração com a ADL e reforça que o jornal tem-se disponibilizado sempre para colaborar com as outras instituições locais, a vários níveis. Destaca a colaboração com a Rádio Clube da Lourinhã na realização das entrevistas aos vários candidatos à Câmara Municipal de Juntas de Freguesia nas últimas eleições autárquicas ou a parceria existente há muitos anos com a Escola Básica João das Regras na organização de concursos para os alunos.

Há depois duas entidades com colaborações institucionais muito profícuas. Uma delas é a corporação de bombeiros, que se serve do jornal para transmitir à população certas informações úteis, como os alertas na época de incêndios ou avisos no âmbito do sistema de protecção civil. Diríamos que esta colaboração serve as três partes: bombeiros, jornal e população. Recentemente uma jornalista do *Alvorada* fez uma reportagem em que acompanhou durante 24 horas a actividade de socorro daquela corporação, que serviu para dar a conhecer as dificuldades e os méritos do trabalho desenvolvido pelos bombeiros. A mesma perspectiva tem o comandante do posto da GNR da Lourinhã, o sargento-ajudante António Nunes, que considera fundamental a existência de um jornal local como veículo de divulgação de alertas e esclarecimentos e os faz chegar sobretudo à população rural, mais afastada dos meios urbanos e que praticamente só têm acesso ao *Alvorada*. Em ambos os casos o jornal é considerado como uma ferramenta que contribui para a segurança da população, sentimento esse que é reforçado quando em cada edição a redacção recolhe os relatórios do que de mais importante se passou em termos de actividade operacional dos bombeiros e da GNR. Deste modo os cidadãos sentem que quem zela por eles está em acção, apaga fogos e prende ladrões, e isso dá tranquilidade.

Como veículo para fazer chegar a informação às populações rurais mais distantes da sede do concelho é um papel também destacado por António Gomes, director-geral da Louricoop, uma cooperativa agrícola que, num concelho fortemente agrário, desempenha uma função vital na economia local. O *Alvorada* cumpre a missão de divulgar informações de extrema importância para este sector, como os apoios disponibilizados ou o esclarecimento de novas situações surgidas, quer por decisão governamental, quer no caso de acontecer algo imprevisível, como as intempéries. Os associados da Louricoop são todos do concelho da Lourinhã, logo, correspondem ao mesmo território que o *Alvorada* abrange. Portanto, é natural que se juntem esforços entre entidades locais no objectivo comum de informar a comunidade, embora cada um na sua função específica. Artigos de opinião sobre agricultura e alguma publicidade são outras colaborações que a cooperativa vai tendo com o jornal. Dá-se até o caso de o reporter que coordena a secção desportiva do *Alvorada* ser funcionário da Louricoop e isso demonstra o quanto estão próximas as diferentes instituições da terra.

O jornal é frequentemente solicitado para ajudar à divulgação das actividades desportivas que ocorrem no concelho, o que, no fundo, não é propriamente um acto de beneficiência, porque este é o tipo de noticiário que interessa aos leitores e representa uma secção fundamental neste e noutros órgãos de comunicação social. O desporto desperta paixões, leva público aos recintos e as equipas da terra precisam do apoio dos adeptos. O jornal divulga os resultados e anuncia os jogos seguintes. O exemplo perfeito de uma colaboração em que ambas as entidades têm interesse no mesmo tipo de divulgação. No caso do principal clube de futebol do concelho, o Sporting Clube Lourinhanense, que nos últimos anos desceu da Segunda Divisão Nacional para os campeonatos distritais, foi natural a perda de público. Paulo Marta, presidente da direcção do clube, confessa que o preocupou o crescente desinteresse dos associados e adeptos face à sua equipa principal de futebol, porque sem público também não surgem patrocinadores e a recuperação fica cada vez mais difícil. Mas o solicitado apoio dos media locais, a rádio e o jornal, teve resposta positiva e aquele dirigente está agora mais motivado ao ver que existe uma maior cobertura dos eventos desportivos. Sem os media, tudo ficaria mais difícil. Não obstante este reconhecimento, Paulo Marta anunciou que em breve o Sporting Clube Lourinhanense vai editar um jornal desportivo de distribuição gratuita, dedicado a todas as modalidades desportivas do concelho da Lourinhã. Não pretende substituir o *Alvorada*, mas entende que este é de informação geral e acha que faz falta uma publicação exclusivamente de carácter desportivo.

## CONCLUSÕES

Este estudo não pretende fazer uma análise exaustiva de toda a imprensa regional em Portugal, pois para isso seria necessária uma pesquisa mais demorada. Contudo, o jornal *Alvorada*, não sendo o espelho fiel e único da totalidade da imprensa regional, é um exemplo daquilo que caracteriza este tipo de imprensa pelas suas características de publicação local com 50 anos de existência, de periodicidade quinzenal (dentro daquilo que os estudos indicam como uma das mais usuais), com sede numa vila a norte do distrito de Lisboa, propriedade da Igreja através da paróquia local e a sua relação com a comunidade. Aliás, os próprios estudos que foram consultados manifestam alguma dificuldade em definir claramente o que é imprensa regional e não existe um consenso relativo à sua definição, embora se encontrem pontos em comum, como a noção de territorialidade. Na verdade, são raros estudos como este, de natureza etnográfica, que vão para além da análise do conteúdo publicado e se preocupam com a recepção, os leitores destas publicações. Outros estudos como este que surjam no futuro podem ser contributos importantes para melhor se conhecer este sector. Seria interessante que este trabalho realizado junto do *Alvorada* pudesse ser completado com outros estudos de recorte semelhante, para que se possam fazer comparações e tirar conclusões mais objectivas.

Tal como afirmei no início, este estudo procurou explorar as particularidades muito próprias do jornalismo de proximidade, através do exemplo de um jornal local. Foram formuladas algumas questões, às quais procurei dar respostas. Comecei por perguntar de que modo as notícias são condicionadas pelas pressões económicas dos anunciantes, se estes são a principal fonte de financiamento do jornal e qual a relação e nível de dependência do poder local. Quanto à primeira parte desta questão, pelo que observei no interior do jornal e pelas entrevistas que realizei, especialmente com o director do jornal e um vereador camarário, constatei que não existem especiais pressões dos anunciantes e, conforme seria de esperar, a principal receita financeira vem fundamentalmente da publicidade, dado que a venda em banca não é muito elevada e a venda por assinatura não é suficiente para financiar o jornal.

A dependência face ao poder local acontece em particular no que se refere aos aspectos noticiosos, atendendo ao facto de a Câmara Municipal ser a principal fonte regular de notícias, o que acontece pela própria natureza da autarquia, como poder local, mas também porque existe uma estratégia de comunicação por parte da mesma. Esta questão é sensível, dado que do lado da Câmara Municipal é recusada qualquer promiscuidade com o

jornal local e da parte deste é igualmente garantida total independência. Como é evidente, não nos compete aqui questionar essas posições oficiais. No entanto, sem colocar em causa as mesmas, a verdade é que a cada uma das partes interessa a existência da outra. Recupero a afirmação de Cristiana Vilaça (2008), quando diz que se verifica uma compatibilização entre os interesses do assessor de imprensa da autarquia e os dos jornalistas locais, porque ambas as partes têm a ganhar com essa relação. Ou seja, à autarquia interessa que exista um jornal local para poder divulgar as suas actividades e ao jornal também é conveniente poder contar com a informação municipal porque são notícias que interessam ao seu público. De certa forma estamos aqui perante uma interdependência de interesses, um sistema de obrigações entre a Câmara Municipal e o jornal, quase numa perspectiva maussiana<sup>20</sup> de um constante dar-e-receber. Para a autarquia, que possui o boletim municipal para fazer propaganda das suas actividades, é útil que exista um órgão de comunicação social independente de modo a «branquear» a informação que pretende tornar pública: notas de imprensa reescritas (e frequentemente completadas) e a cobertura de acontecimentos organizados pela Câmara feita por jornalistas, e portanto diferente da que é editada no boletim municipal, uma vez que o jornal lhe confere credibilidade. É óbvio que, quando questionadas sobre este assunto, as duas entidades negam que haja alguma espécie de aliança, preservando o papel de cada uma. Na realidade, pode não existir qualquer acordo formal, e mesmo que houvesse não seria admitido sob pena de haver quebra deste equilíbrio, em que ambas as entidades têm a ganhar.

O papel da imprensa regional no contexto local e o que se entende por imprensa de proximidade foram as questões tratadas no primeiro capítulo, de análise teórica deste sector da comunicação social. Contudo, no trabalho de campo percebi que a imprensa regional tem a função de contribuir para a identidade local, por um lado porque desempenha uma função simbólica de unidade entre os conterrâneos da mesma localidade, ao publicar notícias que dizem respeito e interessam apenas à comunidade de vizinhos que residem naquele território e com as quais eles se identificam; e por outro lado, a função de manter o elo de ligação com os emigrantes que trabalham em vários países estrangeiros, alguns bastante distantes. Esta questão da relação dos emigrantes com os jornais locais não foi o tema central desta dissertação, mas pode perfeitamente ser tratado no futuro por um outro trabalho de alguém que se queira debruçar sobre esta temática.

---

<sup>20</sup> Marcel Mauss (1983), em *Ensaio sobre a dádiva*, argumenta sobre a universalidade da dádiva e de como ela conduz às alianças (políticas, familiares, económicas ou sociais), recuperando as pesquisas de antropólogos em diferentes sociedades, para defender que as trocas são um sistema de obrigações que implicam reciprocidade.

No caso do *Alvorada*, são praticamente apenas os residentes e os emigrantes naturais do concelho que consomem o jornal. Muitos deles são também produtores de informação, como são os casos de dirigentes associativos ou pessoas que, de alguma forma, desempenham algum papel na sociedade local. Procuram, sobretudo, a parceria do jornal em iniciativas, nomeadamente através da publicação de artigos alusivos a determinados eventos. A principal produção noticiosa, porém, é assegurada pela equipa de profissionais e esta é apenas complementada por um ou outro artigo da autoria de colaboradores. A tendência em Portugal na imprensa regional, nos últimos anos (a partir de meados dos anos 1980), tem sido a de possuir uma redacção de jornalistas profissionais, relegando cada vez mais para segundo plano a participação gratuita de colaboradores, o que não quer dizer que não existam ainda, mas têm uma intervenção mais reduzida nos conteúdos. No jornal onde trabalho, por exemplo, até à década de 1980 a produção jornalística era assegurada por colaboradores e correspondentes amadores. Os primeiros funcionários contratados foram administrativos e surgiram por uma necessidade de ter um estabelecimento aberto ao público de modo a receber os assinantes e os anunciantes. Por consequência, a seguir apareceu também a redacção profissionalizada porque era necessário ter jornalistas a tempo inteiro que pudessem corresponder a solicitações de agenda. O desenvolvimento tecnológico, com o aparecimento dos computadores, permitiu a transferência da paginação para as instalações do próprio jornal, deixando à tipografia apenas a impressão, levando também à contratação de gráficos por parte da publicação. Assim aconteceu no *Alvorada*, embora alguns anos mais tarde, no início dos anos 1990, com a contratação de uma funcionária administrativa. As colaborações amadoras até aos anos 1980 ainda eram a totalidade da informação publicada, mas em finais de 1994 juntou-se um jornalista aos quadros do jornal, que passou a assegurar a principal actividade noticiosa, o que, obviamente, retirou espaço aos colaboradores. A redacção viria a crescer para dois jornalistas e, pelos motivos descritos acima, também foi contratada uma técnica gráfica. Observando as páginas do jornal actualmente, verifica-se que a maioria das notícias é assinada pelos jornalistas da casa. São poucos os artigos da autoria de colaboradores e estes quase que se limitam a textos de opinião.

Às pessoas com quem falei foi colocado um desafio, um exercício hipotético. E se o *Alvorada* não existisse? E se um dia tivesse de fechar as portas? Todos pareceram genuinamente surpreendidos com o atrevimento da hipótese, como se não fosse possível imaginar tal cenário. O director até respirou fundo: «não sei o que aconteceria num cenário hipotético desses». O facto de pertencer à Igreja e de ser visto como um património local,

pode eventualmente representar uma almofada de certa forma confortável para impedir que tal aconteça. Por isso o director está convicto de que «se isso acontecesse eu acho que as pessoas não deixariam morrer o jornal».

O presidente da Louricoop vê essa possibilidade como muito remota: «era uma grande perda para o concelho. O *Alvorada* é uma grande instituição e cada vez mais tem-se afirmado como tal. Mesmo hoje, com tanta televisão, com a internet e tantos meios de comunicação, continua a ser importante, porque continua a ser o único que só dá notícias da nossa terra». Os responsáveis pelo Museu da Lourinhã têm uma perspectiva mais pragmática. O presidente da ADL não tem dúvidas de que teria sempre de existir um jornal local na Lourinhã. Se o *Alvorada* fechasse abriria logo outro ou então algum com sede num concelho vizinho viria ocupar esse espaço. O presidente do GEAL especifica mesmo que, em comunicação, quando um canal se perde outros têm que o substituir porque aquela função tem de ser cumprida. As forças de segurança teriam de encontrar formas alternativas para fazerem chegar as suas informações úteis à população, com editais e folhetos afixados nos cafés ou Juntas de Freguesia. Mas reconhecem que não seria a mesma coisa e essa função não seria tão bem desempenhada.

Ao fazer esta espécie de pergunta / armadilha, colocando a hipótese aos meus entrevistados de o jornal deixar de existir, notei que a longevidade do *Alvorada* tornou-o parte da paisagem mediática da Lourinhã. Cumpre uma função que nenhum outro cumpre. Embora este seja apenas o ponto-de-vista das elites locais, que assim têm um meio à disposição onde podem divulgar as suas iniciativas e que dá visibilidade às suas acções.

Se como acabámos de ver as elites locais acham indispensável o papel do jornal, por outro lado este também está na origem de tradições locais. Um exemplo de como o *Alvorada* pode deixar a sua marca e participar activamente naquilo que podem ser as tradições da Lourinhã, é evocado pelo seu director. Um dos grandes acontecimentos anuais que hoje têm lugar na vila da Lourinhã e que junta perto de cinco mil pessoas nas ruas, é a organização das marchas populares. As marchas nasceram quando o padre Joaquim Batalha, então pároco da Lourinhã e director do *Alvorada*, quis fazer obras de remodelação do convento de Santo António. É dele a ideia de organizar uma festa com marchas populares para angariar fundos, fizeram-se duas marchas e o sucesso foi tanto que daí para cá o número aumentou, com representações das freguesias, e a cada dia 24 de Junho a Lourinhã pára literalmente. Hoje é a Câmara Municipal que organiza o evento, mas o jornal *Alvorada* nunca perdeu a ligação e desde há uns anos edita uma revista de apresentação das marchas que naquele ano participam

no desfile. «Antes de eu chegar era feito pelas pessoas que aqui trabalham. A revista era feita a cores por isso era sempre preciso arranjar publicidade para a pagar, pois era distribuída gratuitamente, com uma tiragem muito superior à do jornal, para ser depois entregue às pessoas», conta o director, para exemplificar o envolvimento do *Alvorada* com aquele acontecimento que «cria laços de comunidade e de proximidade».

A revista tem uma página de publicidade para cada marcha e é assim que é paga. Com o tempo o próprio jornal investiu também na qualidade da revista, com a ajuda de um designer e a melhoria do grafismo. «Mesmo neste ano, de crise económica, tivemos que fazer mais quatro páginas de publicidade do que é habitual, porque as pessoas reconhecem a qualidade e o interesse, para além de ser bonita e atractiva».

É muito difícil explicar com exactidão o que leva realmente à existência de um jornal local e porque é que tem tanto sucesso, dentro das respectivas limitações. Entre tantos problemas e queixas, cortes em subsídios, crises económicas que fazem baixar o volume do investimento publicitário, a realidade é que o grosso dos jornais locais ainda existe. Para este fenómeno pode haver uma explicação: o preenchimento de um espaço que teria sempre de ser ocupado, de um meio de comunicação próximo das populações locais, que fale dos problemas locais e que, fundamentalmente, tenha uma postura que fomente o sentimento de unidade territorial na comunidade. Outro aspecto que contribui para a manutenção da imprensa regional é, curiosamente, aquele que mais é criticado, a ausência de uma gestão mais profissional, porque os projectos que se mantêm por carolice, por colaborações e que não visam tanto o lucro mas apenas servir a comunidade, têm mais hipótese de sobreviver, dado que não abrem falência ou, se correrem esse risco, logo há-de aparecer alguém que o vá salvar. A simbiose de interesses entre o jornal e outros agentes de desenvolvimento ou de administração também contribui para a sobrevivência destes meios locais.

Uma das questões discutidas nesta dissertação, de resto já referida atrás, é a definição de imprensa regional. Será que podemos considerar o jornal *Alvorada* um órgão da imprensa regional? Face ao analisado, não podemos afirmar que em Portugal existe imprensa regional nos mesmos termos em que é entendida noutros países (como vimos, há países onde existe regionalização e jornais que abrangem todo o território dessa região, com uma identidade e em certos casos uma língua própria), pois a generalidade da imprensa ou tem expansão nacional ou não ultrapassa o território de um município, como é o caso do *Alvorada*, e, portanto, é local. A dimensão do jornal depende directamente da dimensão do concelho, em termos de tiragem e volume de vendas. A qualidade é irrelevante, o mais importante é o

conteúdo, é falar da terra, até porque a maioria tem o monopólio e as vendas asseguradas por assinatura não obrigam a muito esforço de melhoria de qualidade. É verdade também, por outro lado, que essa qualidade tem subido nos últimos anos, pela crescente profissionalização dos quadros dos jornais, como acontece no *Alvorada*. A definição de imprensa regional ou local, ou o que a distingue da nacional, é a publicação de conteúdos que interessam apenas a uma comunidade restrita de um determinado território, ao passo que a nacional publica informações que despertam o interesse da generalidade dos cidadãos de todo o país. Este interesse local não significa que se restrinja somente aos que habitam num território, mas tem um sentido mais alargado, junto da diáspora, quando os conteúdos interessam precisamente a emigrantes radicados no estrangeiro mas que não querem perder os laços com a terra natal e jornal local é um dos meios mais eficazes para manter essa ligação. A relação afectiva por parte da população, que igualmente explica a existência dos jornais locais, pode encontrar-se nos hábitos culturais ocidentais, nomeadamente no peso que tem a autoridade da cultura escrita, de noção de comunidade, de conjugação de interesses comuns e de curiosidade relativamente ao que se passa com o nosso vizinho mais próximo.

Por várias razões, nomeadamente o tempo para pesquisa e o espaço disponível, neste estudo não foi possível explorar muitas outras questões que entretanto foram levantadas no decorrer do mesmo e que seria pertinente analisar. Uma delas tem que ver com o futuro da imprensa regional ou local face ao advento do digital. De que forma as novas tecnologias de informação podem vir a alterar este tipo de imprensa de proximidade? Claro que se fala já da transferência dos jornais em papel para os formatos online, mas, nesse caso, se isso vier a acontecer na imprensa local, será inevitável uma redefinição do conceito de proximidade, na medida em que, enquanto um jornal editado em papel tem uma distribuição limitada ao território onde se publica (mesmo no caso dos assinantes e dos emigrantes que o recebem por correio); já um jornal na internet tem uma distribuição potencialmente global, algures no espaço virtual, ainda que os seus conteúdos possam reflectir a actualidade de um determinado território. As possibilidades são imensas e não estão ainda devidamente avaliadas. Esta é uma das pistas que pode ser agarrada por outros estudos futuros quanto ao panorama da imprensa regional, tal como um outro ângulo, já referido neste estudo, da relação entre os jornais locais e a comunidade emigrante, que funções desempenha na manutenção de laços entre a terra natal e quem está a residir noutro países e como é que se mantêm esses laços através de um jornal local.



## BIBLIOGRAFIA

- AIND/IPOM. 2000. *A Imprensa Regional em Portugal. Elementos para a gestão estratégica e planeamento publicitário*.
- AMARAL, Victor Manuel dos Santos. 2006. *Os temas e as fontes na imprensa regional da cidade da Guarda*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação, especialização em Comunicação, Cidadania e Educação. Universidade do Minho. (<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/6923>)
- ANUÁRIO COMUNICAÇÃO. 2000/2001. Obercom.
- \_\_\_\_\_. 2004/2005. Obercom.
- ARAÚJO, Joaquim Vilela de. 2005. *A influência da imprensa regional ou local na tomada de decisões. A criação do Concelho da Trofa*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação, especialização em Marketing e Comunicação Estratégica. Universidade Fernando Pessoa. (<https://bdigital.ufp.pt/dspace/handle/10284/253>)
- ASSOCIAÇÃO DA IMPRENSA NÃO DIÁRIA. 1990. III Congresso.
- \_\_\_\_\_. 1993. V Congresso.
- ASKEW, Kelly e Wilk, Richard R. (org.). 2002. *The Anthropology of Media*. Blackwell Publishers.
- BELL, Judith. 2008. *Como realizar um projecto de investigação*. Lisboa: Gradiva.
- CAMPONEZ, Carlos. 2002. *Jornalismo de Proximidade*. Coimbra: Minerva.
- CARVALHEIRO, José Ricardo. 1996. *Os media e os poderes locais*. Universidade da Beira Interior. (<http://bocc.ubi.pt/pag/carvalheiro-ricardo-Media-poder.html>)
- CASCAIS, Fernando. 2001. *Dicionário de Jornalismo: as palavras dos Media*. Lisboa: Verbo.
- CASTELLS, Manuel. 2000. *A Sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra.
- CAZENEUVE, Jean (org.). 1992. *Guia Alfabético das Comunicações de Massas*. Lisboa: Edições 70.
- CIPRIANO, Rui Marques. 2001. *Vamos Falar da Lourinhã*. Lourinhã: Câmara Municipal.
- COMAN, Mihai. 2003. *Pour une Anthropologie des Médias*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- CORREIA, João Carlos. 1998. *Jornalismo regional e cidadania*. Universidade da Beira Interior.
- DUARTE, Feliciano Barreiras. 2005. *Informação de Proximidade*. Lisboa: Âncora Editora.
- ERC-Entidade Reguladora para a Comunicação Social. 2010. *A Imprensa local e regional em Portugal*.
- FAUSTINO, Paulo. 2004. *A Imprensa em Portugal: Transformações e Tendências*. Lisboa: Media XXI / Formalpress
- FERREIRA, Paulo. 2005. «O custo das não decisões na imprensa local e regional em

- Portugal». In *Comunicação e Sociedade*, Vol. 7, pp. 153-180.  
([http://revcom.portcom.intercom.org.br/index.php/cs\\_um/issue/view/316](http://revcom.portcom.intercom.org.br/index.php/cs_um/issue/view/316))
- FIDALGO, Joaquim. 2000. «Novos desafios para a imprensa escrita e para o jornalismo». Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho. In Pinto, M. (coord.) et al. (2000), *A Comunicação e os Media em Portugal – Cronologia e leitura de tendências*. Braga: Instituto de Ciências Sociais / Universidade do Minho, pp. 53-75. (<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/7637>)
- FINNEGAN, Ruth. 2002. *Communicating – The Multiple Modes of Human Interconnection*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- GAILLARD, Philippe. 1971. *O Jornalismo*. Mem Martins. Europa-América.
- GARCÍA, Xosé López. 1995. *Detrás da prensa popular*. Santiago de Compostela: Edicións LEA.
- GINSBERG, Faye. «Media Anthropology: An Introduction». In Rothenbuhler, Eric e Coman, Mihai (ed.). 2005. *Media Anthropology*. Thousand Oaks, Londres e Nova Deli: Sage Publications.
- \_\_\_\_\_, Abu-Lughod, Lila e Larkin, Brian (ed.). 2002. *Media Worlds. Anthropology on New Terrain*. University of California Press.
- HANNERZ, Ulf. 2000. *Foreign News. Exploring the World of Foreign Correspondents*. Chicago e Londres: The University of Chicago Press.
- HUDEC, Vladimir. 1980. *O que é o Jornalismo?*. Lisboa: Caminho.
- JERÓNIMO, Pedro. 2009. *Rumo às Autárquicas 2009. Imagem como discurso nos semanários Jornal de Leiria e Região de Leiria*. Universidade da Beira Interior. (<http://www.bocc.uff.br/pag/bocc-jeronimo-autarquicas6.pdf>)
- MARTINS, Joana. 2008. *A Identidade da Imprensa em Coimbra: os casos de o Diário as Beiras e Diário de Coimbra*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação. Universidade Fernando Pessoa. (<https://bdigital.ufp.pt/dspace/bitstream/10284/1079/3/joanamartins.pdf>)
- MARKTEST. *Bareme Imprensa Regional 2009*.  
\_\_\_\_\_. *Bareme Imprensa Regional 2008*.  
\_\_\_\_\_. *Bareme Imprensa Regional 2009*.  
\_\_\_\_\_. *Bareme Imprensa Regional 2010*.
- MAUSS, Marcel. 1989. *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70.
- MESQUITA, Mário. 1998. *O Jornalismo em Análise*. Coimbra: Minerva.
- OLIVEIRA, Paquete de. 1994. *Jornalista Português o que é?*. Lisboa: Sindicato dos Jornalistas.
- PALMEIRO, João. 2002. «Imprensa Regional em Portugal – que futuro?». Anuário Comunicação. 2002/2003. Obercom. pp 167-202.
- PEREIRA, Mário Baptista. 1987. *Lourinhã: Contribuições para a sua história*. Lourinhã: Câmara Municipal.
- \_\_\_\_\_. 1996. *Lourinhã: Subsídios para uma monografia*. Lourinhã:

Câmara Municipal.

- \_\_\_\_\_. 2000. *Lourinhã: Memórias da sua região*. Lourinhã: Câmara Municipal.
- PERUZZO, Cicilia M. Krohling. 2002. «Mídia local, uma mídia de proximidade». In *Comunicação: Veredas / Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação*, Vol. I, n.º2. São Paulo: Unimar, pp. 65-90.
- QUADROS, Cláudia Irene de. 2005. «Jornalismo público, rádio e internet». In *Comunicação e Espaço Público*. Ano VIII, volume 5, n.º1. (<http://www2.eptic.com.br/sgw/data/bib/artigos/c77a318c2e9a1ed812b93672773f8a16.pdf>)
- QUEIRÓS, Eça de. 1979. *Cartas familiares e bilhetes de Paris*. Porto: Lello Editores. ([http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=14019](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=14019))
- QUIVY, Raymond e Campenhoudt, Luc Van. 1992. *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- RAIMUNDO, Orlando. 1992. *A Linguagem dos Jornalistas*. Ericeira: Edições O Acontecimento.
- RAMOS, Deniz. 2005. *Soberania do Povo: a história de um jornal*. Águeda: Soberania do Povo Editora.
- REIS, Filipe. 2006. «Comunicação, Cultura e Tecnologia: Introdução a uma Antropologia dos Media». In *Comunidades Radiofónicas. Um estudo Etnográfico sobre a Radiodifusão Local em Portugal*. Dissertação de Doutoramento, ISCTE, Lisboa.
- RIAL, Carmen. 2004. *Antropologia e Mídia: Breve Panorama das Teorias de Comunicação*. Universidade Federal de Santa Catarina.
- RIBEIRO, Luísa. 2005. *A redacção de um diário regional católico como espaço de socialização*. Actas do 4.º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências de Comunicação. (<http://www.bocc.uff.br/pag/ribeiro-luisa-redacao-diario-regional-catolico-espaco-socializacao.pdf>)
- \_\_\_\_\_. 2006. \_\_\_\_\_ o a.
- IX Congreso IBERCOM Sevilla- \_\_\_\_\_. Braga: Universidade do Minho. ([http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/9638/1/tese\\_mestrado\\_maira\\_ribeiro.pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/9638/1/tese_mestrado_maira_ribeiro.pdf))
- RICARDO, Daniel. 1989. *Manual do Jornalista*. Lisboa: O Jornal.
- SANTOS, José Rodrigues dos. 1992. *O que é Comunicação?* Lisboa: Difusão Cultural.
- SANTOS, Sofia. 2008. *Imprensa Regional: Temas, Problemas e Estratégias da Informação Local*. Lisboa: Livros Horizonte.
- SINDICATO DOS JORNALISTAS. 1998. *3.º Congresso dos Jornalistas Portugueses: Documentos, Teses e Conclusões*.
- SOUSA, Jorge Pedro. 2002. «Comunicação regional e local na Europa Ocidental: Situação geral e os casos português e galego». Universidade Fernando Pessoa. In *Comunicação: Veredas / Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação*, Vol. I, n.º2. São Paulo: Unimar, pp. 11-64. (<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-comunicacao-regional-na-europa-ocidental.html>)
- SPITULNIK, Debra. 1993. «Anthropology and the Mass Media». In *Annual Review of*

*Anthropology*, n.º22, pp. 293-315.

TRAQUINA, Nélon (org.). 1993. *Jornalismo: Questões, Teorias e Estórias*. Lisboa: Vega.

TRAQUINA, Nélon e Mesquita, Mário (orgs.). 2003. *Jornalismo cívico*. Lisboa: Livros Horizonte.

TENGARRINHA, José. 1989. *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Lisboa: Caminho.

VIEIRA, João. 2009. *O Jornalismo de proximidade na era digital: análise funcional da edição online do Jornal da Mealhada*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação. Universidade Fernando Pessoa.

(<https://bdigital.ufp.pt/dspace/bitstream/10284/1080/3/JOAOVIEIRA.pdf>)

VILAÇA, Cristiana. 2008. *As fontes de informação autárquicas e os jornalistas*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação, especialização em Publicidade e Relações Públicas. Universidade do Minho.

(<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/9748>)

## Internet:

ADL-Associação de Desenvolvimento da Lourinhã

<http://sites.google.com/site/adlourinha>

(9 de Outubro de 2010)

AIC - Associação de Imprensa de Inspiração Cristã

<http://www.aiic.pt>

(9 de Outubro de 2010)

APCT - Associação para o Controlo de Tiragem e Circulação

<http://www.apct.pt>

(9 de Outubro de 2010)

Associação Nacional de Jornais (Brasil)

<http://www.anj.org.br>

(9 de Outubro de 2010)

Associação Portuguesa de Imprensa

<http://www.apimprensa.pt/>

(9 de Outubro de 2010)

Áustria

<http://www.austria.info/br/principais-capitais-regioes/estados-federais-1160692.html>

(9 de Outubro de 2010)

Bareme Imprensa Regional da Markttest

<http://www.markttest.com>

(9 de Outubro de 2010)

Câmara Municipal da Lourinhã

<http://www.cm-lourinha.pt>

(9 de Outubro de 2010)

Casa do Oeste – Fundação João XXIII

<http://casadooeste.no.sapo.pt>

(9 de Outubro de 2010)

Cofina

<http://www.cofina.pt/>

(9 de Outubro de 2010)

Controlinveste

<http://www.controlinveste.pt>

(9 de Outubro de 2010)

ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação Social

<http://www.erc.pt>

(9 de Outubro de 2010)

Escola Secundária da Lourinhã

<http://www.eslourinha.pt>

(9 de Outubro de 2010)

Gabinete para os Meios de Comunicação Social

<http://www.ics.pt/>

(9 de Outubro de 2010)

GEAL-Grupo de Etnologia e Arqueologia da Lourinhã

(Museu da Lourinhã)

<http://www.museulourinha.org/>

(9 de Outubro de 2010)

Grupo de Teatro de Ribamar

<http://www.grupoteatroribamar.com>

(9 de Outubro de 2010)

Jornal *Alvorada*

<http://www.alvorada.pt/>

(9 de Outubro de 2010)

Jornal *Área Oeste*

<http://www.areaoeste.com.pt/>

(9 de Outubro de 2010)

Jornal *Badaladas*

<http://www.badaladas.pt/>

(9 de Outubro de 2010)

Jornal *Correio da Manhã*

<http://dn.sapo.pt/Inicio/>

(9 de Outubro de 2010)

Jornal *das Caldas*

<http://www.jornaldascaldas.com/>

(9 de Outubro de 2010)

Jornal *Diário do Minho*

<http://www.diariodominho.pt/>

(9 de Outubro de 2010)

Jornal *Diário de Notícias*

<http://dn.sapo.pt/Inicio/>

(9 de Outubro de 2010)

Jornal *Expresso*:

<http://aeiou.expresso.pt//jornal-reconquista-ganha-premio-internacional=f603505>

(13 de Setembro de 2010)

Jornal *Gazeta das Caldas*

<http://www.gazetacaldas.com/>

(9 de Outubro de 2010)

Jornal *Jornal de Notícias*

<http://jn.sapo.pt/paginainicial/>

(9 de Outubro de 2010)

Jornal *Ouest-France*:

<http://www.ouest-france.fr>

(9 de Outubro de 2010)

Jornal *Público*

<http://www.publico.pt/>

(9 de Outubro de 2010)

Jornal *Reconquista*

<http://www.reconquista.pt/>

(13 de Setembro de 2010)

Junta de Freguesia da Lourinhã

<http://www.jf-lourinha.pt/>

(15 de Setembro de 2010)

LOURICOOP-Cooperativa de Apoio e Serviços do Concelho da Lourinhã

<http://www.louricoop.com/>

(10 de Setembro de 2010)

OberCom - Observatório da Comunicação

<http://www.obercom.pt/>

(9 de Outubro de 2010)

Oeste CIM - Comunidade Intermunicipal do Oeste

<http://www.am-oeste.pt/>

(9 de Outubro de 2010)

*Oeste TV*

<http://www.oestetv.pt>

(9 de Outubro de 2010)

Países da União Europeia

[http://europa.eu/abc/european\\_countries/eu\\_members.htm](http://europa.eu/abc/european_countries/eu_members.htm)

(5 de Agosto de 2010)

Portal da Imprensa Regional

<http://www.imprensaregional.com.pt/>

(9 de Outubro de 2010)

Portal *Oeste Online*

<http://www.oesteonline.pt/>

(9 de Outubro de 2010)

*Rádio Clube da Lourinhã*

<http://www.rc199.fm/>

(9 de Outubro de 2010)

Revistas *Meios & Publicidade*

<http://www.meiosepublicidade.pt>

(9 de Outubro de 2010)

Sindicato dos Jornalistas

<http://www.jornalistas.online.pt>

(9 de Outubro de 2010)

Turismo do Oeste

<http://www.rt-oeste.pt/>

(10 de Setembro de 2010)

Youth Press Portugal - Associação de Jovens Jornalistas Portugueses

<http://youthpressportugal.wordpress.com>

(5 de Agosto de 2010)

### **Jornais:**

Alvorada, ed. Nº 1058, 7 de Maio de 2010

Alvorada, ed. Nº 1059, 21 de Maio de 2010

Alvorada, ed. Nº 1060, 4 de Junho de 2010

Alvorada, ed. Nº 1061, 18 de Junho de 2010

Alvorada, ed. Nº 1062, 2 de Julho de 2010

Alvorada, ed. Nº 1063, 16 de Julho de 2010

Alvorada, ed. Nº 1064, 6 de Agosto de 2010

Alvorada, ed. Nº 1065, 20 de Agosto de 2010

Alvorada, ed. Nº 1066, 3 de Setembro de 2010

## **ANEXO – O que se perguntou, a quem e porquê**

Durante o trabalho de campo para a presente dissertação, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas a determinadas personalidades pertencentes às chamadas elites locais da Lourinhã, que de alguma forma mantêm uma relação com o jornal local, como fontes de informação, fornecedores de conteúdos, leitores, parceiros de iniciativas ou, por outro lado, também beneficiários da função que desempenha o jornal *Alvorada*.

As entrevistas decorreram de forma informal, correspondendo a um guião semelhante para todos os entrevistados, apenas com as respectivas nuances conforme o tipo de relação com o jornal e as características da entidade representada pelo indivíduo. Como ponto de partida foram elaborados tópicos aos quais se pretendia dar resposta, designadamente:

O que pensa do jornal *Alvorada* como jornal local da Lourinhã?

Acha que o jornal tem qualidade comparativamente com a imprensa nacional?

O que encontra no jornal *Alvorada* que o leva a interessar-se por lê-lo?

Acho que é um património ou uma referência do concelho da Lourinhã e que existe um certo sentimento de pertença face a ele por parte dos lourinhanenses?

Alguma vez contactou com o jornal, como colaborador, denunciando alguma situação ou através de uma carta ao director?

Se não houvesse nenhum jornal na Lourinhã fazia diferença? Comprava outro jornal regional de um concelho vizinho ou ficava-se pelos nacionais?

Foi o caso da Câmara Municipal da Lourinhã, do poder político local e interlocutor privilegiado com o jornal. É neste patamar que se medem os equilíbrios da relação entre a comunicação social e o poder, neste caso autárquico. O vereador José Tomé é quem coordena essas relações com o jornal da terra.

Depois há a ADL-Associação de Desenvolvimento da Lourinhã e o GEAL-Grupo de Etnologia e Arqueologia da Lourinhã / Museu da Lourinhã, que entre si partilham interesses comuns. Não será por acaso, certamente, neste ambiente diferente, mais de carolice, de activismo e militância associativa, que o presidente da ADL, Octávio Mateus, seja paleontólogo e ligado ao Museu da Lourinhã, cujo presidente da direcção é Hernâni Mergulhão. Aliás, ambas as entrevistas, com uma semana de intervalo uma da outra, decorreram no mesmo local, embora em salas diferentes. A sua postura face ao jornal é um



pouco mais de parceiros e aliados na missão de ajudar a desenvolver a mesma localidade, embora cada um no seu posto.

Semelhante sensação recolhi no quartel dos bombeiros ou no posto da GNR. Forças de segurança que desempenham o seu papel na vila da Lourinhã, servindo todo o concelho, frequentes fontes para os reporteres do *Alvorada*, dado que são possuidores de informação útil aos leitores e ao mesmo tempo aquela que interessa, que é mais mediática, que, embora nem todos o reconheçam, a maioria adora ler. Os acidentes, os assaltos, os homicídios e outras tragédias da vida humana, que todos querem observar. São estas forças de segurança e socorro os grandes fornecedores dessa informação, mas reconhecem que também se servem do jornal local para fazerem passar informações úteis para a população.

Como concelho rural, importava também ouvir a maior associação empresarial do concelho da Lourinhã, neste caso pela voz de António Gomes, director-geral da Louricoop, cooperativa agrícola. Um entrevistado que desde logo não teve dúvidas em reconhecer a grande importância do *Alvorada*, não só para a população que vive mais distante da sede do concelho, da agricultura, nas aldeias, que praticamente só lê o *Alvorada*; mas também a comunidade emigrante, bastante numerosa na Lourinhã.

O associativismo a outro nível, do clube desportivo, também considerou o *Alvorada* imprescindível para divulgar os acontecimentos desportivos do concelho, nomeadamente por parte do Sporting Clube Lourinhanense e do seu presidente, Paulo Marta. Em especial para ajudar a levar público ao estádio de futebol.

A entrevista ao próprio director do *Alvorada*, padre Ricardo Franco, foi fundamental para perceber a relação entre o periódico e a comunidade local, que representações existem, relações com instituições, a diáspora e a estratégia editorial. De igual forma se tornou essencial ouvir transeuntes, leitores e os vendedores do jornal; escutar opiniões, testar a popularidade do *Alvorada* nas ruas e aldeias da Lourinhã, entender o apelo que os locais sentem pela leitura das notícias caseiras e, finalmente, desafiar todos perante a hipótese de o *Alvorada* não existir.

**Quadro 1 – Identificação dos entrevistados no trabalho de campo**

<b>Nome do entrevistado</b>	<b>Idade</b>	<b>Ocupação</b>	<b>Local da entrevista</b>	<b>Duração</b>
Carlos Pereira	43	Bombeiro, comandante dos bombeiros voluntários da Lourinhã	Quartel dos bombeiros	1h30m
António Nunes	45	Militar da GNR, Sargento-ajudante, comandante do posto da GNR da Lourinhã	Posto da GNR da Lourinhã	15m
António Gomes	45	Director-geral da Louricoop	Louricoop	33m
Octávio Mateus	34	Paleontólogo, presidente da ADL	Museu da Lourinhã	1h22m
Hernâni Mergulhão	58	Professor universitário, presidente do GEAL	Museu da Lourinhã	2h10m
José Tomé	53	Vereador da Câmara Municipal da Lourinhã	Câmara Municipal	1h42
Paulo Marta	35	Empresário, presidente do Sporting Clube Lourinhanense	Estádio Municipal	25m
Ricardo Franco	35	Sacerdote católico, director do Alvorada	Jornal Alvorada	1h32
Paulo Ribeiro	41	Jornalista, chefe de redacção do Alvorada	Jornal Alvorada	3h30m
Sofia de Medeiros	24	Jornalista do Alvorada	Jornal Alvorada	1h
Genoveva Cunha	40	Administrativa do Alvorada	Jornal Alvorada	1h30m
Verónica Henriques	72	Administrativa do Alvorada (sem vencimento)	Jornal Alvorada	15m
Nuno de Almeida	39	Jornalista, chefe de redacção do Alvorada entre 1994 e 2004	Torres Vedras	30m

**Quadro 2 – Análise dos conteúdos das edições do jornal**

Edição	Tema da manchete (concelho)	Nº notícias	Notícias do concelho	Notícias fora do concelho (região)	Assinadas por jornalistas do jornal	Não assinadas	Assinadas por colaboradores ou Lusa	Igreja	Desporto
1058	Lourinhã	55	45	10	21	3	21	5	12
1059	Torres Vedras	56	42	14	16	5	35	4	12
1060	Lourinhã	45	40	5	30	2	13	4	14
1061	Lourinhã	60	50	10	35	5	20	2	12
1062	Lourinhã	55	49	6	35	2	18	4	11
1063	Lourinhã	57	50	7	25	5	27	6	16
1064	Lourinhã	55	40	15	28	3	24	3	10
1065	Lourinhã	48	41	7	25	3	20	4	14
1066	Lourinhã	55	51	4	21	4	20	4	12